

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 34

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 34, abril 2024

Diretora: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Diretora Adjunta: Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Conselho de Redação: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA CET_iscte); Vitor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLeia) e Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Marta Luís Pereira

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores/as: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na SciELO Portugal, Latindex e ERIH PLUS, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

Sede da Redação: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Sede do Editor: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contactos: Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Facticis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

N.º de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 34, April 2024

Editor: Madalena Ramos (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa; madalena.ramos@iscte-iul.pt)

Associate Editor: Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa; mbmelo@ie.ulisboa.pt)

Board Members: Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa); Bruno Dionísio (Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora); Nuno Amaral Jerónimo (LabCom – Universidade da Beira Interior e Vilnius Gedimino Technikos Universitetas, Lituânia); Nuno Dias (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e DINÂMIA' CET_iscte); Vítor Sérgio Ferreira (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-ULisboa); José Carlos Marques (Instituto Politécnico de Leiria e CICS.NOVA.IPLEiria) and Rosa Monteiro (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juares Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Marta Luís Pereira

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia | NIPC: 501990704

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish or French

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex and ERIH PLUS, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

Editorial Office: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Editor's Headquarters: Portuguese Sociological Association | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Contact: Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823



ÍNDICE

Artigos

Fatores de promoção do sucesso e da equidade entre alunos com e sem origens imigrantes: Estudo de caso numa escola inesperadamente eficaz .	11
<i>Adriana Albuquerque</i>	
O mundo do metal e as suas identidades: Uma abordagem sociológica sobre a situação portuguesa	35
<i>Noélia dos Reis Viegas e João Eduardo Martins</i>	
A insustentável leveza de um ser: Nos dilemas diários do viver com demência	63
<i>José Manuel Resende e Maria Rosália Guerra</i>	
A teleassistência na velhice: Padrões de utilização e contributos para a qualidade de vida	84
<i>Gabriela Vieira e José de São José</i>	
Covid-19 na América Latina: Desigualdades sociais, manipulação estatal e desafios para a reconstrução – o caso do Brasil	107
<i>Luciano Nunes da Silva e Manuel Carlos Silva</i>	
Normas para Autores/as	133



CONTENTS

Articles

Factors of school success and equity between students with and without immigrant origins: A case study in an unexpectedly effective school.....	11
<i>Adriana Albuquerque</i>	
The world of metal and its identities: A sociological approach to the Portuguese situation	35
<i>Noélia dos Reis Viegas and João Eduardo Martins</i>	
The unsustainable lightness of a being: In the daily dilemmas of living with dementia	63
<i>José Manuel Resende and Maria Rosália Guerra</i>	
Teleassistance in old age: Patterns of use and contributions to quality of life.....	84
<i>Gabriela Vieira and José de São José</i>	
Covid-19 in Latin America: Social inequalities, state manipulation and challenges for reconstruction – the case of Brazil.....	107
<i>Luciano Nunes da Silva and Manuel Carlos Silva</i>	
Submission guidelines	136



ARTIGOS
ARTICLES

FATORES DE PROMOÇÃO DO SUCESSO E DA EQUIDADE ENTRE ALUNOS COM E SEM ORIGENS IMIGRANTES

Estudo de caso numa escola inesperadamente eficaz

FACTORS OF SCHOOL SUCCESS AND EQUITY BETWEEN STUDENTS WITH AND WITHOUT IMMIGRANT ORIGINS

A case study in an unexpectedly effective school

Adriana Albuquerque

FUNÇÕES: Conceptualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Validação, Visualização, Escrita – esboço original, Escrita – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Escola de Sociologia e Políticas Públicas, CIES-Iscte – Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
E-mail: adriana_albuquerque@iscte-iul.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7573-2992>

Resumo: O paradigma da eficácia escolar implica, hoje, a capacidade de as organizações escolares combaterem as desigualdades no desempenho de alunos de diferentes origens socioculturais. Contudo, são ainda escassos os estudos que procuram identificar as características escolares que beneficiam concretamente alunos descendentes de imigrantes. Este texto apresenta os resultados parciais de um estudo de caso, realizado numa escola básica da Área Metropolitana de Lisboa, que demonstrou uma diminuição progressiva da desigualdade nas taxas de retenção entre alunos com e sem origens imigrantes, no 2.º ciclo, durante quatro anos letivos. Foram realizadas 13 entrevistas semi-diretivas a docentes, lideranças escolares, representantes dos pais e da comunidade. A análise de conteúdo temática focou-se na identificação das abordagens à diversidade predominantes na escola, das quais se destacaram uma combinação de multiculturalismo e igualitarismo. Os resultados dão conta da coexistência de múltiplas abordagens à diversidade na mesma escola e apontam para vantagens na combinação de uma abordagem centrada na promoção da igualdade com uma abordagem multicultural de valorização da diferença, em linha com a literatura existente. Sobressaem, apesar disso, efeitos não-intencionais da evolução da composição social na escola sobre a adoção de estratégias de gestão da diversidade de cariz assimilacionista, que são discutidos à luz do seu impacto na promoção da igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: descendentes de imigrantes, estudo de caso, desigualdades no desempenho escolar, multiculturalismo.

Abstract: The paradigm of school effectiveness today includes schools' ability to offset outcome inequalities between students from different sociocultural backgrounds. However, there are still few studies that seek to identify school factors that particularly benefit students of immigrant origin. This paper presents partial results of a case study conducted in a primary school in the Lisbon Metropolitan Area which showed a progressive decrease for 4 consecutive years in grade repetition inequalities between students with and without immigrant origins, in 5th and 6th grades. 13 semi structured interviews were conducted with teachers, school leaders and community / parent representatives. Our thematic content analysis focused on identifying the dominant approaches to diversity in the school, of which emerged mainly multiculturalism and egalitarianism. The results point to the coexistence of multiple approaches to diversity within the same school and to advantages in combining an approach centered on promoting equality with a multicultural approach that values difference, in line with existing literature. However, unintentional effects of the evolution of the school's social composition on the

adoption of assimilationist strategies stand out and are discussed in light of their impact on promoting equal opportunities.

Keywords: children of immigrants, case study, inequalities in school performance, multiculturalism.

Introdução

Neste estudo, procurarmos contribuir para a compreensão dos impactos da composição social e étnica no desenvolvimento de culturas de escola propícias à diminuição das desigualdades de desempenho escolar, nomeadamente, entre alunos com e sem origens imigrantes.¹ Para tal, foram realizadas 13 entrevistas semi-diretivas junto de docentes e lideranças numa escola de 2.º ciclo do ensino básico na Área Metropolitana de Lisboa (AML) caracterizada por *i*) uma população escolar socialmente desfavorecida e etnicamente heterogénea, *ii*) resultados escolares acima das escolas semelhantes e *iii*) descendentes de imigrantes com desempenhos académicos equivalentes aos seus pares sem origens imigrantes.

Começamos por apresentar o enquadramento teórico da pesquisa, que combina teorias sociológicas acerca dos modos de incorporação da diferença com o conhecimento empírico acumulado acerca dos impactos destas abordagens aplicadas à educação, em diferentes contextos sociais. Prosseguimos com uma justificação das opções metodológicas tomadas.

Na apresentação dos resultados da análise das entrevistas, iniciamos com um mapeamento das configurações que tomam as quatro abordagens à diversidade na escola estudada: multiculturalismo, igualitarismo, *colorblindness* e assimilacionismo. De seguida, analisamos as formas como cada uma se manifesta nos discursos dos atores educativos, aos vários níveis da organização escolar, entre os quais: a visão de escola, as metodologias de trabalho pedagógico, a relação com a comunidade, a dinamização do currículo, a participação dos alunos, a organização dos grupos-turma e os apoios linguísticos.

Concluimos com uma reflexão acerca da importância de considerar a evolução da composição social das escolas, para melhor compreender a adoção de diferentes estratégias pedagógicas e de gestão da diversidade. Discute-se o impacto diferencial destas abordagens nos vários grupos socioculturais que frequentam a escola e caminhos possíveis para futuras pesquisas.

1 Este estudo foi elaborado no âmbito da pesquisa de doutoramento da autora, financiada pela FCT (ref.: SFRH/BD/135970/2018).

Enquadramento

Nas últimas décadas, a missão social da escola sofreu reformulações consideráveis face à sua função tradicional. Atualmente, o paradigma educativo transnacional postula que todos os alunos, independentemente das suas origens e características, possam aprender e obter um diploma escolar. A gestão da diversidade é, por isso, um dos corolários das organizações escolares contemporâneas, como afirmavam já Stoer e Cortesão (1999).

No entanto, a teoria da reprodução social — *i.e.*, o postulado de que o sistema educativo funciona como instituição eminentemente reprodutora da estrutura de oportunidades vigente no sistema social a que pertence — tem vindo a ser objeto de repetida comprovação empírica (ver Strand, 2016), desde a sua formalização mais célebre na obra de Bourdieu e Passeron (1970). Em Portugal, uma investigação recente verifica que os alunos de nacionalidade estrangeira (sobretudo, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — PALOP) ou com mães pouco escolarizadas são consistentemente mais reprovados que os seus pares com nacionalidade portuguesa ou cujas mães têm, pelo menos, o ensino secundário (Albuquerque et al., 2022). O desempenho escolar dos alunos estrangeiros em Portugal parece, também, refletir as fronteiras étnico-nacionais que marcam as relações de poder no espaço-mundo, com as crianças nacionais de países da Europa Central e alguns países da Europa de Leste a obterem resultados dentro ou acima da média dos estudantes de nacionalidade portuguesa, ao contrário dos alunos nacionais de países previamente colonizados por Portugal e alguns países do Sudeste Europeu e Asiático (Seabra & Cândido, 2020). Outro estudo conclui que, para o mesmo estatuto socioeconómico, alunos com *background* migratório, nomeadamente do Brasil ou dos PALOP continuam a obter classificações significativamente inferiores às dos seus pares sem origens imigrantes (Almeida et al., 2021).

Se o ideal da igualdade de oportunidades educativas parece não encontrar demonstração empírica em qualquer sistema educativo (Seabra, 2009), não se pode, apesar de tudo, afirmar que não existem exceções à regra. De facto, os primeiros estudos sobre escolas inesperadamente eficazes (Edmonds, 1979; Weber, 1971) — *i.e.*, que servem populações socioculturalmente desfavorecidas, mas produzem resultados escolares superiores ao expectável — têm quase tantos anos quanto os trabalhos seminais de Bourdieu e Passeron sobre a reprodução das desigualdades sociais através da escola (Bourdieu & Passeron, 1964, 1970).

Um dos fatores unanimemente reportados para explicar o sucesso inesperado destas escolas é uma cultura assente em expectativas académicas elevadas para os seus alunos (Reynolds et al., 2014). Nesta área, encontra-se em emergência um

corpo de literatura promissor, que problematiza as “abordagens à diversidade” predominantes nos estabelecimentos de ensino. Há indícios de que, em escolas onde o corpo docente se encontra mais aberto à adoção de princípios e práticas multiculturais / pluralistas — *i.e.*, que consideram a diversidade cultural e étnica dos alunos como uma mais-valia educativa e o ponto de partida para a aprendizagem —, os descendentes de imigrantes têm classificações superiores, face aos seus pares que estão em escolas onde predomina uma abordagem assimilacionista, *i.e.*, que perspetiva a diferença cultural como um obstáculo à aprendizagem e privilegia a adoção da cultura dominante (Celeste et al., 2019; Hagenars et al., 2023). Por outro lado, é possível que a adoção de abordagens pluralistas esteja parcialmente dependente do “equilíbrio étnico” verificado na escola: a preferência dos docentes por abordagens monolingues à diversidade migratória é maior em escolas com composições étnicas equilibradas, mas menor em escolas com menos de 40% ou mais de 60% de alunos com origens imigrantes (Pulinx et al., 2017). Na literatura sobre os impactos educativos das várias abordagens à diversidade, a forma de multiculturalismo que aparece associada com a diminuição das desigualdades étnicas no desempenho escolar é aquela que mais se aproxima da definição de “pluralismo interativo”, avançada por Hartmann e Gerteis (2005). Apesar de apresentar algumas semelhanças com a ideia leiga de interculturalidade, ela vai além da promoção do diálogo e da compreensão entre culturas que se reconhecem como distintas. Numa escola multicultural, “(...) a ordem moral substantiva é entendida como sendo emergente — não algo que ‘é’, mas algo num estado de permanente concretização.” (Hartmann & Gerteis, p. 233). Apesar da ênfase grupal desta abordagem, os grupos culturais não são entendidos como fixos e imutáveis, mas antes como parte do tecido vivo da escola, mutuamente alterados. Assim, a eficácia de uma abordagem educativa multicultural assenta, em larga medida, na transformação da “ordem moral” da escola — nomeadamente, do seu “currículo”, no sentido de o tornar culturalmente significativo para todos os alunos. Evita-se, assim, a geração entre os alunos de um “sentido de futilidade” face ao trabalho académico (Agirdag et al., 2012), que emerge do fosso entre a cultura de origem dos alunos e aquela que é valorizada pela escola.

Por oposição, as abordagens *colorblind* e assimilacionista surgem associadas a piores resultados escolares entre os alunos com origem imigrante, ainda que por motivos ligeiramente diferentes. Uma escola que adote uma política de *colorblindness* — *i.e.*, que ignore as diferenças entre grupos culturais, enfatizando antes as semelhanças ou atribuindo as diferenças visíveis à individualidade dos alunos —, fá-lo-á como forma de evitar o conflito, delineando fronteiras fracas entre grupos (Hartmann & Gerteis, 2005; Taylor, 2001). Em escolas onde a *colorblindness*

se manifesta numa postura de recusa em prestar qualquer reconhecimento aos elementos culturais significativos para os alunos de origem imigrante, estes tenderão a desenvolver uma postura de afastamento, que resulta de uma falta de sentido de pertença à escola (Celeste et al., 2019). No entanto, caso esta abordagem se manifeste na vertente igualitária, ou seja, passe por enfatizar as semelhanças entre grupos, mais do que as diferenças, tornando explícito o compromisso com a justiça e o igual tratamento de todos na escola, pode ter efeitos positivos no desempenho dos alunos com *background* imigrante e contribuir para a diminuição do conflito (Guimond et al., 2014).

Por sua vez, o assimilacionismo toma a forma de desvalorização e rejeição da diferença cultural (Alexander, 2001). Assim, forçar os alunos de origem imigrante a deixar os seus marcadores de diferença “à porta”, sob pena de punição ou penalização académica, implica colocar diretamente em confronto a “ordem moral” da escola e a da cultura de origem. Este tipo de abordagem à diversidade manifesta-se, por exemplo, na proibição de falar a língua materna ou de usar símbolos religiosos na escola.

Centrar o problema da “ordem” neste debate, juntamente com a “cultura de expectativas” que prevalece na escola acerca da “ensinabilidade” dos alunos (Van den Broeck et al., 2020), permite-nos compreender a razão pela qual escolas com composições diferentes tenderão a adotar diferentes abordagens à diversidade. No caso do assimilacionismo, este torna-se impraticável onde existe uma elevada proporção de alunos de origem imigrante, já que o equilíbrio étnico pende para o seu lado, proporcionando mais oportunidades para uma postura de rejeição explícita da ordem escolar, permeando a organização de conflito permanente (Pulinx et al., 2017). Thrupp (1999) demonstra como, em escolas com públicos socialmente desfavorecidos, a preferência dos docentes por estratégias de gestão da aula pautadas pela adaptação da ação do professor à cultura dos alunos resulta da maior importância atribuída ao evitamento do conflito nestas escolas, consequência das expectativas globalmente baixas dos docentes acerca dos alunos. Assim, é razoável admitir que, em casos de maioria étnica das culturas socialmente minoritárias, as escolas tenderão a adotar abordagens multiculturais ou *colorblind* igualitárias.

Se é verdade que, no geral, quanto mais socioculturalmente desfavorecida for a escola, piores serão as expectativas docentes — e vice-versa — (Van den Broeck et al., 2020), a heterogeneidade traz desafios ainda pouco explorados na literatura, salvo raras exceções (Seabra et al., 2014). Uma população estudantil heterogénea pode contribuir para o desenvolvimento de expectativas globais mais positivas acerca dos alunos e do valor pedagógico da diversidade (Seabra et al., 2014). No entanto, pode também promover a adoção de métodos estratificados de gestão da diversidade interna dos seus públicos (Thrupp, 1999), que passam:

- i) Pela constituição de “grupos de nível”, *i.e.*, de turmas homogêneas do ponto de vista do desempenho escolar que são, frequentemente, também homogêneas quanto às origens sociais e étnicas dos alunos (McKown & Weinstein, 2008);
- ii) Pela “triagem educativa” em salas de aula heterogêneas, onde o docente faz uma distribuição de recursos pedagógicos (ex.: atenção, oportunidades de aprender, etc.) socialmente enviesada, a favor dos alunos que considera terem uma probabilidade mais elevada de beneficiar da sua ação pedagógica (McKown & Weinstein, 2008).

Desta forma, é possível que a abordagem à diversidade dominante em escolas socioculturalmente diversas esteja particularmente dependente da ênfase na “função seletiva ou igualizadora” na missão perfilhada pelas lideranças — que tende a ser altamente permeável às políticas educativas, sobretudo, em contextos de pressão performativa associados a mecanismos de prestação de contas (Melo et al., 2022; Torres, 2018). Em escolas “seletivas”, ao contrário das “igualizadoras”, a ênfase será menos na valorização da diversidade que pauta o multiculturalismo e mais na maximização dos resultados globais, propiciando a adoção de abordagens *color-blind* ou assimilacionistas.

Por fim, em escolas socialmente favorecidas e com poucos alunos de origem imigrante, espera-se que o conflito entre a cultura de origem dos alunos e a cultura dominante seja mínimo. Isso é sustentado pelas investigações que verificam a continuidade entre os valores escolares e os “projetos de classe” dos alunos das classes médias-altas (Diogo et al., 2023; Melo et al., 2022; Thrupp, 1999; Torres, 2018). Nestes contextos, a abordagem assimilacionista traz poucas vantagens, podendo gerar reações negativas entre os poucos descendentes de imigrantes (Pulinx et al., 2017). Pelo contrário, uma abordagem *colorblind*, nomeadamente de teor “cosmopolita” — *i.e.*, que considera a tolerância face à diversidade como garante da individualidade sem, no entanto, lhe atribuir centralidade (Hartmann & Gerteis, 2005) —, enquadra-se no projeto educativo internacionalista das elites contemporâneas (Schippling et al., 2020).

Propomos um modelo analítico que convoque as teorias sociológicas para compreender a problemática das abordagens à diversidade e os respetivos impactos nas desigualdades de desempenho escolar, em escolas com composições socio-culturais distintas (Figura 1).

Procuramos, com este estudo, contribuir para o conhecimento acerca das estratégias adotadas pelas escolas para a gestão da diversidade interna dos seus públicos — especificamente, das escolas com elevada diversidade étnica e social. De que forma a composição da escola contribui para a escolha de determinadas

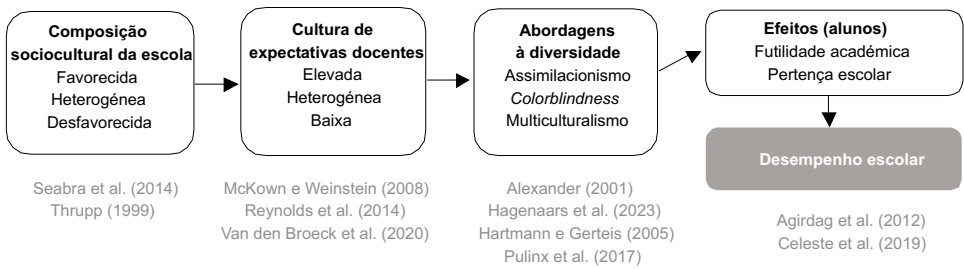


Figura 1 Modelo analítico das abordagens à diversidade em escolas com diferentes composições socioculturais

Fonte: produção própria.

abordagens, em detrimento de outras? Como podemos entender o impacto destas abordagens nas desigualdades de desempenho escolar entre diferentes grupos socioculturais?

Metodologia

Dada a natureza explicativa e contextual das questões que orientam este estudo, optou-se pela metodologia do estudo de caso. Para selecionar a escola de estudo, analisámos estatísticas oficiais da educação (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC) relativas a todas as escolas da AML, com particular enfoque no 2.º ciclo – ciclo de transição e de primeira mudança de escola para muitos alunos, cujo impacto negativo no desempenho escolar tem sido documentado (Abrantes, 2005). Olhando para as taxas de retenção e desistência e as classificações finais à disciplina de Matemática durante quatro anos letivos (2014/15 a 2017/18), em bruto e o *gap* étnico² e social,³ procurou-se identificar escolas socioculturalmente diversas⁴ onde os alunos descendentes de imigrantes tivessem classificações e taxas de retenção consistentemente próximas dos seus colegas sem origens imigrantes e dentro da média das escolas suas semelhantes. Fez-se a mesma análise para o *gap* de desempenho entre alunos com pais altamente escolarizados e de famílias pouco escolarizadas.

Foram encontrados poucos casos elegíveis, de acordo com estes critérios: a maioria das escolas tende a reproduzir as desigualdades sociais pré-existentes,

2 Para analisar a desigualdade étnica de desempenho escolar, foi construída a variável “origem imigrante”, a partir da combinação das nacionalidades da mãe e do pai do aluno. Um aluno foi considerado descendente de imigrantes caso pelo menos um dos progenitores tivesse nacionalidade estrangeira.

como outros estudos verificaram (Seabra et al., 2014; Strand, 2016) e poucas conseguem manter-se consistentes ao longo de quatro anos letivos. Adicionalmente, a maioria das escolas tem mais sucesso a diminuir as desigualdades étnicas do que as sociais. Assim, optou-se pela seleção de uma escola socioculturalmente diversa onde os descendentes de imigrantes obtiveram níveis de sucesso escolar próximos dos seus pares sem origens imigrantes, apesar de o mesmo padrão não se verificar entre os alunos de famílias menos escolarizadas.⁵

De acordo com a tipologia proposta por Seawright (2016), esta escola constitui um “caso de estudo desviante”, ou seja, uma escola com indicadores de sucesso escolar e igualdade de oportunidades étnicas acima da média do seu *cluster*. O autor defende que este tipo de caso, por oposição ao estudo de casos “típicos”, traz vantagens ao nível da identificação de padrões de relação causal entre fenómenos pouco estudados. É, portanto, particularmente indicado para compreender os fatores por detrás das dinâmicas de reprodução e transformação social, permitindo formular hipóteses acerca das condições para a ocorrência destes fenómenos ao nível sistémico.

Foram realizadas 13 entrevistas semi-diretivas junto a docentes e lideranças da escola (Tabela 1). Alguns dos indivíduos foram selecionados *a priori*, dada a relevância do seu cargo na organização escolar (ex.: o Diretor). Noutros casos, pediu-se indicação à Direção de pessoas com quem poderíamos ter interesse em falar, pelo seu conhecimento do contexto (ex.: membro do Conselho Pedagógico). No caso dos diretores de turma, foram entrevistados todos aqueles que desempenharam essas funções em turmas de 5.º e 6.º ano entre 2014/15 e 2017/18. O guião de entrevista foi estruturado à volta de cinco dimensões: caracterização do agrupamento; gestão estratégica; corpo docente; organização e estratégias pedagógicas; clima de escola. Em cada uma destas dimensões, foi explorada a dimensão do sucesso escolar e das desigualdades étnicas e sociais.

-
- 3 Para analisar a desigualdade social no desempenho escolar, foi construída a variável “escolaridade dominante na família”, a partir da combinação da escolaridade da mãe e do pai. Adotou-se o critério da preponderância da qualificação mais elevada.
 - 4 Para determinar a composição social e étnica das escolas, foi feita uma análise de *clusters* das escolas de 2.º ciclo da AML, a partir da proporção de alunos com origem imigrante e de alunos provenientes de famílias com baixa escolaridade (até ao 2.º ciclo do ensino básico). A solução final gerou três tipos distintos de composições escolares: escolas com poucos alunos imigrantes e muitos alunos cujos pais têm ensino superior; escolas com alguma diversidade étnica e a maioria dos pais com qualificações intermédias (i.e., 3.º ciclo ou ensino secundário); escolas com pelo menos 1/3 dos alunos de origem imigrante e a maioria dos pais pouco escolarizados.
 - 5 Por motivos de proteção do anonimato da escola estudada e das pessoas que aceitaram colaborar nesta pesquisa, optámos por ocultar dados que permitissem a identificação indireta da organização ou dos indivíduos que nela trabalham. Não serão, por isso, apresentadas estatísticas de caracterização da escola.

Tabela 1 Caracterização dos entrevistados

Código	Cargo(s)	Anos no AE
E1	Diretor	28
E2	Membro da direção; DT	12
E3	Pres. Cons. Geral	28
E4	Assistente Social	8
E5	Rep. Pais CG; Pres. Ass. Pais	5
E6	Rep. Comunidade CG	-
E7	Dep. 1.º ciclo Cons. Pedagógico	25
E8	Dep. CSH Cons. Pedagógico	28
E9	Coordenador EMAI	13
E10	Diretor de Turma 1	7
E11	Diretor de Turma 2	17
E12	Diretor de Turma 3	13
E13	Diretor de Turma 4	15

Nota: as entrevistas foram realizadas entre 10 de setembro e 16 de outubro de 2022.

Fonte: produção própria.

As entrevistas foram integralmente transcritas e sujeitas a análise de conteúdo. Foram aplicados dois tipos de metodologias na identificação de temas e dimensões de análise nos dados das entrevistas. Relativamente à caracterização das abordagens à diversidade predominante nas entrevistas, foi feita uma análise dedutiva, com base nas definições de multiculturalismo, igualitarismo, *colorblindness* e assimilacionismo presentes na literatura, para permitir a comparação destes resultados com os obtidos em estudos anteriores. Na identificação de dimensões da organização escolar onde cada abordagem se manifesta, optou-se pela extração indutiva de dimensões emergentes nos discursos dos atores escolares, já que investigações recentes demonstram como os domínios de atuação escolar são distintamente valorizados pelos docentes de acordo com fatores como a idade e as especificidades do contexto histórico-político (Hagenaars et al., 2023).

Resultados

Importa, antes de mais, identificar quais as abordagens à diversidade que prevalecem na escola estudada, no geral e para cada uma das dimensões extraídas durante a análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

A abordagem *colorblind*, na sua vertente “igualitária”, é o modo de gestão da diversidade cultural claramente predominante na escola, seguida do multiculturalismo e da *colorblindness* na sua vertente mais próxima do liberalismo neutro de Taylor (2001); por fim, com valores residuais, verifica-se ainda a existência de um “assimilacionismo mitigado” nalguns discursos (Figura 2). Estes dados estão em

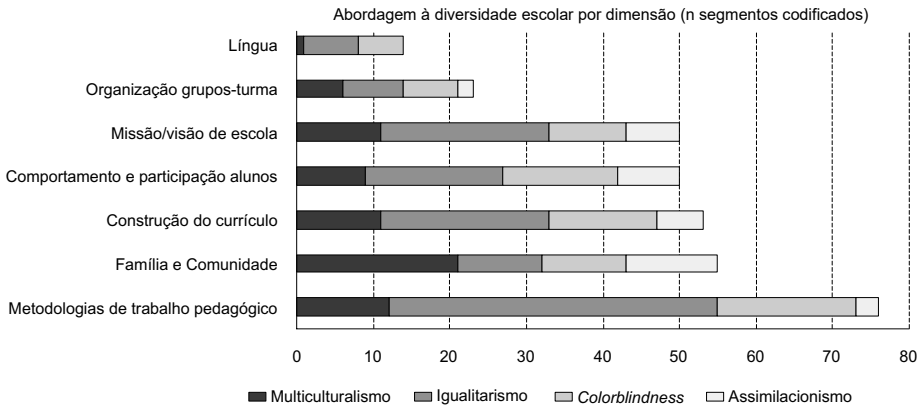


Figura 2 Abordagens à diversidade numa escola com elevada diversidade étnica e socialmente heterogênea, por dimensão

Fonte: Entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa doutoral da autora. Dados e produção própria.

conformidade com os estudos que afirmam coexistir, no seio da mesma organização escolar, abordagens distintas à diversidade (Hagenaars et al., 2023).

Sobressaem, no entanto, algumas diferenças relevantes entre dimensões que importa considerar. O “igualitarismo” prevalece face às restantes abordagens, de forma mais clara, na conceção de metodologias de trabalho pedagógico, na construção do currículo e na missão/visão de escola. Já o multiculturalismo ganha peso nas representações dos agentes escolares acerca das famílias dos alunos e das relações com a comunidade escolar, ao passo que o perde na forma como a escola lida com a diversidade linguística. Ao mesmo tempo (e de forma paradoxal), é também na dimensão da família e comunidade que se regista a maior prevalência de abordagens assimilacionistas. A “colorblindness neutra” ganha peso, competindo diretamente com o igualitarismo e multiculturalismo, nas abordagens adotadas para lidar com o comportamento e participação dos alunos na escola e na construção do currículo. A formação dos grupos-turma é a dimensão que menos parece ter uma abordagem específica associada, coexistindo princípios diversos de organização.

Identificadas estas especificidades, importa agora explorar, em maior detalhe, de que forma cada uma destas abordagens se manifesta nos discursos dos atores escolares. Especificamente, interessa-nos compreender as racionalidades — *i.e.*, os princípios e razões orientadoras — dos agentes escolares no que respeita à gestão da diversidade e à forma como as várias abordagens são por eles entendidas e aplicadas.

Multiculturalismo: um legado histórico

Na sua gênese, esta escola começou por servir um segmento muito concreto dos públicos escolares da área: as crianças das famílias residentes na zona mais pobre da freguesia, em idade de frequência do 5.º ou do 6.º ano. Desde então, a freguesia tem assistido a uma diversificação dos residentes, possuindo agora vários bairros habitados por famílias de classe média. A passagem de escola básica não-agrupada para agrupamento vertical implicou uma expansão da sua zona de influência e a consequente diversificação dos públicos escolares.

Uma parte importante do atual corpo docente e, sobretudo, das atuais lideranças da escola estudada, iniciou a sua carreira numa escola que, à época, era vista como problemática — em parte, pelos inúmeros casos de violência e indisciplina registados, em parte, pelo estigma social associado às populações que servia, maioritariamente de origem afrodescendente e cigana.

A escola tinha muito má imagem, no início, quando nós aqui ficámos colocados. *Ai não vás para essa escola!*, lá está, uma escola dita de “pr*tos e ciganos”. A gente tirava a fotografia dos garotos e [víamos] poucos miúdos... brancos, digamos assim. Depois as fotocópias eram a preto e branco, não ajudavam [risos]. E garotos com ar já mais maduro, mais velhos, estavam no 2.º ciclo com idade para estar no 3.º. (E8)

Várias lideranças entrevistadas — entre as quais o Diretor — estiveram envolvidas na aplicação de projetos de escola desenvolvidos no âmbito de iniciativas promovidas pelo entretanto extinto Secretariado Entreculturas. Resiste, por isso, nesta escola um forte impacto das políticas que, na viragem do milénio, foram impulsionadoras de um paradigma educativo compensatório e intercultural.

Este contexto é importante para perceber, não só a existência de marcas dos princípios da educação multicultural nos discursos dos entrevistados em todas as dimensões escolares, mas também o tipo de multiculturalismo que prevalece. No que diz respeito ao currículo e às metodologias pedagógicas, de acordo com a tipologia de Banks (2009), a escola integra os princípios da valorização e reconhecimento da diferença sobretudo com:

- i) A “adição de conteúdos” específicos ao currículo já existente, nomeadamente, aproveitando os Domínios de Articulação Curricular (DAC) e grande parte das atividades de aprendizagem baseada em projetos desenvolvidos pelos alunos, cujo peso nos métodos de avaliação da escola tem vindo a aumentar;

- ii) A criação esporádica de momentos pedagógicos centrados na troca intercultural entre alunos, como “estratégia de redução do preconceito” com intencionalidade pedagógica, numa lógica de aprendizagem ativa.

Parece estar ausente uma perspectiva multicultural mais crítica, que interrogue os pressupostos do currículo e convoque os alunos para a sua co-construção. Além disso, esta abordagem aparece sobretudo entre os docentes mais velhos, estando pouco presente nos discursos dos docentes com menos de duas décadas de serviço.

O multiculturalismo é, ainda, mobilizado frequentemente como orientador das estratégias de comunicação entre os agentes escolares, nomeadamente professores e técnicos, e as famílias dos seus alunos, especialmente as de etnia cigana e as imigrantes recém-chegadas. Prevalece um entendimento generalizado acerca do impacto das dinâmicas mais amplas de discriminação étnica e desigualdade social na forma como estas famílias se tendem a relacionar com a organização escolar. É reconhecida a importância de uma abordagem que, partindo da escola, se diferencie das demais instituições sociais no tratamento das famílias, numa lógica construtiva e não punitiva.

(...) a escola tem que ter em conta para não analisar de forma enviesada, ou crítica, ou paternalista, porque é que aquele encarregado de educação não comparece. E isso faz a diferença, não se trata só de empatia, muito mais do que isso, a família é um sistema plural, muito dinâmico e a matriz que eu possa ter do que é uma família ou do que é a minha família não é igual aos meus colegas. E eu não posso usar essa minha matriz familiar, pessoal, para olhar para aquilo que são as famílias dos nossos alunos. (E4)

Tal como no currículo, também na relação com a comunidade sobressaem dúvidas sobre como envolver na vida escolar. Vencida a desconfiança inicial e estando a aumentar a frequência escolar dos alunos de etnia cigana em todos os ciclos de ensino, não se pode dizer que a relação com as famílias é negativa ou conflituosa. No entanto, está ainda longe de ser “transformadora” (Banks, 2009), como ressaltam alguns dos entrevistados.

Igualitarismo: entre compensar a pobreza e fechar o destino social

No centro da visão de escola de todos os entrevistados, sobressai a preocupação com a igualdade de tratamento e de oportunidades. Como adiantam os seguintes testemunhos,

Vermos como é que podemos chegar a todos os alunos é a nossa filosofia, não deixar nenhum para trás. (E9)

A Escola agora é reconhecida pelos projetos que desenvolve, e pela forma como se relaciona com os seus alunos e como atende à diversidade dos alunos que integra, claramente. (...), sempre foi uma escola muito inclusiva, que se preocupou sempre muito com os alunos. (E2)

Nos discursos, este igualitarismo — sobretudo quando se aplica à justificação das estratégias de ensino-aprendizagem — aparece quase sempre associado ao diagnóstico do contexto sociocultural em que a escola opera. Por um lado, porque se reconhece que a privação material em que opera uma boa parte das famílias dos alunos significa que as condições de estudo fora da escola são altamente desiguais entre alunos. Assim, procura-se garantir que a maior parte do trabalho escolar — sobretudo, que exija recursos adicionais, como computador, acesso à internet e espaços apropriados — é realizável na escola e, de preferência, em contexto de sala de aula.

Relativamente a trabalhos mais complexos, de pesquisa, temos que procurar centrar muito em sala de aula, para atenuar as desigualdades sociais que temos em cada grupo-turma. Porque senão temos os trabalhos muito bons, daqueles que têm centro de estudos, pais que podem acompanhar, recursos para os fazer, e depois temos aqueles, os “patinhos feios” que não... e para evitar esse tipo de situações, fazer sempre que possível em contexto de sala de aula. (E2)

Por outro lado, a crescente adoção de estratégias de diferenciação pedagógica em sala de aula, aliada a metodologias de aprendizagem ativas como o projeto, é vista por muitos entrevistados como a única opção para uma escola onde a maioria dos alunos não se revê no projeto de escola tradicional.

Recorremos muito à metodologia de trabalho grupo, de pesquisa, ao lúdico... há muito essa estratégia. Porque isto são alunos de contextos sociais muito desfavorecidos, como também já deve ter ouvido muitos professores a dizer [risos]. E aulas expositivas... a escola não é para muitos destes alunos e então se não houver outra maneira... (E10)

Alguns entrevistados salientam ainda a vantagem que estas metodologias trazem ao nível do fortalecimento do projeto e missão de escola, no domínio da educação para a cidadania.

E percebiam que às vezes o professor, quando os tinha na sala de aula, não podia dar tanta atenção aos outros, porque tinha de focar a sua atenção naquele aluno que fazia um trabalho bastante diferenciado do resto da turma. Mas isso não era um problema para eles, e eles crescem com esta cultura. O que possibilita depois também que na sua

vida, sejam cidadãos mais tolerantes e respeitadores da diferença, é um dos objetivos que temos aqui. (E2)

No campo da diversidade cultural, a missão compensatória da escola estende-se também àquele que é visto como o principal obstáculo ao sucesso dos alunos imigrantes na escola: o fraco domínio da língua portuguesa. As origens nacionais mais frequentemente mencionadas como beneficiárias de apoios específicos ao nível da língua são as de diásporas historicamente recentes no país, como as sul-asiáticas e algumas migrações recentes do Leste europeu. No entanto, a fraca proficiência na língua portuguesa é também apontada a alguns alunos oriundos de países de língua oficial portuguesa, como os PALOP e o Brasil.

A orientação igualitarista da escola padece, no entanto, de um paradoxo. Vários entrevistados — sobretudo, aqueles que estão há mais tempo na escola — salientam o trabalho positivo que tem sido desenvolvido, nos últimos anos, no sentido de desconstruir o automatismo de associar as origens sociais dos alunos ao nível de sucesso escolar que podem esperar obter. Como adianta o presidente do Conselho Geral, “O ano passado dizia-se ‘Não temos de ter pensamento vulnerável. Temos que pensar alto’. Porque as nossas crianças gostam que nós pensemos alto. (...) Porque eles precisam de ver outras coisas, para além dos muros da sua freguesia.” (E3).

Apesar disso, muitos dos discursos em prol da igualdade de oportunidades educativas resvalam, em simultâneo, para um fechamento do destino social dos alunos provenientes das franjas mais desfavorecidas da freguesia.

Porque nós temos miúdos com condições muito... claro que há de tudo (...). Não podemos esperar que estes miúdos alcancem médias altíssimas, podemos sim preparar estes miúdos para o dia-a-dia, neste caso. E esta avaliação formativa tem muito esta função, de levá-los a olhar para o seu erro, para o seu pensamento crítico, ver que aquilo não está bem porque... (E10)

Em determinadas instâncias, corre-se o risco de confundir a diferenciação pedagógica — que consiste na adaptação de estratégias e métodos de ensino para garantir que todos os alunos tenham acesso aos conteúdos curriculares — com uma espécie de “adaptação curricular difusa” — *i.e.*, a tentação de “nivelar por baixo” os objetivos de aprendizagem e os critérios de avaliação.

E o aluno às vezes chega no nível 2 profundo e vai até ao 50, e quando chega ao final do ano ele não pode deixar de ter 3 porque ele trabalhou imenso. Que noutra escola, seria nível 2, mas para aquilo que aquele garoto dá... porque aquele garoto é pouco estimulado em casa, o que ele faz é o que faz aqui, o que trabalhou, é o que trabalha aqui. Com

muitos garotos nossos, o trabalho é o que trabalha aqui, passa aqui muitas horas na escola... (E8)

Colorblindness: desenvolver o “ofício de aluno”

A *colorblindness*, na sua dimensão de valorização da individualidade dos alunos, encontra-se presente na visão de escola de alguns dos entrevistados, entre os quais o Diretor, mas não só.

E toda a gente, sim, cada um é como é, cada um tem a sua especificidade, cada espaço é diferente, a dinâmica [de cada escola do agrupamento] é diferente, a rotina é diferente. Sim, é tudo verdade, mas os meninos são o elo de ligação de tudo isto, não é? (...) Este projeto educativo é para todos, é para cada um e para todos, como diz uma outra colega. Sempre a vincar ali o individual. (E1)

Vários discursos salientam a importância de atender às necessidades específicas de cada aluno. Cita-se, neste âmbito, o compromisso da escola com a monitorização contínua das aprendizagens, através de uma metodologia de avaliação formativa, que permite a deteção precoce de alunos passíveis de beneficiar: *i)* de medidas de diferenciação pedagógica na sala de aula e/ou *ii)* dos vários projetos para o sucesso escolar concebidos pela escola, dirigidos a alunos que não se qualificam para o apoio ou que já beneficiam de outras medidas. Um exemplo destes projetos é uma iniciativa dirigida a alunos “à beira da positiva” ou com positivas fracas, em necessidade de consolidação. Pretende-se nestes momentos extracurriculares cultivar hábitos e metodologias de estudo nos alunos, numa lógica semelhante à ideologia do “trabalho sobre si próprio” associado por Melo et al. (2022) a escolas socialmente heterogêneas e favorecidas.

Quando os professores sentem que [os alunos] precisam de ajuda na organização do seu material de trabalho, conhecerem-se como estudantes. “Como é que eu aprendo? Como é que eu aprendo melhor?” E de alguma forma, perceberem “Ok, eu não sou de cópias, portanto eu tenho é que olhar, eu tenho que fazer esquemas”, portanto o aprender formas de estudar... e foi assim que começou a atividade. E nunca obrigámos nenhum aluno a participar, eram identificados pelos diretores de turma ou pelos professores do conselho de turma, nós falávamos com eles e convidávamos os alunos, explicávamos que pensávamos que eles podiam gostar e beneficiar, podia ser bom para eles. (E4)

A *colorblindness* sobressai particularmente na tomada de algumas decisões gestionárias, cujos impactos pedagógicos e determinantes sociais são ignorados. Em particular, a formação de grupos-turma no 5.º ano é feita privilegiando a continuidade

com os grupos-turma previamente existentes nas três escolas de 1.º ciclo do agrupamento. Esta é uma solução popular entre os atores escolares entrevistados, salientando-se os seus benefícios ao nível do bem-estar psicológico dos alunos, numa fase de transição de ciclo que traz, por si só, dificuldades na adaptação escolar.

O facto de as escolas de 1.º ciclo do agrupamento terem composições socio-culturais notoriamente distintas é destacado por quase todos os entrevistados. No entanto, as consequências desta homogeneidade social interna das turmas de 5.º ano no processo de ensino-aprendizagem não são reconhecidas.

Por norma os grupos são mantidos iguais e eles aqui acabam por reproduzir aquilo que já era o quadro de aproveitamento que tinham no 1.º ciclo. E há grupos-turma que têm melhores desempenhos e grupos de turma que têm desempenhos menos satisfatórios. (E2)

Apesar de não ser uma ocorrência prevalente nos discursos, registam-se instâncias em que os entrevistados se referem aos seus alunos “em bloco” — *i.e.*, atribuindo qualidade académica (ou falta dela) ao grupo-turma. Quando tal acontece, a composição social e étnica não é mencionada ou, a sê-lo, é explicitamente refutada enquanto explicação.

Mas também tenho que reconhecer que estas 2 turmas que eu tenho são... pronto são as turmas que já vinham no 1.º ciclo referenciadas como turmas boas, no sentido de... não só em termos de resultados, gostam de aprender, estão dentro da sala motivados, não estão com aquele ar de enfado, que tudo o que se lhes é apresentado é uma chatice (...). Porque há uns anos havia também a questão, havia aqui um bocadinho do preconceito que as turmas que vinham aqui da freguesia eram sempre mais complicadas (...). E até há uns anos a esta parte era um facto, nos últimos anos já não se tem notado tanto essa diferença. Eu acho que nos últimos anos nem se tem notado de todo. (E12)

O ignorar da composição sociocultural das turmas reflete-se, ainda, no agrupamento dos alunos que frequentam a disciplina de Português Língua Não-Materna (PLNM) na mesma turma, para evitar a fragmentação dos horários desta disciplina entre diversas turmas. Não se trata de um grupo linguisticamente segregado, já que é composto maioritariamente por alunos que frequentam a disciplina de Português. Ainda assim, prevalece nesta decisão um critério de economia de recursos, sem reflexão acerca do impacto que a constituição de grupos de nível pode ter ao nível das expectativas docentes e, conseqüentemente, do desempenho académico dos alunos.

Assimilacionismo: problematizar a diferença

Sendo o assimilacionismo a estratégia menos prevalente na escola, para a gestão da diversidade cultural, ele está ainda assim ocasionalmente presente nos discursos. Pauta-se por uma desvalorização da diversidade no contexto escolar e, eventualmente, pela instituição de penalizações académicas dos comportamentos e traços culturais visíveis.

Nesta escola, ela aparece sobretudo associada às línguas estrangeiras (assim como a outras variantes nacionais do Português), bem como a dois fenómenos quase exclusivamente atribuídos, pelos entrevistados, à comunidade cigana: o absentismo e as relações de género tradicionais. No que toca à utilização de línguas estrangeiras ou variantes do Português na escola, predomina um assimilacionismo de carácter mais difuso face ao encontrado noutros países europeus, onde a norma é a proibição de falar as línguas maternas na escola (Hagenaars et al., 2023). Tal postura assenta numa crença nas vantagens académicas da imersão dos alunos imigrantes na língua da sociedade de acolhimento.

Apesar de a escola estudada não proibir o uso de línguas estrangeiras, a utilização do Português de Portugal é frequentemente encorajada e valorizada, predominando um paradigma monolingue do ensino-aprendizagem. Quando as lacunas são vistas como muito profundas e comprometedoras do acesso dos alunos ao currículo, é frequente a escola optar por uma integração progressiva do aluno nas várias disciplinas, privilegiando a aprendizagem da língua oficial no âmbito do PLN e de outros projetos de escola para os alunos consolidarem, num contexto não-formal, a proficiência linguística.

Até podem não ter nenhuma das outras disciplinas e ter uma mancha que está determinada, a percentagem, que é só de Língua Portuguesa, há ali um “banho de língua”, para poderem depois enfrentar os outros desafios subsequentes (...). Nós podemos ter aqui um aluno que seja colocado no primeiro ano em que chega aqui à nossa escola no A, e que no ano seguinte já tenha condições para... e depois temos aqueles que temos de utilizar como estratégia ele não ter positiva a Português para se manter no mesmo nível de proficiência. Porque o aluno entra, é colocado num nível de proficiência, se cumprir todos os requisitos, automaticamente tem de mudar de nível. (...) Às vezes tem de se utilizar aqui uma estratégia, porque reconhecemos que o aluno ainda tem fragilidades e que, até tende a atingir os objetivos definidos, mas atingiu na forma mínima. Se o vamos colocar num nível acima, ele pode não ter as bases para corresponder (E2)

Esta ideia do “banho de língua”, *i.e.*, do interesse da escola em maximizar o contacto dos alunos estrangeiros com a língua oficial como requisito para o seu sucesso

escolar, reflete-se em menções ocasionais à língua (estrangeira) falada em casa como obstáculo à aprendizagem do Português: “(...) a par dos meninos que vêm dos países de língua portuguesa, mas que... estou a pensar em termos de Cabo Verde e tudo isso, que eles falam muito o crioulo se calhar em casa e depois é difícil aqui.” (E11).

O paradigma monolíngue sobressai ainda, de forma mais subtil, na valorização da aproximação do Português falado pelos alunos à variante nacional, subentendida como “correta”.

E temos outros que por qualidade já têm o português europeu ... a gente sabia depois pelos pais, que já fizeram o 1.º ciclo todo cá e, portanto, já estão muito integrados no nosso sistema de ensino e já nem têm sotaque, nem nada. Já temos isso, já temos os filhos da 1.ª geração. (E8)

É, no entanto, nas questões relacionadas com a comunidade cigana que a vertente punitiva do assimilacionismo escolar se manifesta de forma mais evidente. A organização escolar e as famílias de etnia cigana são predominantemente vistas como duas realidades claramente distintas, de difícil compreensão mútua ou interpenetração. Um dos atuais desafios do agrupamento, comumente referido nas entrevistas, é precisamente consolidar a continuação dos alunos ciganos para além do 2.º ciclo do ensino básico – sobretudo, das raparigas. Mesmo no 2.º ciclo, os docentes vêm-se ainda a braços com taxas relevantes de absentismo. Atribui-se como razão a desvalorização da escola por parte das famílias de origem cigana, cuja relação com a organização é, de acordo com os entrevistados, meramente instrumental. Em resposta, a escola mune-se frequentemente do apoio do aparelho de Estado, face ao qual estas populações são particularmente vulneráveis.

Ainda que tenha sido com muita pressão, com muito relatório, com muita ameaça da CPCJ, da supressão dos rendimentos, dessas situações, que ainda é aqui um aliado nosso. É triste ter que dizer isto, mas é um aliado nosso. Por um lado, eles estão dentro da escolaridade obrigatória, têm de estar aqui. Mas estão só por essa razão. (E2)

Conclusões

Os resultados deste estudo contribuem para melhorar a compreensão dos efeitos longitudinais da composição social e étnica da escola ao nível:

- i) Da modificação, ao longo do tempo, da cultura de escola, nomeadamente ao nível das abordagens à diversidade e das expectativas docentes;

- ii) Dos impactos diferenciais que esta cultura pode ter em alunos de diferentes origens socioculturais.

Selecionou-se como objeto de estudo uma escola de 2.^o ciclo do ensino básico de composição historicamente desfavorecida (com uma elevada diversidade étnica e muitos alunos com famílias pouco escolarizadas) em trajetória de progressiva diversificação dos seus públicos (aumento de famílias de classe média com qualificações ao nível do ensino secundário e superior). Demonstrou ter, ao longo de quatro anos letivos, níveis de sucesso escolar dos seus alunos imigrantes equivalentes aos dos pares sem origens imigrantes e acima da média das escolas suas semelhantes. A análise das 13 entrevistas semi-diretivas realizadas junto de docentes e lideranças procurou compreender:

- i) Se parte da explicação para o sucesso da escola em promover a igualdade de oportunidades étnicas se prende com as estratégias de gestão da diversidade adotadas;
- ii) Se a adoção destas estratégias está relacionada com a composição sociocultural da escola;
- iii) De que forma a mudança ocorrida a este nível nos últimos anos contribuiu para a emergência de novas configurações de abordagens à diversidade, nomeadamente, por via da modificação da cultura das expectativas docentes.

Os resultados estão em linha com investigações anteriores, no que toca ao impacto positivo das abordagens “multicultural e igualitária” de gestão da diversidade (Celeste et al., 2019; Hagenaaers et al., 2023). Estas foram as estratégias predominantes na escola estudada durante o período analisado, manifestando-se sobretudo ao nível da visão de escola, com a valorização da diversidade cultural, bem como da adoção de métodos de ensino-aprendizagem orientados para a compensação das desigualdades sociais. Os entrevistados salientaram a importância de adaptar as estratégias de acesso ao currículo às características dos alunos, com vista ao seu sucesso escolar. Confirma-se a centralidade do desempenho académico na missão de escola como fator explicativo do “sucesso inesperado” da escola (Reynolds et al., 2014).

A preponderância destas abordagens à diversidade está intrinsecamente relacionada com a envolvente sociocultural em que a escola, historicamente, opera. “Nós sempre trabalhamos assim” foi uma expressão frequentemente usada relativamente a aspetos como a flexibilidade curricular, a avaliação formativa, o multiculturalismo, etc., para explicar que a matriz de atuação da escola se pautou, desde o início, pela atenção ao contexto. São referidos resultados positivos destas estratégias ao nível da gestão disciplinar da sala de aula, da eficácia das aprendizagens

dos alunos e da motivação — dos alunos e dos professores. Assim, verifica-se que, em escolas onde as culturas de origem de grande parte do seu público se opõem à da escola, o multiculturalismo, bem como a adoção de estratégias de ensino-aprendizagem mais centrados no aluno, são vistos pelos docentes como facilitadores do papel do professor, evitando o conflito cultural (Thrupp, 1999) e a alienação dos alunos face ao trabalho escolar (Agirdag et al., 2012).

E de facto nós fomos, durante muitos anos, uma escola muito escrutinada. Que tinha de justificar tudo e mais alguma coisa. E a certa altura, efetivamente nós tivemos que... porque ou se arranjavam estratégias para combater e alterar e mudar, ou estávamos sempre a responder pela mesma coisa, o que é desmotivante e cansativo. (E2)

Por outro lado, a chegada à escola, nos últimos anos, de mais alunos com pais altamente escolarizados e das classes médias, tem potenciado a emergência de estratégias *colorblind* e assimilacionistas de gestão da diversidade.

No que toca à *colorblindness*, esta manifesta-se sobretudo na criação de projetos de apoio ao estudo, dirigidos a alunos com bom comportamento, mas com posições fracas, que não se qualificam para o apoio. Este tipo de iniciativas encaixa no desenvolvimento de um ofício de aluno performativo-competitivo, “(...) dado que as suas conceções de bom aluno valorizam o esforço, o empenho, a dedicação, a capacidade de trabalho, a autonomia, a capacidade de autorregulação, autossuperação e autopromoção”, que Melo et al. (2022, p. 141) associa ao *habitus* escolar típico das crianças da classe média.

No entanto, a recente diversificação da base social de recrutamento da escola coloca desafios ao nível da gestão interna dos públicos. Em linha com a hipótese delineada no modelo analítico, a escola tende a responder à heterogeneidade dos seus alunos com a estratificação interna, constituindo grupos-turma homogéneos (McKown & Weinstein, 2008). Tal decorre da aplicação de critérios *colorblind* gestionários, ao invés de pedagógicos — nomeadamente, colocando todos os alunos com PLNМ na mesma turma, para facilitar a gestão horária, bem como optando por manter os grupos-turma do 4.º para o 5.º ano, reproduzindo, por consequência, o perfil social das escolas de origem. À exceção da concentração dos alunos de PLNМ na mesma turma, a homogeneidade dos grupos parece ser predominantemente ao nível das origens sociais. Sobressai, nas entrevistas, uma preocupação em distribuir os alunos descendentes de imigrantes e de etnia cigana entre as várias turmas, de forma a *i*) diminuir a concentração de problemas disciplinares e *ii*) potenciar a utilização de metodologias de trabalho em aula como a tutoria interpares, cada vez mais prevalente na escola.

Os docentes referem como principais vantagens da manutenção dos grupos do 4.º para o 5.º ano o conhecimento prévio das turmas, que é dado pelos colegas do 1.º ciclo, bem como uma maior facilidade de adaptação dos alunos à nova escola com a manutenção dos laços do 1.º ciclo. Apesar disso, as entrevistas demonstram que esta opção pode ter efeitos não-intencionais ao nível da “triagem educativa” (McKown & Weinstein, 2008). Os docentes ajustam as suas expectativas ao nível de desempenho esperado da turma que têm e, internamente, canalizam atenção e recursos para os “alunos-bolha” — *i.e.*, aqueles que estão à beira da positiva e que os professores vêm como sendo recuperáveis.

Estas práticas correm o risco de contribuir para o enraizamento de baixas expectativas face aos alunos das classes populares e da etnia cigana, criando-se uma subcultura de escola assimilacionista, que entende a diferença cultural (ex.: a utilização de línguas estrangeiras ou as dinâmicas familiares das classes populares e das comunidades ciganas) como obstáculo ao sucesso educativo. O facto de esta perspectiva entrar em conflito com a matriz identitária da escola demonstra como, numa mesma organização escolar, coexistem racionalidades aparentemente paradoxais (Hagenaars et al., 2023). Espelhando investigações anteriores em contextos escolares marcados pela diversidade dos públicos, também nesta escola se verifica que “O discurso dominante tem sempre um pendor igualitário, mas denota, em simultâneo, fortes marcas diferencialistas de base cultural.” (Mateus, 2019, p. 130). A perda de preponderância numérica destes alunos pode, assim, sinalizar uma viragem iminente nas prioridades da escola, onde os mais vulneráveis deixam de ser a “aposta”. O insucesso e desistência dos alunos ciganos, por exemplo, é muitas vezes referido pelos docentes e lideranças como um caso excepcional — pela negativa —, implicando a sua marginalidade no projeto de escola:

Quanto ao absentismo, também temos essa variável controlada. Temos aqui a etnia cigana que é... muito marcante, são bastantes e facilmente entram em... pronto, eles têm os seus padrões de desenvolvimento. (...) Mas é muito difícil eles perceberem que uma aula começa a uma hora. Não cumprem. Porque no conceito cultural deles, não há essa exigência, não é? (...) Pois, isto se calhar vai devagarinho. Mas esta variável que eu agora aqui floreï, às vezes pode infetar os números... (E3)

Para concluir, ressaltamos que este estudo de caso colocou em evidência empírica um paradoxo que tem vindo a protagonizar os grandes debates educativos — sobretudo, no campo da eficácia e melhoria escolar. Como pode a escola reconhecer a diferença cultural e social, sem permitir que ela determine os destinos académicos e sociais dos alunos? As entrevistas realizadas sugerem que a combinação de uma abordagem igualitária, preocupada com a compensação das desigualdades sociais

de partida, e uma abordagem multicultural, que valoriza a diversidade e a integra no projeto educativo, permite colocar no centro do currículo o questionamento dos pressupostos sobre os quais assentam as baixas expectativas docentes face a alunos de origens sociais desfavorecidas e de origem imigrante. Pesquisas futuras devem alargar o âmbito de análise, mobilizando metodologias comparativas e optando pela realização de estudos de caso longitudinais, que permitam a verificação do impacto de diversas composições socioculturais nas culturas de escola e nos desempenhos escolares dos alunos.

Agradecimentos

Deixo um agradecimento especial aos membros da comunidade escolar estudada, por me abrirem as portas da sua segunda casa e pela disponibilidade constante para conversar comigo acerca das suas perspetivas, experiências e interrogações.

Nota

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Abrantes, P. (2005). As transições entre ciclos de ensino: entre problema social e objecto sociológico. *Revista Interações*, 1(1), 25-53.
- Agirdag, O., Van Houtte, M., & Van Avermaet, P. (2012). Why does the ethnic and socio-economic composition of schools influence math achievement? The role of sense of futility and futility culture. *European Sociological Review*, 28(3), 366-378.
- Albuquerque, A., Seabra, T., & da Cruz Martins, S. (2022). Seletividade social na escola básica portuguesa: dinâmicas, condições e políticas (2008-2018). *Análise Social*, 57(3), 520-543.
- Alexander, J. C. (2001). Theorizing the “modes of incorporation”: assimilation, hyphenation, and multiculturalism as varieties of civil participation. *Sociological Theory*, 19(3), 237-249.
- Almeida, S., Firmino, J., Mesquita, J., Hortas, M. J., & Nunes, L. C. (2021). Academic Performance and Territorial Patterns of Students with an Immigrant Background in the Lisbon Metropolitan Area. *NOVA School of Business and Economics Working paper*, (638), 1-38.
- Banks, J. A. (Ed.) (2009). *The Routledge International Companion to Multicultural Education*. Routledge.

- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers – Les étudiants et la culture*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La Reproduction – Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Les Éditions de Minuit.
- Celeste, L., Baysu, G., Phalet, K., Meeussen, L., & Kende, J. (2019). Can school diversity policies reduce belonging and achievement gaps between minority and majority youth? Multiculturalism, colorblindness, and assimilationism assessed. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 45(11), 1603-1618.
- Diogo, A., Ferreira, M., & Melo, B. P. (2023). A interiorização da performatividade pelas crianças: Lógicas de fabricação do bom aluno no ensino primário. *Educação & Sociedade*, 44, 1-19.
- Edmonds, R. (1979). Effective Schools for the Urban Poor. *Educational Leadership*, 37(1), 15-24.
- Guimond, S., de la Sablonnière, R., & Nugier, A. (2014). Living in a multicultural world: Intergroup ideologies and the societal context of intergroup relations. *European Review of Social Psychology*, 25(1), 142-188.
- Hagenaars, M., Maene, C., Willems, S., Vantieghem, W., D'hondt, F., & Stevens, P. A. J. (2023). Diversity ideologies in Flemish education: Explaining variation in teachers' implementation of multiculturalism, assimilation, and colourblindness. *Journal of Education Policy*, 38(6), 985-1006.
- Hartmann, D., & Gerteis, J. (2005). Dealing with diversity: mapping multiculturalism in sociological terms. *Sociological Theory*, 23(2), 218-240.
- Mateus, S. (2019). Antes de nos conhecerem, às vezes, tratam-nos mal: percepções sobre discriminação e diversidade étnica em contexto escolar. *Mediações*, 7(2), 123-135.
- McKown, C., & Weinstein, R. S. (2008). Teacher expectations, classroom context, and the achievement gap. *Journal of School Psychology*, 46(3), 235-261.
- Melo, B. P., Diogo, A. M., & Ferreira, M. (2022). Como ser um bom aluno? Dos modelos de escola aos pontos de vista das crianças. *Revista Portuguesa de Educação*, 35(2), 125-147.
- Pulinx, R., Van Avermaet, P., & Agirdag, O. (2017). Silencing linguistic diversity: The extent, the determinants, and consequences of the monolingual beliefs of Flemish teachers. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 20(5), 542-556.
- Reynolds, D., Sammons, P., de Fraine, B., Van Damme, J., Townsend, T., Teddlie, C., & Stringfield, S. (2014). Educational effectiveness research (EER): A state-of-the-art review. *School Effectiveness and School Improvement*, 25(2), 197-230.
- Schipping, A., Abrantes, P., & Lopes, J. T. (2020). Educação de elites e a dimensão da internacionalização em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (94), 119-137.
- Seabra, T. (2009). Desigualdades Escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (59), 75-106.
- Seabra, T., & Cândido, A. F. (2020). *Os Alunos de Nacionalidade Estrangeira nos Ensinos Básico e Secundário em Portugal Continental (2011/12 a 2016/17) – Taxas de Aprovação*. Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL; CIES-IUL.

- Seabra, T., Vieira, M. M., Ávila, P., Castro, L., Baptista, I., & Mateus, S. (2014). *Escolas que Fazem Melhor – O Sucesso escolar dos alunos descendentes de imigrantes na escola básica* (Relatório final). CIES-Iscte.
- Seawright, J. (2016). The Case for selecting cases that are deviant or extreme on the independent variable. *Sociological Methods & Research*, 45(3), 493-525.
- Stoer, S. R., & Cortesão, L. (1999). *Levantando a Pedra – Da Pedagogia Inter-Multicultural às Políticas Educativas numa Época de Transnacionalização*. Afrontamento.
- Strand, S. (2016). Do some schools narrow the gap? Differential school effectiveness revisited. *Review of Education*, 4(2), 107-144.
- Taylor, C. (2001). Democracy, Inclusive and Exclusive. In R. Madsen, W. M. Sullivan, A. Swidler, & S. M. Tipton (Eds.), *Meaning and Modernity: Religion, Polity, and the Self* (pp. 181-194). University of California Press.
- Thrupp, M. (1999). *Schools Making a Difference: Let's be realistic!* Open University Press.
- Torres, L. L. (2018). Culturas de escola e excelência: entre a integração de todos e a distinção dos melhores. *Revista de Sociología de La Educación*, 11(1), 167-185.
- Van den Broeck, L., Demanet, J., & Van Houtte, M. (2020). The forgotten role of teachers in students' educational aspirations: School composition effects and the buffering capacity of teachers' expectations culture. *Teaching and Teacher Education*, 90, 1-11.
- Weber, G. (1971). *Inner-City Children Can Be Taught to Read – Four Successful Schools*. Council for Basic Education Occasional Papers, (18), 1-38.

Data de submissão: 31/07/2023 | **Data de aceitação:** 30/04/2024



O MUNDO DO METAL E AS SUAS IDENTIDADES

Uma abordagem sociológica sobre a situação portuguesa

THE WORLD OF METAL AND ITS IDENTITIES

A sociological approach to the Portuguese situation

Noélia dos Reis Viegas

FUNÇÕES: Investigação, Concetualização, Metodologia, Redação do rascunho original
AFILIAÇÃO: Universidade do Algarve, Faculdade de Economia. Campus de Gambelas. 8005-139 Faro, Portugal
E-mail: noeliaviegas1@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6618-4277>

João Eduardo Martins

FUNÇÕES: Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Universidade do Algarve, Faculdade de Economia & Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Campus de Gambelas. 8005-139 Faro, Portugal
E-mail: jrmartins@ualg.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7839-1799>

Resumo: No presente artigo procuramos compreender sociologicamente de que forma a subcultura do *metal* está presente na vida dos indivíduos e assume um papel crucial na construção das suas identidades pessoais e sociais e de que modo, em simultâneo, estes contribuem para a produção e reprodução deste mundo social. Privilegiando a entrevista semi-estruturada na produção dos dados, interpretámos a voz dos interlocutores, que aponta para uma necessidade de afirmação pessoal e, em simultâneo, para a necessidade de pertença grupal, enquanto estilo de vida, em torno do que consideram ser a “melhor música do mundo”.

Palavras-chave: identidade, subcultura, Sociologia da Música, *metal*.

Abstract: In this article we seek to understand sociologically how the metal subculture is present in the lives of individuals and plays a crucial role in the construction of their personal and social identities and how, at the same time, they contribute to the production and reproduction of this social world. Using the semi-structured interview in the production of data, we interpreted the voice of the interlocutors, which points to a need for personal affirmation and, at the same time, a need for group belonging, as a lifestyle, centered on what they consider to be the “best music of the world”.

Keywords: identity, subculture, Music Sociology, metal.

Introdução

A música pode marcar decisivamente a vida dos indivíduos, influir na sua socialização e identidade pessoal, e moldar as suas condutas sociais. Pode ainda influenciar a forma da agência coletiva e criar realidade social (DeNora, 2000).

Sabemos, com base em números já divulgados pelos *media* sobre a venda de discos e de bilhetes para concertos e festivais¹, que se estima existirem milhões de adeptos de *metal*, um género musical que está presente em todos os continentes, mesmo nos países mais “improváveis”, tais como a Malásia, o Iraque ou até a Coreia do Norte².

Este é um tipo musical, que criou uma subcultura ao seu redor, encarada esta como que se de uma filosofia de vida se tratasse, para aqueles que lhe são fiéis, unindo pessoas de todas as partes do mundo.

No nosso país, Portugal, é no final dos anos 1970 e depois durante os anos 1980/90 do século passado que se dá o surgimento de centenas de bandas de *metal*, influenciadas pelos sons e pela imagética que vinham essencialmente do Reino Unido e dos Estados Unidos da América. Num estreito espaço temporal, aparecem milhares de fãs deste género musical na sociedade portuguesa (Almeida, 2013).

Apesar do crescimento exponencial desta prática cultural e musical, contam-se pelos dedos das mãos os estudos sobre a influência do *metal* no nosso país a partir das ciências sociais e mais em particular, da perspectiva sociológica³.

Desta forma, este artigo⁴ tem por objetivo discutir as práticas culturais e a identidade dos adeptos de *metal* em Portugal com mais de quarenta anos. Esta delimitação etária prende-se com o nosso intuito de englobar intervenientes que acompanharam o desenvolvimento desta subcultura, e portanto, que sabemos que foram adolescentes nas décadas de 1980/90 do século XX e que se mantêm ainda nos dias de hoje integrados na mesma.

Assim, o estudo descrito neste artigo visa responder às seguintes questões: Quais as razões que levam à reprodução da subcultura “metálica” em Portugal, por parte de indivíduos com mais de quarenta anos? Que contextos sociais e familiares condicionaram as escolhas desses indivíduos? Quais as razões para se ser fã de uma prática musical que segundo Weinstein (2000) é “mal vista” pela grande maioria da sociedade? Quais os significados desta subcultura para estas pessoas? O que faz com que este estilo de música nunca tenha desaparecido das suas vidas?

1 Segundo a revista *Pollstar*, se tivermos em conta apenas a banda Metallica, esta vendeu cerca de 22.1 milhões de bilhetes desde o ano de 1982 (Borba, 2019). Em 2014, a banda chegou aos 16 milhões de cópias vendidas, apenas de um álbum — o *Black Album* (Caulfield, 2014).

2 Pelos seus percursos sócio históricos e por serem estados onde a censura ainda exerce um papel predominante nos dias de hoje.

3 Num trabalho de pesquisa em alguns dos principais *sites* académicos (Research Gate, SciELO, JSTOR e Google Académico) pudemos concluir que são escassos os estudos efectuados em Portugal ou sobre a sociedade portuguesa.

4 Surge na sequência da realização de uma dissertação de mestrado em Sociologia, na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve: *Identidades e Culturas do Mundo do Metal: 40 anos e Metalico — Um estudo Sociológico a partir da Situação Portuguesa* (Viegas, 2022).

Considerações metodológicas

Do ponto de vista metodológico, optámos claramente por uma investigação de teor qualitativo, seguindo um modelo indutivo e um caminho inspirado na sociologia compreensiva. A população-alvo foi definida como o conjunto de indivíduos de nacionalidade portuguesa e/ou residentes em Portugal, com quarenta anos de idade ou mais, que tenham aderido à subcultura do *metal* durante a juventude e que se tenham mantido fiéis às suas principais características definidoras. Construímos uma amostra em bola de neve e também intencional, constituída por catorze indivíduos, que remetem para as várias dimensões sociais do *metal*: os artistas, a audiência e a indústria (Weinstein, 2000).

Quanto às características sociodemográficas e de maneira a contribuir para a construção de uma amostra diversificada, levámos em conta os seguintes aspetos: em relação à idade, os 40 anos são o limite crescente, garantindo-se ao mesmo tempo alguma variedade, com indivíduos com idades entre 40 e 45 anos, 45 e 50 e por aí adiante; no que toca ao género dos membros da amostra, procurámos um equilíbrio na representação entre homens e mulheres, com o fim de se obterem resultados diversificados sob o ponto de vista masculino e feminino; os níveis de escolaridade e as classes sociais a que pertencem são também objeto de uma diversificação na amostra.

Da nossa amostra fazem parte 9 homens e 5 mulheres, com idades compreendidas entre os 43 anos e os 57 anos. As habilitações literárias variam desde o 9º ano até à licenciatura nas mais diversas áreas, como Arquitetura, Marketing ou Línguas. As localidades onde se encontram os membros da nossa amostra variam entre Lisboa, Porto e Algarve. No que respeita às profissões, temos desde proprietários de bar/loja, agente imobiliário, radialista, professora, técnico de eletrónica, designer gráfico, arqueólogo, entre outras⁵.

Privilegiamos a entrevista semiestruturada, enquanto técnica de recolha de dados empíricos. Foram entrevistas longas, com uma duração média de uma hora e trinta minutos cada uma, o que perfaz um total de cerca de 21 horas de material sonoro transcrito. Duas entrevistas foram realizadas presencialmente, enquanto as restantes foram feitas com recurso à videochamada. As transcrições foram efetuadas manualmente, de forma integral e o mais fiel possível ao discurso dos entrevistados. Recorremos à análise de conteúdo, mais especificamente a análise temática sob a forma categorial para analisar, interpretar e compreender os dados em bruto recolhidos.

5 Aquando da apresentação dos resultados, os indivíduos pertencentes à amostra serão identificados com as suas principais características sócio demográficas relevantes para a análise científica.

O metal como fenómeno social

Breve contextualização sóciohistórica

Não é possível, do que se conhece cientificamente, determinar com exactidão uma data e um local que possa identificar o nascimento da música *metal*. Segundo Ronald Byrnside, podemos dizer que existem várias fases pelas quais passam os géneros musicais⁶, surgindo o *heavy metal* de um complexo cultural gigantesco, a que chamamos música *rock*, que por seu lado já tinha crescido do *rock and roll* dos anos 1950 (Weinstein, 2000).

De acordo com Tom Leão (1997), é na banda sonora do filme *Easy Rider*, de 1969, que aparece, pela primeira vez a expressão “*heavy metal thunder*”, na música *Born to be Wild* da banda Steppenwolf. Mas terá sido Lester Bangs⁷ “que primeiro empregou o termo ‘*heavy metal*’ para definir as bandas barulhentas” (Leão, 1997, p. 17).

Quanto à génese do *heavy metal*, “melhor fazer dos EUA o pai, e da Inglaterra a mãe” sugere Leão (1997, p. 17). Já quando falamos do visual, constatamos que tanto os *rockers* e *teddy boys* ingleses, como os motoqueiros norte-americanos usavam uma indumentária característica, que mais tarde veio a ser utilizada pelos metálicos, de que são exemplos os casacos de cabedal, as calças justas e as *t-shirts* pretas. Os americanos destacam-se na parte dos instrumentos, sendo que foi nos EUA, que aparecem as primeiras “grandes” guitarras como a Fender Broadcaster.

Em Portugal, no período pós-ditadura, o país encontrava-se em profunda transformação e a década de 1980 traz com ela os primeiros espetáculos internacionais, que incluem bandas de *heavy metal*⁸. Concertos estes, que marcam milhares de fãs, enquadrados num novo contexto político e cultural, que permite agora um maior acesso a este género musical e impulsionam um autêntico *boom* do *metal* na sociedade portuguesa. A 15 de Dezembro de 1984, realiza-se o Festival Heavy Metal de Santo António dos Cavaleiros, o primeiro festival do género em Portugal, integrado no período da “Primeira Vaga do Metal Português” (Almeida, 2013, p. 128).

O metal como objeto de estudo científico

“Nenhuma descrição única faz justiça à riqueza da dimensão social do *heavy metal*” (Weinstein, 2000, p. 6). Muitas vezes socialmente desprezado, mal visto,

6 Uma primeira fase de formação, depois a fase da cristalização e posteriormente a fase da decadência (Weinstein, 2000).

7 Crítico musical que publicou um artigo, empregando pela primeira vez o termo na revista *Rolling Stone* em 1971 de acordo com Leão (1997).

8 Nomeadamente os Rainbow em 1983 ou os Iron Maiden em 1984 (Almeida, 2013).

incompreendido e subestimado pela sociedade, este género musical, remete para uma enorme complexidade do ponto de vista da análise sociológica.

De facto, há perto de duas décadas, dá-se o início de um campo de investigação nas ciências sociais que ficou conhecido como *metal studies* no âmbito académico. Uma das primeiras e mais conhecidas obras sobre o assunto é a obra seminal da autoria da socióloga Deena Weinstein. Em *Heavy Metal: The Music and its Culture*, de 1991, esta autora propõe uma perspetiva compreensiva deste fenómeno social, onde explica as suas significações, as suas funções sociais e situa a música no cerne de uma rede de relações sociais. Dando destaque ao evento estruturante deste movimento — o concerto ao vivo — a autora aborda ainda as controvérsias ligadas a este tipo de música, principalmente no final dos anos 1980, com os discursos inflamatórios de certas personalidades no Senado americano, que acusavam o *heavy metal* de incitar à violência e ao sexo promíscuo, de estar ligado ao satanismo, à perversão e ao sadomasoquismo. Diz-nos Weinstein (2000, p. 3) “para muitos dos seus detratores, o *heavy metal* representa um ataque desavergonhado aos valores centrais da civilização ocidental. Mas, para os seus adeptos, é a melhor música jamais feita”.

O musicólogo Robert Walser, dois anos depois, publica *Running with the Devil*, obra em que reforça a ideia de ser este um género musical que pode dar lugar a reações extremas, podendo pôr em causa certos valores sociais e morais e suscitar uma certa apreensão social. Recorrendo a métodos da análise musical, da etnografia e da crítica cultural, considera a música *heavy metal* como um “sistema social significativo” (Walser, 2014, p. xxiv). Segundo este autor, as especificidades harmónicas próprias do estilo resultam numa linguagem poderosa e persuasiva, provocando um impacto emocional nos seus adeptos. A música proporciona aos seus fãs “um sentido de profundidade espiritual” e de “integração social” (Walser, 2014, p. xxvi).

A música é primordial e está no centro quando se fala do *metal*. É ela que está na génese da formação e da legitimação de toda a subcultura. É, portanto, o motor, o motivo, sem o qual ela não funciona. Segundo Weinstein (2000), é ainda a música que injeta um orgulho inabalável nos seus adeptos, salientando que “o orgulho mais profundo de um membro da subcultura do *metal* é o de ser um apreciador de boa música” (Weinstein, 2000, p. 143). Pode mesmo ser tida como uma oferenda vinda dos deuses, “*the metal gods*”, vendo-os como os criadores de algo que tem uma dimensão surreal por ser apreciado de forma tão intensa, dando lugar a emoções extremas, a experiências de catarse e euforia. Por isso, “a obrigação, tomada de

9 O termo “*heavy metal*” difere do termo “*metal*”, uma vez que este último engloba vários subgéneros que foram surgindo, ao longo dos anos, a partir do *heavy metal* e do *hard rock* (Hein, 2004/2019).

forma voluntária, do apreciador é oferecer lealdade” (Weinstein, 2000, p. 143).

Para Fabien Hein, esta busca de sensações de prazer sensorial é uma das razões fortes que leva os adeptos à prática do *metal*. Em *Hard rock, heavy metal, metal: Histoire, cultures et pratiquants*, de 2004, este autor explica os contextos sociofamiliares que levam à descoberta, à entrada e ao apego por este estilo musical, o que ele denomina por *l’attachement* (Hein, 2004/2019). O encontro do indivíduo com o *metal* pode provocar em certos casos um *coup de foudre*, um enamoramento à primeira vista, o tal “clique” que também encontramos nos entrevistados portugueses da nossa amostra.

Sem esquecer, contudo, que essa paixão repentina é determinada pelo contexto social, o que faz questão de nos lembrar Deena Weinstein (2000, p. 121) “o amor por certo tipo de música não é algo inato, atemporal ou espontâneo; esse amor é nutrido pelas relações sociais”. É o engajamento, o culto, a entrega e a lealdade à música, que dá origem a uma coesão social partilhada, aqui traduzida numa subcultura.

Muito interessante também é o estudo de Harris M. Berger e o seu artigo científico “*Death Metal Tonality and the Act of Listening*”, em que este autor apresenta os resultados do seu trabalho de campo sobre uma comunidade de *death metal* de uma pequena cidade em Ohio, nos EUA (Akron). A subcultura do *metal* é nesta investigação evidenciada como uma saída para a apatia, uma maneira de ultrapassar sentimentos negativos e as frustrações resultantes dos duros desafios da vida quotidiana (Berger, 1999).

Principais resultados de investigação

Para compreender de que maneira os indivíduos entraram em contato com o *metal* e a subcultura em estudo, as entrevistas foram iniciadas com questões abertas sobre a génese e a trajetória da ligação ao *metal*, dando primazia à compreensão das influências que os nossos entrevistados possam ter tido, “puxando” pelos fios da sua memória, levando-os a reconstruir um historial da sua relação à subcultura. A música enquanto cerne da subcultura em análise é o segundo tema em análise; abordamos em seguida situações que nos permitem compreender nas respostas obtidas, a construção da identidade pessoal e grupal dos indivíduos entrevistados pela sua relação ao movimento musical. Questionamos ainda, os adeptos do *metal* em relação à exteriorização (com destaque para a indumentária e *look* associado ao *metal*), à ideologia associada a este estilo musical e às relações simbólicas inerentes a estas práticas culturais.

Por outro lado, procurámos também elementos de compreensão sociológica do lugar das mulheres na cultura do *metal* e descortinar qual a perspetiva dos nossos

entrevistados sobre esta temática, já que é do conhecimento sociológico que este mundo social é desde os seus primórdios, fortemente masculinizado (Weinstein, 2000). Abordámos ainda questões relacionadas com os consumos de drogas, do álcool, o vandalismo e o satanismo, que são muitas vezes associados à subcultura (Walser, 2014; Weinstein, 2000).

Por último, mas não menos importante, consideramos a complexidade e diversificação que o *metal* enquanto género musical tem vindo a sofrer nas últimas décadas, bem como a adaptação dos nossos entrevistados à “vida adulta”, encarada esta como o assumir de responsabilidades múltiplas para além da sua pertença à subcultura, ao mesmo tempo que tentamos a compreensão da forma em que o *metal* pode ser “um estilo de vida na sua totalidade” (Weinstein, 2000, p. 139).

Génesis e trajetória da ligação ao metal

Privilegiando no nosso estudo uma lógica da descoberta, com o nosso mergulho no terreno, uma das questões que quisemos verificar foi de que maneira o contexto familiar, as memórias da infância e/ou um eventual contacto musical precoce podem estar relacionados com o género musical em questão e a imersão na respetiva subcultura.

As respostas dos nossos entrevistados¹⁰ permitiram-nos constatar que a maior parte deles teve um contacto frequente com música na sua infância devido ao contexto familiar. Encontrámos, no entanto, casos atípicos, indivíduos em que o contexto familiar na sua infância não esteve de forma alguma em relação com a música, sendo que as primeiras sonoridades foram apreendidas, sobretudo, através dos *media*.

Sónia, de 45 anos, 9º ano de escolaridade, doméstica e residente na Grande Lisboa e Joel, 48 anos, 12º ano, designer gráfico, residente também na Grande Lisboa são dois exemplos do primeiro caso:

(...) em casa ouvia-se um pouco de tudo. Desde música clássica, fado, rock, sempre estive em contacto com a música, inclusive a minha mãe cantava fado. (Entrevistado 8, Sónia) (Viegas, 2022, p. 80)

O meu pai tinha uma aparelhagem com montes de discos de vinil (...) ajudou muito a ouvir música (...) aquele gosto e ânimo de estar sempre a ouvir música quase constantemente. (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 80)

Ouvia-se muita rádio durante o dia nos anos 1970, só havia quatro canais de televisão e era na rádio que íamos descobrindo as músicas que iam saindo. (Entrevistado 5,

10 Todos os nomes utilizados são fictícios para garantir a confidencialidade dos entrevistados.

Rafael, 57 anos, Licenciatura em Gestão de empresas, executivo, residente na Grande Lisboa) (Viegas, 2022, p. 81)

A análise do material empírico permitiu-nos ainda distinguir “aqueles que sempre ouviram música em casa” daqueles, que para além disso, “aprenderam a tocar um instrumento musical na infância/pré-adolescência”.

Desta forma, os nossos resultados vão ao encontro das conclusões de Hein no que concerne a influência parental na aquisição das “(...) bases de determinado número de disposições favoráveis à receção musical” (Hein, 2004/2019, p. 14). No entanto, os entrevistados também fazem alusão aos *media* como principal meio para o contato com a música na infância/pré-adolescência, como vimos nesta última citação de Rafael.

Apenas duas pessoas tiveram uma educação musical mais formalizada: Teresa, de 45 anos, com Licenciatura em Arquitetura e Conservatório em piano e Canto, é atualmente professora de piano e de canto, vive em Lisboa e Laura, de 43 anos, com Licenciatura em Línguas, agente imobiliária e residente no Algarve que teve aulas de piano até aos 17 anos. Este fato não impediu que mais de metade dos participantes no estudo tenham feito parte e/ou façam, atualmente, parte de bandas de *metal*.

Quanto ao primeiro encontro com este género musical, são os amigos que são mencionados como os primeiros e os principais agentes de socialização e de transmissão da música *metal*. É neste primeiro encontro que se dá como que um “clique”, um enamoramento repentino, no dizer de Hein (2004/2019), o designado “*coup de foudre*”.

Rui, por exemplo, de 48 anos, com o 12º ano, técnico de eletrónica e residente no Algarve, conta como esse encontro se deu aos 12 anos, graças a um amigo que era o único que estudava fora da sua zona:

(...) ele teve o contacto com os sons mais pesados e trouxe para nós (...) emprestou-me e gravou-me uma cassete com Celtic Frost, Sodom e WASP (...) foi amor à primeira audição (risos), deu o clique mesmo. Quando ouvi Celtic Frost, pensei, é isto! (Entrevistado 4, Rui) (Viegas, 2022, p. 83)

Por seu turno, Laura admite que, apesar de ter tido contacto com o género e a subcultura na adolescência, através do seu irmão, o seu “enamoramento” a sério deu-se mais tarde: “(...) a partir dos 20, 21, foi quando comecei a entrar mesmo a sério na cena da música (...) ou a compreender melhor, já gostava, já ouvia, mas ainda não me tinha dado o clique.” (Entrevistada 2, Laura) (Viegas, 2022, p. 85).

Quanto às idades em que se deu o encontro com o *metal*, estas remetem para idades precoces de pré-adolescência, em particular nos entrevistados do sexo masculino e com idade mais avançada. Por exemplo, Rafael que com 57 anos, iniciou-se

na subcultura aos nove anos; enquanto Fábio agora com 54 anos enamorou-se por este estilo musical aos dez anos de idade. Verificamos que as duas entrevistadas, mulheres, se iniciaram bastante mais tarde no *metal*, relativamente aos outros entrevistados: Laura aos 21 anos e Sara aos 17 anos.

Mais uma vez constatamos que estes resultados correspondem ao que nos diz Hein que situa a descoberta do *metal* entre os 12 e os 14 anos de idade “(...) proveniente de uma fonte geracional mais próxima, uma vez que os irmãos mais velhos, os cunhados, primos e amigos são muitas vezes mencionados como tendo iniciado este encontro” (Hein, 2004/2019, p. 14).

Outra questão a destacar é a importância da banda Iron Maiden para grande parte dos entrevistados que dizem ter-se apaixonado pelo *metal* através do contato com esta banda, tal como já referido também pelos entrevistados do estudo de Hein (2004/2019).

Se a música em si é referida como o principal factor de atração pela maioria dos entrevistados, à semelhança do pensamento de Weinstein (2000), e referem a “agressividade do som”, outros dizem ter sentido uma atração irresistível pelo *look* dos artistas e dos metálicos, neste caso, mais as raparigas, e ainda pelas ilustrações das capas dos discos, outro elemento de sedução do género.

Tendo em conta os testemunhos dos nossos entrevistados e o estudo desenvolvido por Hein, podemos concluir que não parecem existir diferenças substanciais entre o caso português e a realidade francesa, no que toca aos contextos que levaram à descoberta e ao enamoramento dos adeptos pelo género musical.

A construção da identidade pela ligação ao metal

Uma das questões em que o *metal* se distingue de outros géneros musicais é a marca da sua irreverência e como refere Walser (2014), o facto de provocar reações extremas, o que remete para posicionamentos polarizados, ou se ama, ou se odeia.

Num contexto político-histórico da sociedade portuguesa do final dos anos 1970, logo a seguir a uma ditadura marcada pela censura e por um conservadorismo que durou mais de quatro décadas, o contexto sociocultural da época não era convidativo à aceitação da cultura do *metal*. Não é de estranhar assim que os nossos entrevistados terem afirmado que se sentiram marginalizados pela sociedade da qual faziam parte.

O primeiro choque cultural acontecia desde logo, no seio da família, evidenciando um conflito geracional, em que se tornava difícil alguém afirmar-se como metálico perante os familiares mais próximos. A discriminação fazia-se sentir também por via dos pais dos amigos dos *headbangers*¹¹, do preconceito das forças policiais e da desconfiança de uma sociedade que não compreendia a subcultura musical do *metal*.

Ainda nos dias de hoje, mesmo depois de uma transformação societal significativa associada a cinquenta anos de democracia, alguns dos nossos entrevistados dizem sentirem-se alvo de estigmatização¹².

Deixar crescer o cabelo foi a primeira grande “luta” que Joel teve de travar, aquando do seu engajamento no mundo do *metal*: “(...) a guerra começava em casa, não era só na rua, era uma luta que se tinha que ir fazendo aos poucos (...)” (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 94).

Laura foi confrontada com uma educação familiar “muito tradicional e limitada” (nas suas palavras). Teresa lembra as discussões parentais diárias; Sónia e Sara (de 44 anos, com o 12º ano, técnica auxiliar de educação, residente no Porto) também se sentiram pressionadas pelas suas formas de vestir:

A minha mãe, ainda hoje, torce o nariz aos piercings, às tatuagens e às botas (...). (Entrevistada 2, Laura). (Viegas, 2022, p. 95)

(...) eram discussões permanentes, diárias com o meu pai por causa das botas da tropa, que me dizia “porque não andas com sapatinhos como as outras meninas?”. (Entrevistado 7, Teresa) (Viegas, 2022, p. 95)

(...) quem é a mãe que quer ter uma filha sempre vestida de preto? Sempre refundida? Claro que não (...) ela dizia: “tu e as caveiras, os gatos pretos...” (risos). (Entrevistado 8, Sónia) (Viegas, 2022, p. 94)

(...) o meu próprio pai, que tem uma mentalidade mais antiga, quando comecei a pintar as unhas de preto — isto é um bocadinho embaraçoso — (risos) virou-se para mim e disse-me assim: “ó filha tu sabes quem é que pinta as unhas de preto? São as meninas da rua”. (Entrevistado 9, Sara) (Viegas, 2022, p. 94)

No discurso de Sónia, também se verifica uma disparidade na “aceitação social” da diferença, em duas zonas do país distintas, simultaneamente com a discriminação dos pais dos amigos:

(...) principalmente na sociedade retrógrada do norte do país, vinha habituada de um sítio onde uma rapariga podia andar de calção ou de fato de banho na rua, porque era uma terra piscatória e de praia [Peniche] para uma terra [Peso da Régua] em que uma

11 Headbangers do inglês que significa aquele que “agita a cabeça”. Segundo o dicionário da Porto Editora *online*: *metaleiro*, fã de *heavy metal* (Porto Editora, s.d.).

12 O termo estigma é aqui utilizado na conceção de Goffman (2004). Para este autor, a sociedade estabelece de que forma se categorizam as pessoas e os atributos considerados “normais” para cada categoria e enquanto seres sociais “avaliamos” o indivíduo desconhecido de acordo com preconceções que transformamos em “expectativas normativas (...)” (Goffman, 2004, p. 5).

rapariga era muito mal vista sair sozinha, quanto mais gostar da música do demo, do diabo (risos). Desde cuspirem-me, chamarem-me nomes, drogada, lésbica, só pura e simplesmente por eu me vestir de preto e chegarem ao cúmulo de dizerem: “eu não quero que a minha filha ande com você” (...) éramos julgados somente pelo aspeto (...). (Entrevistado 8, Sónia) (Viegas, 2022, p. 96)

E Rui conta como se sentiu marginalizado pelas autoridades: “(...) juntávamo-nos à noite junto à estação dos comboios e quando vinha o jipe da GNR, estamos 15/20 amigos e o único que era revistado era eu, porque tinha cabelo comprido e usava *t-shirts* pretas e com desenhos (...)” (Entrevistado 4, Rui) (Viegas, 2022, p. 97).

No entanto, o repúdio da sociedade em geral tornava o género musical ainda mais atrativo aos olhos destes jovens adolescentes. Traduzia-se num “ataque desavergonhado aos valores centrais da civilização ocidental” (Weinstein, 2000, p. 3), sendo um motor gerador de tensões.

Também ligada à temática da identidade, está a importância da exteriorização da subcultura pela indumentária:

Continuo a vestir-me desta forma, sempre o fiz, à parte de uma fase em que trabalhei num hipermercado e tinha que vestir farda e à parte de ter que ir de fato e gravata para os exames orais, sempre me vesti com as *t-shirts*, de preto (...) é uma forma de identificação, a tal irmandade, o pertencer a um grupo, podemos não gostar das mesmas bandas, mas sabemos que estamos ali dentro da cena do *metal*. (Entrevistado 6, Mauro) (Viegas, 2022, p. 101)

Neste aspeto, conseguimos distinguir aqueles que adotavam o *look* metálico propositadamente para “chocar a sociedade”, dos indivíduos que afirmam ter sido uma forma de expressão da sua afirmação enquanto pessoa e da sua identificação com o movimento.

Nós queremos chocar e o que choca a sociedade normal? Uma das coisas que choca mais é confrontá-los com um dos maiores medos que eles têm que é o medo de morrer (...) as caveiras estão relacionadas com a aceitação da morte. (Entrevistado 2, Laura) (Viegas, 2022, p. 101)

Já Sónia tem uma opinião diferente sobre este assunto, assim como Fábio (de 54 anos, 12º ano, radialista de profissão e residente em Lisboa) que compara as bandas de *metal* a clubes desportivos, ou Petra (de 47 anos, com Licenciatura em Línguas, consultora de empresas internacionais, reside na Bélgica atualmente, de Lisboa) que destaca a exteriorização da cultura do *metal* como forma de identificação grupal em detrimento do “choque” provocado na sociedade em geral:

(...) chocar? Mais depressa choca uma imagem de uma criança em África a morrer à fome do que uma caveira no meio da testa! (Entrevistado 8, Sónia) (Viegas, 2022, p. 102)

(...) as pessoas vestiam-se assim porque estavam a imitar os seus ídolos, era a forma como se identificavam em termos de personalidade, é como tu tens a malta que gosta do Benfica, do Sporting ou do Porto, que vestem e têm os cortes de cabelo parecidos com os ídolos deles porque são jogadores que eles apreciam; na música é a mesma coisa. (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 102)

(...) é uma espécie de identificação da tribo. [vestia-me] obviamente com o ténis bota e com aquelas coisas que se usava preto, aquelas coisas de ginástica [pulseiras para o suor] (...) Os elementos de união da tribo são muito importantes, porque até, quando vais a andar, e vês alguém “o quê? Tem uma *t-shirt* de Judas Priest?” viras logo a cabeça, só pode ser boa pessoa! (Entrevistado 11, Petra) (Viegas, 2022, p. 102)

A fabricação social da diferença é vincada pela união de grupo gerada pela subcultura. A música é a linguagem, ligada ao *look*, remetendo para uma certa forma de estar e para as maneiras reproduzidas pela própria linguagem corporal dos *head-bangers* (Weinstein, 2000). A *t-shirt*, é tida como um símbolo de homenagem às bandas preferidas, gerando, ao mesmo tempo, um *flash* produtor de fortes relações interpessoais. O *metal* existe, enquanto gerador de coesão social, e é percebido como interclassista, indo para além das classes sociais, da etnicidade, das preferências políticas e das crenças religiosas.

Era a cena de não querer ser igual ao resto do pessoal. (Entrevistado 7, Teresa) (Viegas, 2022, p. 103)

Ouvíamos aquela música e olhávamos para as capas e também queríamos ser assim, mas não era só os artistas, os amigos também se vestiam assim e era aquela coisa de estar de acordo (risos). (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 105)

Estar com pessoas que se vestiam da mesma maneira fazia-nos sentir mais à vontade (...) Nos anos 1990, não era tão habitual [ver-se tanta gente na rua com *t-shirts* de bandas], quando vias alguém, metias conversa ou acenava-se, era uma coisa que acontecia muito mais do que acontece hoje em dia. (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 105)

O *metal*, principalmente nessa altura, era o motor social da construção de relações profundas:

(...) era o elo de ligação, tanto na escola com gente que gostava de *metal* e fora da escola aos fins de semana (...) tenho amigos de muitos anos que vêm daí. (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 106)

É uma forma de identificação, mesmo que não conheçamos a pessoa, podemos ir a qualquer parte do mundo (...) se nós nos cruzarmos com alguém, podemos nem falar a mesma língua, mas se tem uma *t-shirt*, identificamo-nos com a pessoa, há ali logo uma afinidade. (Entrevistado 6, Mauro) (Viegas, 2022, p. 106)

No mesmo sentido vão os discursos de Fábio e de Rito (43 anos, 12º ano, proprietário de bar e residente no Algarve):

(...) se tu vires uma pessoa no supermercado com uma *t-shirt de metal*, tu percebes que tens ali um irmão e, se o abordares, ele de certeza que é simpático para ti, mesmo que não tenhas nenhuma *t-shirt*, mas se tiveres ele, eventualmente, te receberá de braços abertos por assim dizer. É uma autêntica irmandade. (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 107)

Ainda hoje em dia, estás todo contente quando vês um metaleiro na rua, não é preciso que a malta se dê beijinhos, mas dão de vaia, há sempre um olharzinho, uma simpatia. (Entrevistado 1, Rito) (Viegas, 2022, p. 107)

Percebemos, ainda, que todos os entrevistados não têm dúvidas em relação ao papel que o *metal* teve e continua a ter nas suas vidas, enquanto instrumento de socialização e na sua construção identitária.

Acreditam, que tem algo que os outros géneros musicais não têm, enfatizando a sua importância ao compará-lo com os demais, quase como que “idolatrando” as suas características, que influenciaram fortemente os seus percursos de vida. Há quem destaque o ato de rebeldia que lhe está associado, mas também a força que daí advém. Os entrevistados reforçam a diferença, usando a palavra militância, distinguindo-se dos demais fãs de música e traçando uma ponte geracional:

(...) é uma das características do pessoal do *metal*, que nos distingue de outros fãs: a militância de quem ouve *heavy metal*. Não é só uma questão de moda, é questão de gostar-se e mostrar que se gosta (...) O pessoal do *metal* ainda é um dos poucos fãs de música que se mantêm hoje em dia fiéis à compra do formato original, seja o vinil, a cassete, o CD, seja o *merchandising* (...) o *rock* e o *metal* sempre foram coisas que nos distinguiram das gerações anteriores, portanto, esse ato rebelde era para marcar a diferença das gerações mais velhas, não quer dizer que eu com cinquenta anos, apareço na loja um jovem de 17/ 18 anos e temos o mesmo espírito (...) somos ambos fãs de música. (Entrevistado 6, Mauro) (Viegas, 2022, p. 108-109)

Por outro lado, o *metal* tem um papel fulcral na afirmação do adepto enquanto pessoa, ganhando contornos que extravasam para a sua vida em sociedade:

(...) o *metal* transformou-me numa pessoa que tem que lutar, que é guerreira, que consegue ir para a frente, que não desiste (...) Não me vejo de maneira diferente. Às vezes, estou num concerto, paro para pensar e digo: “ainda bem que eu gosto disto!”, não me estou a ver noutra estilo, é o meu mundo. (Entrevistado 9, Sara) (Viegas, 2022, p. 108-109)

No que concerne aos valores e ideologia associados ao movimento, na visão dos participantes no estudo, têm a ver com contestação social, preocupações ambientais, proteção dos animais, antidiscriminação, liberdade, rebeldia, sentimento de pertença e solidariedade:

(...) ter uma atitude mais crítica e mais contestatária (...) há muita malta que deixou de comer carne, uma propensão mais ativista em relação aos direitos dos animais, por exemplo, os Carcass ou outras bandas que podiam ter imagens sanguinárias, mas depois eram vegetarianos e com essas preocupações ambientais. (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 112)

Diferença, tolerância, observar o próximo, proteger os que mais precisam e coisas desse género. Foi por aí que eu aprendi; quer dizer, eu já tinha esses valores incutidos pela minha mãe, mas aí encontrei mensagens contra o racismo, antinazismo, a famosa dor de corno e de separação (...) é [também] uma afirmação de rebeldia, sem dúvida nenhuma (...) eu tanto sou capaz de me rir com uns Kiss e o visual deles, como já não me rio tanto, eventualmente, com certas bandas de *black metal*. (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 112)

Embora o *metal* tenha caminhado, ao longo do tempo, também na sociedade portuguesa, de tal forma diversificado, que está marcado por diferentes posições ideológicas e sistemas de valores, os nossos entrevistados, adeptos da subcultura desde os seus primórdios em Portugal, revelam semelhanças nas suas formas de estar e nas suas mundividências. Desta forma, mesmo sem lhe podermos atribuir uma ideologia concreta, entendemos, com base nos testemunhos obtidos, que, para os nossos entrevistados, o *metal* está centrado no anti-autoritarismo e prima pelo hedonismo. Estas ideologias estão bem presentes na literatura consultada, tanto em Weinstein (2000), como em Hein (2004/2019), embora os autores também concordem que o motor, sem o qual a “máquina” não funciona é a música, como veremos de seguida.

A música no coração do mundo metálico

Independentemente de haver ou não haver preferências por parte dos nossos entrevistados por um subgénero do *metal* em específico, a lealdade a esta prática cultural advém sobretudo de um enamoramento musical, que já dura há décadas.

De acordo com os excertos de entrevista recolhidos, podemos assinalar diversos aspetos, que levam a esse “amor pelo *metal*”: as sensações de prazer que despertam, uma sensação de poder que lhe está associada e ainda, a mitigação de sentimentos de raiva e frustração.

É muita complicado. Não dá para viver sem música, ponto. É a maneira que tu tens para te exprimires, sei lá, faz-te sentir viva! (Entrevistado 7, Teresa) (Viegas, 2022, p. 115)

Para mim, é terapêutico, faz-me esquecer de tudo. Qualquer problema que tenha, chego a casa, ouço sempre aqui no meu covil [Rui tem uma sala dedicada ao *metal* com milhares de LPs, cassetes e CDs]. Só o pegar no disco é terapêutico (risos). (Entrevistado 4, Rui) (Viegas, 2022, p. 115)

Há, até, quem chegue a atribuir-lhe uma função de dissuasão em relação a pensamentos suicidas:

Sempre fui bastante introvertido e a música também ajudou nesse aspeto (...) a música sempre teve esse efeito aconchegador, protegia, eu até costume, e não o digo de forma displicente: talvez me tenha salvo a vida muitas vezes. (Entrevistado 6, Mauro) (Viegas, 2022, p. 116)

(...) eu não consigo imaginar a vida sem eletricidade e sem música; se não fosse por isso, eventualmente já não estaria por cá (...) efetivamente, abstenho-me de uma data de pensamentos eventualmente menos positivos, faz-me sentir celebrar a vida (...). (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 116)

Já para Petra é mesmo possível comparar um concerto de *grind core*¹³ a um *spa* de cinco estrelas e segundo Carlos “só eles sabiam que esta era a melhor música do mundo”.

Os discursos dos nossos entrevistados vão ao encontro das conclusões de Weinstein (2000, p 143: “o orgulho mais profundo de um membro da subcultura do *metal* é o de ser um apreciador de boa música”. O *metal* pode ser tido como uma oferenda vinda dos deuses, “*the metal gods*”. Algo que leva a experiências emocionais extremas, de catarse e euforia.

13 Subgénero de *metal*, que resulta da fusão entre o *death metal* e o *hardcore punk*. O primeiro álbum a ser considerado *grind core* foi o *Scum* de Napalm Death, editado em 1987.

As mulheres e o metal

No que respeita à relação das mulheres com o mundo do *metal*, temos duas questões fundamentais: as mulheres estão em minoria na subcultura, e o sexismo que é associado ao movimento, por autores como Deena Weinstein (2000). Esta autora considera que a cultura do *heavy metal* é masculinizada e esmagadoramente constituída por grupos masculinos, com uma ideologia heterossexual extrema (Weinstein, 2000).

De fato, o que a mulher representava, principalmente no início do movimento, não se coadunava de todo com o espírito metálico. Ela é considerada uma ameaça do coletivo masculino (Walser, 2014). É na interação entre homens que se fabricam as relações sociais “saudáveis”, que não põem em causa a masculinidade. É aí que se dão os excessos, a inversão das regras, a recusa de imposição de quaisquer limites (Walser, 2014). No sentido oposto, o relacionamento amoroso com uma mulher põe em causa a independência do homem. A mulher é sedutora e leva o homem à perdição e esse temor latente faz com que elas sejam subjugadas¹⁴. Esta representação social da mulher por parte dos homens leva também, segundo Walser (2014), a justificar a necessidade de um controlo patriarcal.

Todavia, não são as diferenças biológicas que parecem estar aqui em causa, mas sim o puro culto da masculinidade, uma vez que as mulheres que não exaltam a sua feminilidade na aparência, que nutrem amor pelo *metal* e são conhecedoras do género musical são tratadas de igual para igual (Weinstein, 2000).

A partir do discurso dos nossos entrevistados, podemos verificar que as opiniões divergem, tendo em conta também o espaço temporal a que se referem. As visões dos homens não são idênticas, tal como se pode constatar uma heterogeneidade social das experiências sociais vividas do lado das mulheres.

Na sua grande maioria, o testemunho dos nossos entrevistados não concorda com a visão de que as mulheres são objeto de discriminação de género. Apesar disso, alguns participantes no estudo, principalmente, os que estão na faixa etária acima dos cinquenta anos, confessam que a mulher é extremamente sexualizada no mundo do *metal*. Podemos constatar também que as próprias mulheres se discriminam entre si, diferenciando-se das demais, o que nos leva mais uma vez à ideia de que a diferença é cultural e não biológica.

No final da década de 1980 e no início dos anos 1990, a maioria de homens no mundo do *metal* era esmagadora. O que não quer dizer que elas não existissem e não marcassem a sua presença nesta subcultura no nosso país:

14 A mulher sedutora e tida como “perigosa”, e desta forma, subjugada, é retratada em inúmeras músicas no *metal*, mais em particular no *hard rock* e no *heavy metal* sob a forma mais tradicional.

Havia muitos mais homens, podias ter mil gajos num concerto e no meio deles 200 mulheres. Haviam muitas mesmo assim e na altura geralmente nem se distinguiam muito dos metálicos na indumentária, também usavam as t-shirts de bandas, calças elásticas (...) Havia várias miúdas que encontrava em concertos, algumas até tocavam (...). (Entrevistado 12, Carlos) (Viegas, 2022, p. 124)

(...) da minha parte e em relação às pessoas com quem eu me dava mais, nunca houve aquela coisa de, por ser mulher, ter um tratamento diferente, era só não serem tantas, mas de resto estavam tão à vontade como nós. (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 124)

Manas sempre, completamente integradas (...) da minha parte, se há esse tipo de comentários perto de mim, não têm muita sorte, porque eu não fui educado assim (...) as pessoas são o que são, independentemente do sexo. (Entrevistado 1, Rito) (Viegas, 2022, p. 124)

Dos cinco indivíduos do sexo feminino entrevistados, três referem ter sentido algum tipo de discriminação, por motivos diferenciados. Teresa, por exemplo, realça de que forma as mulheres não eram bem vistas enquanto músicas; Petra denuncia a discriminação de que foi alvo no início, em termos de acesso à subcultura; e Sónia refere um certo preconceito nos dias atuais, quando as mulheres se querem afirmar enquanto especialistas no género musical.

(...) havia muito essa coisa super machista dentro do *metal*; eu conheci isso a tocar, ir com o resto do pessoal que eram todos gajos e o organizador cumprimentava todos menos a mim (eu tocava teclas) “Ah, és a namorada que vem ajudar a trazer material?” (...) a sério, nota-se bué! (Entrevistado 7, Teresa) (Viegas, 2022, p. 124)

Tendo em conta este último testemunho de Teresa, quando abordamos os artistas “mulheres no *metal*”, é de referir um estudo de 2018, que vem exatamente confirmar essa tendência. Em *Gender Inequality in Metal Music Production* (Beckers & Schaap, 2018), os autores confirmam que as mulheres são uma minoria na produção deste género musical. Segundo eles, apenas 3 por cento dos artistas de *metal* são mulheres (Beckers & Schaap, 2018). Por outro lado, neste estudo também se confirma que as mulheres desempenham os papéis femininos “expectados” nas bandas de *metal*, ou seja, são maioritariamente vocalistas (44 por cento), de seguida tocam instrumentos “não metálicos” como o violino e a harpa (19 por cento), segue-se o baixo com 12 por cento e as teclas (10 por cento), sendo que apenas 8 por cento das mulheres em bandas de *metal* são guitarristas e 6 por cento bateristas (Beckers & Schaap, 2018). Segundo os autores, esta proeminência das mulheres remetidas

para a voz evidencia um encapsulamento do papel feminino, o que permite à música *metal* permanecer masculina (Beckers & Schaap, 2018). Elas apenas oferecem suporte aos “verdadeiros” músicos (Beckers & Schaap, 2018).

Apesar de existirem mulheres completamente integradas no mundo do *metal*, a verdade é que a mulher “não metálica” era tida como uma ameaça à preservação desta subcultura, uma vez que poderia desviar o adepto da sua lealdade. Alguns testemunhos estão direcionados nesse sentido:

Normalmente, as namoradas dos metaleiros eram pessoas que não gostavam da sonoridade. Eram muito adversas e aconselhavam os namorados para que deixassem de gostar do som (...) agora metaleiras que tinham casacos com *patches* e que usavam *t-shirts* e que gostavam, elas normalmente eram acarinhadas porque eram raríssimas e eram super protegidas pelos grupos de amigos (...) (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 126)

As mulheres eram vistas como um símbolo sexual, tanto que pelo menos em 90% dos telediscos dos anos 1980/90 e, se calhar, ainda em 2000 das bandas de *heavy metal* e *hard rock*, as mulheres são sempre um símbolo sexual (...) infelizmente, era esse o estereótipo das mulheres, como elas não ouviam *metal*, iam ao café, (...) ficavam ali à porta com o nosso blusão pendurado às costas à nossa espera. (Entrevistado 5, Rafael) (Viegas, 2022, p. 127)

Há, também, quem defenda que o movimento em si não tinha qualquer tipo de misoginia associado e que as temáticas em volta da mulher perigosa e subalterna não passavam de uma sátira, ligadas ao hedonismo, aos “prazeres da vida”. De facto, nos subgéneros que sucedem ao *hard rock* e ao *heavy metal* tradicional, como o *thrash* ou o *death metal* abordam-se questões de maior seriedade:

(...) em grande medida, é um bocado satírico, não é para levar a sério. O pessoal queria divertir-se e estava-se um bocado nas tintas (...) no *thrash metal*, não tinhas muito essa coisa das gajas; *hard rock*, *glam* é que era mais a cena das gajas, do dinheiro, dos carros. Havia vários tipos de letras: as hedonistas, dos prazeres e do estilo *sex*, *drugs and rock n’ roll*, depois tinhas as letras de consciência social, com características políticas, do medo da guerra atómica, que nos anos 1980 era uma coisa muito comum (...). (Entrevistado 12, Carlos) (Viegas, 2022, p. 127)

Do lado dos homens, apenas três dizem convictamente que existia uma discriminação de género assumida na subcultura do *metal*. Dito isto, para a maioria dos entrevistados homens, as mulheres são consideradas em situação de igualdade com os homens, apesar da diferença da representação numérica ser assinalável. Reconhecem que pudesse existir misoginia por parte de alguns membros deste mundo

social, mas não a associam à subcultura em si, os protagonistas dessa discriminação são uma minoria que não representaria a comunidade metálica em Portugal.

Sabemos, de fato, que os papéis de gênero nas sociedades são construções sociais e culturais em constante mutação. A masculinidade hegemônica das sociedades capitalistas ocidentais, que remetia as mulheres para as funções expressivas e do cuidar estava bem mais presente há 40 anos atrás, numa herança do Estado Novo em que ao homem era atribuído o papel de chefe da família.

As enormes transformações sociais, nestas últimas décadas, levaram a uma mutação profunda dos papéis de gênero numa multiplicidade de aspectos da vida em sociedade. Neste novo contexto social, terão exercido as suas influências na estratificação de gênero e portanto, também no lugar das mulheres no seio da subcultura metálica.

Álcool, drogas, vandalismo, satanismo?

O cerne da cultura do *metal* parece estar no culto da música o que acaba por secundar tudo o resto à sua volta. Todavia, o álcool e as drogas estão fortemente associados a esta subcultura e são considerados como objetos simbólicos (Weinstein, 2000).

Estas substâncias psicoativas têm a função essencial de potenciar ao máximo as sensações de prazer provocadas pela música (Weinstein, 2000). Daí que todos os entrevistados afirmem nunca terem enveredado por drogas mais pesadas, embora a maioria afirme beber álcool, em situações de socialização, e ter experimentado alguma vez as chamadas drogas leves, como a cannabis. “Era um trampolim para a juventude, para um rebelde, para ganhar coragem, para se sentir impulsionado, para a extroversão, abanar a cabeça, sentir-se alienado, perder a vergonha.” (Entrevistado 1, Rito) (Viegas, 2022, p. 131).

Desta forma, o álcool e as drogas tal como nos explicava Weinstein (2000), são vistas como uma forma de alcançar uma catarse física e emocional aliadas à dimensão festiva da subcultura¹⁵, que ganham vida especialmente nos concertos ao vivo, onde se dá a consecução plena da prática metálica.

Também a euforia com que foram recebidos os primeiros concertos de *heavy metal* em Portugal, depois de um longo período de censura e ditadura, fazia extravasar os ânimos, em certas circunstâncias, em que havia uma subversão abrupta da ordem social. Daí, que esses primeiros eventos em Portugal estejam associados a atos de vandalismo por parte dos adeptos.

15 O que difere da forma como outras subculturas encaram as drogas. Os *hippies*, por exemplo, tendem a associar-lhes uma forma de se viajar ao interior da mente, levando ao auto-conhecimento e traduzindo-se numa experiência exótica.

Éramos marginalizados, mas também éramos mais marginais (...). (Entrevistado 6, Mauro) (Viegas, 2022, p. 133)

(...) uma vez portaram-se mal (...) vandalizaram o comboio¹⁶. (Entrevistado 1, Rito) (Viegas, 2022, p. 133)

(...) ver magotes de gajos de cabelos compridos cheios de picos, só a fazer merda, a partir tudo, a meterem-se com as pessoas, irem para o café (...), a beber cervejas e a deitar as garrafas para o meio da estrada, gajos à pera, gajos com facas (...) quando as pessoas diziam que era uma cambada de putos bêbedos e drogados, em grande maioria, isso aplicava-se, ou seja, muitos eram assim! (Entrevistado 12, Carlos) (Viegas, 2022, p. 133)

A euforia dessas primeiras experiências de jovens adolescentes, saídos de um sistema ditatorial, cedeu lugar a comportamentos bem menos agressivos nos dias atuais. Laura, por exemplo, talvez, também, por ter começado a vivenciar o mundo do *metal* mais tarde (com 21 anos), retrata a conduta metálica de forma muito mais pacífica, tanto em festivais como nos bares em que trabalhou:

(...) os velhotes lá na estação começaram a olhar e disseram: “ena, tanto cangalheiro!” (risos) (...) e depois ficaram admirados do pessoal vestido de preto não ter destruído a aldeia, não ter feito mal nenhum e ter deixado lá muito dinheiro em bebida!¹⁷ (...) eu criei amor à comunidade metaleira por ver o respeito com que tratam toda a gente (...) o metaleiro tem um respeito pela casa que frequenta, pelas pessoas que trabalham, pelo sítio em si e são incapazes de fazerem distúrbios lá dentro (...). (Entrevistado 2, Laura) (Viegas, 2022, p. 134)

(...) a maior parte deles são exemplos de pessoas dentro da sociedade, cumpridores da lei, respeitadores da vida alheia, gostam e protegem os animais, preocupam-se com os mais frágeis, ajudam as velhinhas a atravessar a rua, mesmo que elas não queiram por vezes (risos). (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 134)

Visto do exterior, o mundo social do *metal* desde sempre teve a reputação de estar ligado ao satanismo (Weinstein, 2000). Para além da simbólica das caveiras, dos monstros e das cenas de horror, as ilustrações das capas e, portanto, da vestimenta dos *headbangers* fazem, muitas das vezes alusão ao diabo, com o desenho das cruzes invertidas e de pentagramas. Seguindo o discurso dos nossos entrevistados podemos constatar, no que diz respeito à religião, o ateísmo é a “posição” mais referida. O “satanismo” aparece desta forma como um “anticristianismo” ligado à indignação

16 Refere-se às viagens de comboio para Lisboa, a partir do Algarve, com o objetivo de assistir aos concertos de *metal*.

17 A entrevistada refere-se ao Festival Vilar de Mouros.

dos adeptos, em relação às concepções da igreja católica, que eliminam o hedonismo e o antiautoritarismo, que o *metal* põe em jogo.

(...) nós estamos numa sociedade marcada pelos valores católicos (...) a forma como a religião manipula as pessoas e condiciona muita coisa e, aqui, a música também contribui: o anticristianismo, anti religião; não com a cena de rituais ou missas negras, mas ser um bocado contra (...). (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 136)

Eu acho que é mais para chocar, é mesmo a irreverência, a não conformidade com o sistema como ele existe ou com a sociedade como ela se apresenta (...) para mim, é mais esse sentido de irreverência, descontentamento com aquilo que existe e o extravasar desse sentimento. (Entrevistado 7, Teresa) (Viegas, 2022, p. 136)

Existem exceções, como o caso dos acontecimentos trágicos ligados à cena de *black metal* norueguesa¹⁸, e embora a contestação social ligada à subcultura *metal* faça com que exista um posicionamento negativo em relação à igreja católica e à hipocrisia que esta simboliza para os adeptos do *metal*, o que conseguimos constatar, é que as letras dedicadas ao diabo, as cruzes invertidas e os pentagramas têm o sentido de uma provocação e não propriamente, de seitas satânicas. Nenhum dos entrevistados se assume como satânico ou amante do diabo, dizem-se maioritariamente agnósticos ou ateus, havendo mesmo um deles que se assume como professando a religião cristã.

Tal como vimos anteriormente, trata-se sobretudo de desafiar a ordem estabelecida. Perante as sociedades ocidentais de forte cariz católico, onde o género musical nasceu, a melhor maneira de o fazer será, sem dúvida, exprimindo essa adoração ao diabo, empunhando a blasfémia como arma de provocação. Todavia, as sociedades de consumo atuais incorporaram o “satanismo” e os seus avatares, que se transformaram em produtos geradores de lucro, como explica Hein (2004/2019, p. 28): “Eles são utilizados para fins lúdicos (jogos de vídeo) e comerciais (indústria do cinema e do disco) tal como o horror e a violência, transformaram-se em fatores económicos”.

Complexidade e fragmentação do mundo social do metal

Os nossos entrevistados dizem manter um contacto assíduo com jovens metálicos do século XXI e a maioria acredita que a subcultura se irá manter, embora tendo em conta um contexto bem diferente, sobretudo devido às novas tecnologias a que os jovens de hoje em dia têm acesso.

18 Algumas bandas como Mayhem e Burzum são referenciadas por incentivarem os adeptos a incendiarem igrejas e estão também ligadas a situações macabras como a utilização de um suicídio para a promoção de uma banda ou o assassinato cometido no interior da mesma banda (Barber, 2019).

(...) há cada vez mais malta [jovem] a gostar de *metal*. (Entrevistado 9, Sara) (Viegas, 2022, p. 140)

(...) eu vejo esse fervilhar do pessoal que é incrível! (...) há uma nova geração: 18, 19, 20 anos que são muito, muito ativos: têm bandas, criam editoras (...). (Entrevistado 6, Mauro) (Viegas, 2022, p. 140)

Há muitas bandas, o que é ótimo! O que significa que há muita criatividade. (Entrevistado 11, Petra) (Viegas, 2022, p. 140)

Nos anos 80, 90, a música era tudo para nós e era um dos segredos, era uma das fontes mais preciosas que nós tínhamos para tudo: de boas sensações, de momentos para chorar, para rir, para fazer amor, (...) Agora, as novas gerações, o que eu sinto é que não há *attachment* (...). (Entrevistado 10, Fábio) (Viegas, 2022, p. 141)

As coisas hoje estão mais fáceis: para descobrir bandas basta ir ao Youtube, enquanto que antigamente tinha que se procurar, falar com pessoas, escavar até chegar a elas; (...) não haver esse esforço, esse trabalho para chegar às coisas, acabam por ser mais banais (...). (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 142)

O advento da sociedade em rede e as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tornaram-se veículos poderosos de propagação do *metal*, mas podem, ao mesmo tempo, tornar-se o seu principal inimigo. Os membros da subcultura *metal* prezam a música “ao vivo” e os formatos físicos, e fazem parte dos fãs que continuam a comprar discos, estando inclusivamente associados, ao retorno da “histórica” cassette¹⁹.

Em relação à entrada na vida adulta e à consequente adaptação às responsabilidades profissionais e familiares, para uns, não significou uma mudança substancial do seu estilo de vida, enquanto para outros, teve um efeito de afastamento social, mesmo que temporário. Para ilustrar o primeiro caso, temos, por exemplo, Joel e Rui. Por seu turno, Rafael confessa que as responsabilidades profissionais e familiares passaram a ocupar muito do tempo que anteriormente era dedicado à música:

Na carreira que tive não podia andar de blusão negro, nem de cabelo comprido e durante a semana tenho que andar de fato e gravata (...) sem dúvida, influencia, a pessoa tem outra postura, ter as crianças, a esposa, o nosso tempo é muito mais reduzido. (Entrevistado 5, Rafael) (Viegas, 2022, p. 145)

19 A única fábrica do género na Península Ibérica, a Edisco, localiza-se na Maia, e tem visto aumentar para o dobro, em cada ano, a sua produção na última década. A procura entusiasmada dos “metaleiros” levou a uma certa recuperação de um hábito que está em contracorrente com a revolução digital: ouvir música no velho suporte, a cassette (Stoffel & Nunes, 2020).

Todavia, todos eles dizem nunca terem deixado de ouvir as suas bandas favoritas. Dedicam-se com maior ou menor intensidade à “causa” e todos continuam “apaixonados” pela música *metal*. Alguns dizem mesmo que “nunca mais foram os mesmos” depois do primeiro *coup de foudre* que aconteceu há largos anos atrás. Daí, que muitos o considerem um estilo de vida, ao invés de um escape.

É um estilo de vida, transformou-se num estilo de vida (...) Os livros para mim são um escape, a literatura, a arte, a pintura sim; a música é uma parte da minha vida, não é um escape, é algo que está sempre ali, como comer, beber, é uma necessidade fisiológica (...). (Entrevistado 2, Laura) (Viegas, 2022, p. 147)

(...) há que metalizar o máximo possível! Qualquer dia estamos mortos e já não dá para fazer mais nada!. (Entrevistado 12, Carlos) (Viegas, 2022, p. 147)

Falamos de um género musical que já completou quatro décadas de existência, cujos primórdios remontam à década de 1970 do século passado. De facto, o *heavy metal* desenvolveu-se a partir do *rock* que, por sua vez, tem as suas origens no *rock n’ roll* dos anos 1950. A complexidade do género é tal, que é motivo de polémica entre os seus adeptos que passam horas a fio a discutir as distinções entre subgéneros e subsubgéneros, que foram surgindo ao longo dos anos²⁰.

Da primeira forma de *heavy metal*, que, normalmente, se refere ao *heavy metal* tradicional ou clássico (da qual a corrente NWOBHM — *New Wave of British Heavy Metal* — faz parte), uma panóplia de subgéneros desenvolveu-se, contando, ainda, com as suas próprias divisões internas como o *thrash metal*, o *death metal*, o *black metal*, o *power metal*, o *gothic metal*, o *folk metal*, o *metal core*, o *doom metal*, o *metal* progressivo, o *metal* industrial, o *grind core*, etc. Estas diferenciações acabam por traçar fronteiras entre os adeptos, uma vez que cada subgénero acaba por ter a sua própria ideologia, em termos de assuntos tratados e indumentária associada.

Além disso a própria música e o estilo associado vão ter as suas particularidades em diferentes locais pelo globo, que se influenciam mutuamente. Há fenómenos de incorporação de tradições locais, e as letras e as ideologias variam consoante os contextos sócio históricos, em que estas comunidades se desenvolvem²¹. Na crítica político-social e religiosa, vão ser refletidas as realidades que os fãs e as bandas vivem no momento, naquele local geográfico, mas também preocupações de ordem mundial.

20 No programa *Lock Horns* da BangerTV, por exemplo, especialistas e fãs debatem que bandas e álbuns fazem parte de que géneros e subgéneros dentro do *metal* (para exemplo de episódio, acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=KKu6nUK9Y_k).

21 Como exemplo, podemos lembrar o single de 1980 *Sanctuary* de Iron Maiden, em que Eddie, a mascote da banda, aparece a assassinar Margareth Thatcher, fazendo assim alusão ao contexto sociopolítico vivido no Reino Unido nessa altura.

Por outro lado, existe um código de autenticidade, criando-se críticas ferozes em relação aos artistas, que devem, acima de tudo, ser dedicados à música e ser completamente leais à subcultura que os sustenta²².

As críticas também se direcionam para o facilitismo associado ao século XXI, sobretudo com o advento da *Internet*. Todavia, as novas tecnologias também trouxeram com elas uma forma dos metálicos do mundo inteiro estarem conectados, partilhando as suas experiências, opiniões e desabafo (Silva, 2010).

A crescente complexidade e fragmentação a que o género musical está sujeito trouxe alguma separação por um lado, pela necessidade dos adeptos de determinado subgénero se distinguirem dos demais, mas, simultaneamente, não significa um afastamento por completo, sendo disso exemplo a maioria dos festivais de *metal* em Portugal, que reúne adeptos das mais variadas faixas etárias, localizações geográficas e subgéneros de *metal*.

Principais conclusões

Para fechar o nosso artigo, oferece-nos dizer que o *metal* é um género musical que está na génese de uma subcultura com quatro décadas de existência, cuja complexidade está intrinsecamente ligada, não apenas a essa temporalidade, mas também a uma multiplicidade de elementos socioculturais que a constitui.

Essa complexidade reflete-se nos caminhos que percorremos para responder à nossa principal questão de investigação, na medida em que na origem da reprodução e da manutenção desta subcultura, pelos seus membros com mais de quarenta anos, estão diversas ordens de razões.

Do ponto de vista macro, é fundamental levar em conta o contexto histórico e cultural que levou à consagração deste género musical na sociedade portuguesa, influenciado pelo contexto internacional, imprescindível para explicar o desabrochar e a continuidade desta subcultura em Portugal.

Mudando o ângulo de análise, se colocarmos o foco no indivíduo, podemos afirmar que existe uma verdadeira aprendizagem musical, subjacente à adesão à subcultura e à socialização que a mesma leva a incorporar. O elemento primordial, e sem o qual ela deixa de fazer sentido, é a própria música. É esta que leva ao êxtase

22 "Quando Judas Priest procurou transformar o seu som musical, introduzindo elementos associados à música *pop disco*, os fãs reagiram mal ao álbum *Turbo*. Penalizados pelos consumidores do *metal*, no seu trabalho musical seguinte, *Ram it Down*, voltaram ao seu som original" (Weinstein, 2000, p. 137). O grupo Metallica foi crucificado pelos adeptos da subcultura pela alteração sonora levada a cabo com o *black album* e o grupo de *metal* Sepultura "nunca mais foram os mesmos" para milhares de fãs depois de lançarem o álbum *Chaos AD*.

e ao prazer sensorial dos seus praticantes. É esta “admiração” e “homenagem” à música que faz a produção da subcultura.

É também inegável a estreita relação que existe entre uma necessidade de afirmação de si pelos indivíduos, aliada a uma vontade de pertença ao grupo, a uma “comunidade”, funcionando o género musical do *metal* como gerador de profundas relações sociais. A “receita para a felicidade” dá-se pelo prazer que proporciona quer individual quer colectivamente aos seus membros.

Por outro lado, podemos dizer ainda que esta subcultura do *metal* é um mundo social que partilha a sua própria linguagem, com sistemas de valores, códigos culturais, normas e práticas sociais, ao mesmo tempo que a ideia de “liberdade” lhe está subjacente. É uma linguagem que é apreendida de forma “intuitiva”, “natural”, onde existe também uma experiência social, individual e de grupo, que se afasta de certos valores da sociedade ocidental judaico-cristã e procura ser um veículo de contestação, utilizando, por vezes, a “afrota” à ordem social instituída, como arma de arremesso.

A música por si só, a agressividade do som, os solos de guitarras, o criar uma “atmosfera obscura”, são algumas das passagens discursivas referidas pelos nossos entrevistados para caracterizar essa “atração fatal”. Há também, embora em menor número na nossa amostra, quem ponha em destaque o visual, a imagética dos metálicos, esta muito ligada às ilustrações das capas dos discos, através das *t-shirts*, funcionando estas, como um marcador cultural de exteriorização desta subcultura. A imagem e o *look* têm, ainda hoje, uma função de identificação de grupo e a música é representada nessa exteriorização como um gerador de relações sociais intensas, havendo uma crítica negativa em relação aos que “vestem a camisola” de forma ligeira, mas não fazem ideia do significado profundo deste objecto simbólico de culto, pondo assim em causa a possibilidade de uma “verdadeira” identificação com o grupo. Da mesma maneira, pudemos constatar que o concerto ao vivo está no cerne da cultura do *metal*, pois este é o contexto e momento ritual que permite vivenciar na sua totalidade a experiência metálica.

Constatámos ainda que a maior parte dos nossos entrevistados têm ocupações profissionais que não estão ligadas directamente à subcultura, embora, em algum momento das suas vidas, quase todos eles queiram ter sido músicos. Encontrámos arqueólogos, gestores de empresas, executivos, consultores, agentes imobiliários, muitos deles com vida familiar plenamente constituída. Apesar de nunca terem deixado de estar em ligação com o mundo social do *metal*, cada um destes indivíduos teve uma trajectória de vida que envolve uma multiplicidade de outros contextos socioculturais (Lahire, 2005) e envolvidos com as responsabilidades associadas aos papéis sociais inerentes à vida adulta.

O *metal* que como hipótese primária poderíamos supor ser uma prática cultural típica de uma cultura juvenil deixou de o ser, uma vez, que acompanha o trajeto de vida de cada um dos nossos entrevistados, agora já enquanto adultos, numa idade muito distante da adolescência. O que quer dizer que a famosa frase: “isso é uma fase, isso passa!” não se aplica neste caso do *metal*, que passa a ser uma subcultura multigeracional (Bennet & Hodkinson, 2012).

Constatámos ainda que o principal veículo de ligação entre os membros do *metal* é sobretudo a música, daí considerarem a subcultura globalmente apolítica, atravessando as diversas classes sociais, grupos “étnicos” ou crenças religiosas, o que nos parece estar por comprovar cientificamente e que se constituiria como uma hipótese de trabalho a verificar que em nosso entender remeteria para outro objeto de estudo sociológico. O mesmo acontece em relação às mulheres. Estas são aceites socialmente, da mesma maneira que os homens, se demonstrarem a sua paixão e dedicação à subcultura metálica.

Todos os nossos entrevistados continuam “apaixonados”, o que se reflete nas expressões que usam para descrever a sua relação com a música *metal*: “(...) é como o sangue que corre nas veias (...)” (Entrevistado 3, Joel) (Viegas, 2022, p. 148); “(...) é como comer, beber (...)” (Entrevistado 2, Laura) (Viegas, 2022, p. 148); “(...) quando se gosta mesmo, é para a vida.” (Entrevistado 4, Rui) (Viegas, 2022, p. 148); “É uma sensação única e é uma honra fazer parte deste universo.” (Entrevista exploratória 2, Carlos, 48 anos) (Viegas, 2022, p. 156).

O *metal* transformou as suas vidas, levando-os por caminhos que nunca teriam percorrido, se não tivessem entrado em contacto com este culto musical, assumindo um papel fundamental na fabricação de si enquanto indivíduos e manifestando-se como uma produção societal incontornável no fazer a sociedade e produzir e reproduzir a cultura.

Nota

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Almeida, E. (2013). *Breve História do Metal Português* (1ª ed.). Edição do autor.
- Barber, A. (2019, 28 de março). A sinistra história dos ‘assassinos black metal’ da Noruega. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-47675001>

- Beckers, P., & Schaap, J. (2018). *Gender Inequality in Metal Music Production* (1ª ed.). Emerald Publishing.
- Bennet, A., & Hodgkinson, P. (2012). *Ageing and Youth Cultures. Music Style and Identity* (1ª ed.). Berg Publishers.
- Berger, H. M. (1999). Death Metal Tonality and the Act of Listening. *Popular Music*, 18(2), 161-178. <http://www.jstor.org/stable/853599>
- Borba, R. (2019, 17 de setembro). Tour & Destroy: The Case For Metallica As The World's Biggest Touring Act. *POLLSTAR*.
<https://news.pollstar.com/2019/09/17/tour-destroy-the-case-for-metallica-as-the-worlds-biggest-touring-act/>
- Caulfield, K. (2014, 28 de maio). Metallica's 'Black Album' Hits 16 Million in Sales. *Billboard*.
<https://www.billboard.com/articles/news/6099381/metallica-black-album-sales-16-million-nielsen-soundscan>
- DeNora, T. (2000). *Music in Everyday Life*. University Press.
- Goffman, E. (2004). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, (M. Lambert, Trad.). Guanabara Koogan.
- Hein, F. (2019). *Hard rock, heavy metal, metal: Histoire, cultures et pratiquants*. Éditions Mélanie Seteun. <https://doi.org/10.4000/books.ms.729> (Obra originalmente publicada em 2004)
- Lahire, B. (2005). Patrimónios Individuais de Disposições: Para uma sociologia à escala individual (J. Rowland & A. F. da Costa, Trans.). *Sociologia, Problemas e Práticas*, (49), 11-42.
- Leão, T. (1997). *Heavy Metal: guitarras em fúria* (1ª ed.). Editora 34. Porto Editora. (s.d.). Headbanger. In *Dicionário infopédia de Inglês – Português*. Consultado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/ingles-portugues/headbanger>
- Rosenberg, A. (2014, 18 de dezembro). The Oppression of the Western Devils is Over: One Underground North Korean Metal Band. *METALSUCKS*.
<https://www.metalsucks.net/2014/12/18/oppression-western-devils-one-underground-north-korean-metal-band/>
- Silva, H. (2010). *A Comunidade Metálica Portuguesa no Ciberespaço. Da Comunidade Física à Comunidade Online*. [Dissertação de Mestrado, FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/5448>
- Stoffel, L. & Nunes, D. F. (2020, 13 de outubro). Fãs de metal levam a recorde na fábrica de cassetes da Maia. *Dinheiro Vivo*.
<https://www.dinheirovivo.pt/empresas/fas-de-metal-levam-a-recorde-na-fabrica-de-cassetes-da-maia-12912409.html/>
- Viegas, N. (2022). *Identidades e culturas do mundo do metal – 40 anos e metálico: Um estudo sociológico a partir da situação portuguesa* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. Sapientia, Repositório da Universidade do Algarve.
<http://hdl.handle.net/10400.1/18848>

Walser, R. (2014). *Running with the Devil: Power, Gender, and Madness in Heavy Metal Music* (2ª ed.). Wesleyan University Press.

Weinstein, D. (2000). *Heavy Metal: The Music and Its Culture* (2ª ed.). Da Capo Press.

Data de submissão: 08/03/2023 | **Data de aceitação:** 15/02/2024



A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DE UM SER Nos dilemas diários do viver com demência

THE UNSUSTAINABLE LIGHTNESS OF A BEING In the daily dilemmas of living with dementia

José Manuel Resende

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição, Validação

AFILIAÇÃO: Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Centro de Investigação Interdisciplinar de Ciências Sociais, Pólo de Évora. 7002-554 Évora, Portugal

E-mail: josemenator@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7233-2237>

Maria Rosália Guerra

FUNÇÕES: Investigação, Concetualização, Análise formal, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição, Validação

AFILIAÇÃO: Centro de Investigação para a Valorização de Recursos Endógenos, Instituto Politécnico de Portalegre. Praça do Município, 11, 7300-110 Portalegre, Portugal

E-mail: rosalia.guerra@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3463-0663>

Resumo: A investigação que enquadra o presente artigo tem como objetivo compreender a forma como os seres humanos, em processo de demência continuado, desenvolvem compromissos pessoais baseados na sua dependência com o ambiente de que são feitos, tomando especial atenção ao espaço da casa e às materialidades que o compõem. Metodologicamente, propomo-nos seguir oito casos de pessoas que, por razões da doença, experienciam momentos de descontinuidade do ser, de perda de capacidades, numa espécie de alteração flutuante dos limites de *si*. Através de uma abordagem etnográfica e de uma perspetiva *emic*, que tenta ver os fenómenos pelos olhos das pessoas afetadas, observámos de forma participante o seu dia a dia. Especificamente procuramos: compreender os regimes de envolvimento na ação acionados por seres em situação de grande vulnerabilidade; reconhecer a forma como os objetos e os ambientes participam na ação; atentar à forma como estes podem ser mobilizados para o compromisso possível dos atores.

Os resultados dão conta de que a personalidade dos seres em demência, se estende por meio dos objetos da vida. Os seus ambientes de vida, onde se experienciam situações de hospitalidade e de cuidados inserem-se numa ecologia sensível, que pela confortabilidade que assume, torna-se uma âncora existencial que permite levar a humanidade adiante.

Palavras-chave: demência, ambientes, materialidades, capacidade.

Abstract: The research framing this article aims to understand how humans, in a continuous process of dementia, develop personal commitments based on their dependence on the environment they are made of, with special attention to the home space and its materialities. Methodologically, we propose to follow eight cases of people who, due to the illness, experience moments of discontinuity of being, loss of abilities, in a kind of fluctuating alteration of the boundaries of the self. Through an ethnographic approach and an emic perspective, which tries to see phenomena through the eyes of the affected people, we observed their daily lives in a participatory manner. Specifically, we seek to: understand the engagement regimes in action triggered by beings in situations of great vulnerability; recognize how objects and environments participate in action; pay attention to how these can be mobilized for

the possible commitment of the actors.

The results indicate that the personality of people with dementia extends through the objects of life. Their living environments, where they experience situations of hospitality and care, are part of a sensitive ecology that, through the comfort it provides, becomes an existential anchor that allows humanity to move forward.

Keywords: dementia, environments, materialities, capacity.

Puxar fios de um emaranhado de coisas¹

Na temporalidade que perpassa pela modernidade liberal alargada (Wagner, 1996), as sociações (Simmel, 1998) que se constituem esperam dos indivíduos, iniciativa, empreendedorismo e adaptabilidade não apenas no mundo do trabalho, mas também em diversos outros domínios existenciais, tais como o cuidado com o corpo e os seus usos sociais em múltiplos domínios. E as ações e relações tornam-se ainda mais imperativas porque deslocam o pensamento para o lugar de um “eu” que avassalado por uma doença, como uma demência, põe à prova as suas próprias capacidades de agir, e, em particular, juízos e as suas operações críticas em distintos momentos e ocorrências diárias.

A partir de observações exploratórias de gestos de busca inquietante por objetos pessoais, a dificuldade no desapego em relação à casa, o apego a objetos — chaves, bonecos, santos, etc. —, aguçou a vontade de compreender os envolvimentos da pessoa com demência em seus diferentes ambientes e os gestos tangíveis que realiza com as coisas que importam para si.

Seguindo fios a partir de incursões ao ambiente doméstico e social habitado e frequentado por Etelvina, fomos acompanhando experiências de avanços, recuos e composições urdidas por esta mulher no “tear” das suas ações e envolvimentos quotidianos.

A partir de um conjunto de anotações de diário de campo, resultantes dos vários encontros que tivemos com esta mulher² que vive em processo de demência continuado, mergulhamos na trama de envolvimentos que tece diariamente numa convivência com o inesperado mundo da doença.

1 Todas as traduções ao longo do texto foram realizadas pelos/as autores/as.

2 O nome desta mulher é fictício. A importância de envolver os atores em processo de demência continuado, constituiu-se como uma opção na qual importa dar voz aos atores frágeis, cujas experiências tantas vezes não são relatadas a partir da primeira pessoa. Elegemos pessoas que têm momentos de lucidez e que compreenderam a importância de que, acedendo à participação nesta investigação, estariam a contribuir cientificamente para a melhor compreensão sobre as suas experiências. Foram tidos em conta os princípios éticos, a partir da expressa autorização dos intervenientes, na participação do presente estudo.

A doença não desfila num terreno virgem. Ela interrompe uma vida cheia de obrigações, esperanças, projetos, relacionamentos, momentos felizes, adversidades, infortúnios, uma vida cheia de problemas e tensões. A doença incomoda e acrescenta novos desafios aos próprios desafios da existência (Rude-Antoine, 2019). Para além de colocar o ser em vulnerabilidade e diante da sua finitude, como acontece noutras doenças, acrescenta a incurabilidade e a progressiva perda do domínio de *si*.

É comum, que a demência, possa perturbar o modo corporificado de estar no mundo, incluindo, precisamente, o relacionamento com os objetos materiais. Phinney e Chesla (2003) argumentam que esta síndrome envolve uma rutura do corpo habilidoso, de modo que os objetos usados habitualmente, com base no conhecimento pré-reflexivo e incorporado, tornam-se algo que exige uma paragem para repensar o seu uso. As pessoas com demência podem passar um tempo considerável a tentar usar, guardar e localizar objetos e, por isso, tantas vezes, colocam-nos em lugares que lhes parecem mais seguros ou em sítios mais visíveis.

Do ponto de vista da investigação que nos propomos realizar no âmbito de um doutoramento em Sociologia, consideramos que, as ciências sociais não podem desconsiderar atores que, não obstante a doença, são seres sociais. Que lugares de humanidade permanecem no ser humano nos diferentes arrastos da doença? A pergunta ressoa e impulsiona a ida para o campo.

Apesar das suas limitações como é que os atores, nestas circunstâncias, coordenam as suas ações consigo, e com outros que as visitam em suas casas? Com as exigências capacitarias fragilizadas, titubeantes, e, por isso, refugiadas em espaços encerrados dos públicos, como orientam as suas vontades íntimas de poder (Breviglieri, 2012) estar consigo e com outros, movendo-se ainda de maneira autónoma, puxando até aos limites as crenças nessa autonomia? Perante emanações públicas sobre o envelhecimento ativo, e as suas considerações sobre o bem da autonomia das pessoas velhas, que questões sociológicas existenciais levantam estes seres perante os dilemas das suas precariedades cognitivas, reconhecidas ou não por si, e de condições sociais de vida minguadas, instáveis, e, por isso, delicadas?

O ser em demência – o caso de Etelvina

No caso da investigação³ que enquadra o presente artigo, metodologicamente, elegge-se uma abordagem de tipo qualitativo e de pendor pragmático-fenomenológico com o objetivo de compreender o objeto a partir daqueles que o vivem, na relação consigo mesmos, com os outros e com o seu entorno.

Trata-se de um estudo de carácter indutivo, ainda em processo, por isso, aberto e flexível ao curso da investigação. Os estudos qualitativos procuram dar um

contributo relevante na compreensão de fenómenos menos estudados (Sampieri et al., 2010). Segundo Lahire, a investigação pode ir mais longe, ser mais audaz, no sentido em que pode construir objetos nunca antes observados (Lahire, 2005/2006).

A recolha de dados pretende ser feita a partir de um mergulho nos contextos de vida das pessoas com demência em fase inicial e moderada, procurando compreender pormenorizada e cuidadosamente aspetos das suas vidas, particularmente o lugar dos suportes materiais que povoam os seus dias.

Partimos de um conjunto de anotações de diário de campo, recolhidas numa pesquisa etnográfica, com recurso à observação direta, por vezes participante, bem como de conversas abertas e relatos de vida, que nos permitiram acompanhar pessoas em processo de demência, sobretudo no espaço da casa⁴.

Etelvina vive sozinha, é viúva, tem dois filhos, uma rapariga e um rapaz. Vive numa casa de rés-do-chão, ampla e ajardinada. Sente-se a perder a memória. Há muito tempo que dizia ter demência, doença que diz conhecer por outras pessoas. Informou-nos que há umas semanas tinha ido ao médico e que o diagnóstico veio confirmar o que já suspeitava. “Eu não ´tou louca”. Etelvina diz que as pessoas podem pensar isso. “Estou esquecida e diferente, é o que ´tou” (diário de campo, 15 maio 2023).

Do assombro da perda à luta pela manutenção do ser

À medida que adentramos no campo de investigação, foram-se soltando linhas de reflexão teórica. É o terreno que nos vai, sensivelmente, afetando (Favret-Saada, 1990/2005) e informando sobre os passos a dar. A alusão aos regimes de envolvimento na ação, para a análise do caso que aqui propomos, permitirá compreender as relações não como interrelações face a face, mas num envolvimento complexo e emaranhado com o mundo circundante, o ambiente habitado por seres frágeis, com limitações cognitivas.

3 Este artigo insere-se numa investigação integrada no curso de doutoramento em Sociologia (Universidade de Évora). A investigadora é filiada no Centro de Investigação para a Valorização de Recursos Endógenos — Valoriza do Instituto Politécnico de Portalegre. O projeto de investigação é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência UI/BD/151561/2021 e intitula-se “Dilemas do corpo e da Identidade nos cuidados à Pessoa com Doença Incurável — uma abordagem sociológica”. Esta investigação tem por fito compreender de que forma se processam os envoltimentos, quer no plano mais íntimo e familiar, quer no plano da ação pública, da pessoa em processo de demência.

4 No caso desta mulher, pudemos acompanhá-la noutros contextos de sociabilidades fora da casa, situação da qual podemos extrair dados que apresentaremos num próximo artigo.

A confrontação da vida com os outros — a família e os serviços de apoio domiciliário, supõe o reconhecimento de uma diferenciação significativa entre as relações humanas, por um lado aquelas que ligam os humanos de forma próxima (envolvimento familiar) e, por outro, aquelas que requerem uma ordem pública. A gramática do *fazer o comum* torna-se possível, muitas vezes, nestas composições entre um regime e outro. Mas, por vezes as deslocações entre uns e outros ou são interrompidas, ou terminam pelas inseguranças manifestadas por quem não sente o desejo de exposição pública.

Esta compreensão pelos envoltimentos em ações no plural (Thévenot, 2006) permite apreender, no contexto de vida dos atores em processo de demência, a forma como as relações cúmplices de proximidade e familiaridade bem como os arranjos e arranjos das pessoas e das coisas contribuem para a manutenção do ser, para o reequilíbrio das suas capacidades deterioradas, para os ajustamentos em situações de crítica e dúvida, evidenciando os momentos em que a capacidade se mantém, mas também aqueles em que se esgota, se esvai, se esfuma (Breviglieri, 2008, 2010, 2016).

Objetos na ação — o que nos traz a nossa observação sociológica?

O interesse pela análise dos objetos presentes na ação vivida pelas pessoas com demência funda-se na observação de que estes são uma presença constante nas suas vidas — como objetos que suportam as capacidades cognitivas, por vezes fragilizadas, outras vezes perdidas e esquecidas. A frequência dos seus envoltimentos com as coisas que se espalham nos seus ambientes habitados não permite estabelecer permanentemente uma classificação convencionada pelos seus usos⁵, pese embora, haver momentos em que os hábitos lhes abrem as possibilidades da sua utilização adequada. São envoltimentos porosos, arrançados e compósitos que escrutinam as diferentes modalidades de subjetivação com que se deparam quando se enredam com eles no seu dia a dia. E os vínculos assim estabelecidos com as coisas das mais corriqueiras às mais inesperadas garantem-lhes a continuidade da existência do

5 As interações possíveis com os objetos são múltiplas, e dão conta, precisamente, do seu lugar de coordenadores da ação. Sem os objetos, os atos mais insignificantes seriam às vezes muito mais difíceis. A ação humana é, portanto, realizada em e através da coordenação com mundos de objetos. A questão dos modos de coordenação (Thévenot, 2004) entre pessoas, coisas e ambientes é central na medida de um *fazer com* no qual o ator é chamado a coordenar o seu próprio comportamento, consigo mesmo e com o seu entorno. Também as formas gerais de julgamento mobilizadas em momentos de crítica e justificação aproximam pessoas e coisas em certo aspeto, apreendendo-as segundo modos comuns de qualificação que vinculam figuras do coletivo a objetos comumente identificados (Boltanski & Thévenot, 1991).

ser, amplamente fragilizado na demência — da sua competência, capacidade e autonomia.

Considerar os objetos e outras materialidades que são presença no dia a dia da pessoa com demência é compreender a forma como estes são elementos integrantes da ação, tomando parte na feitura e reconstrução da identidade, na demonstração das competências (Bessy & Chateauraynault, 1993; Dodier, 1993; Thomas, 2014), como elementos que antecipam, suportam e orientam a ação (Dodier, 1993). São meios de coordenação dos humanos entre si pelas sintonias e significados que neles são investidos (Thomas, 2017). São elementos que facilitam as táticas de resistência (Breviglieri, 2016). Os objetos são ainda, por causa desta sua dimensão de coordenação entre os seres humanos, invocados em situações de disputa e desacordos, estando presentes em situações de denúncia, justificação e divergências (Boltanski & Thévenot, 1991).

Para Bruno Latour (2015), a separação entre sujeito e objeto é insustentável. A interação social dos humanos, segundo Latour (2015), ou a correlação entre estes, segundo Ingold (2023) parece sempre mais deslocada dum mero frente-a-frente, não é cara-a-cara, mas lado-a-lado. Ingold acrescenta,

onde a interação é transversal, a correspondência é longitudinal. A primeira é delimitada por fins, definidos antecipadamente por cada parte. Estes fins são comumente conhecidos como “interesses”, do latim *inter* (entre) e *esse* (ser). A perseguição de interesses, na interação, é como uma oscilação entre dois pontos. Mas a correspondência não é uma conexão de pontos, mas uma vinculação de linhas. Não é interativa, mas sim multilinear.⁶ (Ingold, 2023, p. 301)

Latour (2015) considera que, na interação humana, não se pode encontrar simultaneidade, continuidade, nem, ainda, homogeneidade. Mais do que examinar apenas os corpos presentes numa determinada circunstância, é necessário sempre, entre os humanos, recorrer a outros elementos, a outros tempos, a outros lugares, a

6 O conceito de correspondência de Ingold (2023), traz à reflexão muito mais do que aquilo que, pela teoria Ator-Rede poderíamos justificar do ponto de vista da interação. Podemos aproximar o conceito de correspondência a uma noção transacional, não no sentido de trocas materiais puras e duras, mas no sentido em que o organismo e o ambiente vivem um através do outro, de um “viver com”, à luz daquilo que Dewey aclara sobre o conceito de transação (Dewey, 1925 citado em Quéré, 2019). Correspondência, neste sentido, consiste mais em juntar-se com, do que em juntar o (Ingold, 2023). A interação, na vida de Etelvina, acontece numa atmosfera do habitar (Breviglieri, 2006) que supera qualquer noção de interação linear, mas que é densa, dinâmica, ecológica, atmosférica, esférica, com volume. As interações são no plano do próximo, do que ela própria colocou do seu lado. As coisas também seguem em demência. Não na sua composição física, porque estas muitas vezes mantêm a sua forma, mesmo para além da vida humana, mas na sua vivência conjunta, numa caminhada “lado a lado” com o ser.

outros atores sociais, a fim de perceber como as interações são transições corporais rítmicas (Bidet, 2007) consigo próprio ou com outros, mediadas pelas coisas.

No âmbito da perspectiva sociológica do pragmatismo há um interesse pelos estudos que acompanham de perto a forma como os atores se envolvem corporalmente com e nos dispositivos materiais⁷ que eles consideram ou que precisam dominar no curso das suas ações. Com as coisas que os cercam, tanto na vida diária dos seus envolvimentos de proximidade e de familiaridade, como nos seus envolvimentos em público, os apetrechos, isto é, os utensílios experimentados são possibilidades e oportunidades que facilitam as transações que operam individualmente ou com outros.

As possibilidades e oportunidades prestadas pelos usos dos utensílios nas ações situadas nem sempre exigem gestos de cognição apuradas. Por vezes refletem maneiras mínimas de compreensão proporcionadas pela rotina que conforta as ações do dia a dia.

Procuramos compreender como a demência (re)faz os objetos e como os objetos estão presentes nos seus espaços habitados onde dão mostras das capacidades e incapacidades, das habilidades e debilidades, dos atores que vivem este processo. Ainda que os objetos possam frequentemente manter a forma, são apreendidos, utilizados, combinados e arrançados de formas distintas, e servem, tantas vezes, como força de recordação, como garantia de continuidade e envolvimento, como guias flexíveis e ajustáveis às situações do momento, mas também como empecilhos, estorvos que dificultam a vida diária destes seres.

Envolvimentos de proximidade num mundo de fragilidades

Para compreender as formas de apreensão e de envolvimento no mundo, abrimos um parêntesis para compreender, sumariamente, aquilo a que é entendido quando falamos em memória, particularmente, aquela designada por memória corporal.

7 Para Foucault, “dispositivo” é um termo utilizado para descrever um conjunto de dimensões: “discursos, instituições, decisões normativas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1992, citado em Silva-Castañeda, 2012, p. 92). Na sociologia pragmática, o dispositivo pode ser visto de uma forma mais ampla, podendo ser compreendido como um constrangimento externo que rege a ação dos indivíduos, mas também como uma rede, um todo complexo e móvel que abarca as múltiplas formas de envolvimento entre pessoas e coisas.

A noção de dispositivo de Foucault evoluiu para tudo o que tinha a ver com a capacidade de captar, orientar, determinar, modelar, controlar os gestos, os comportamentos, as opiniões e falas dos seres vivos, numa visão que sendo inicialmente marcadamente determinista do social, foi-se abrindo a abordagem subjetivistas do ser e do cuidado, abrindo espaço para a compreensão do lugar dos objetos na coordenação das ações, enquanto suportes e referenciais e nos seus usos centrais na dinâmica do testar as situações de crítica, de procura de justiça, mas também em situações imprevistas, onde, por vezes pontuam as vulnerabilidades visíveis e invisíveis.

Gaete e Fuchs (2016) transportam-nos para a questão do corpo subjetivo ou vivido, que tem a sua própria história. Desde a primeira infância, as suas experiências sedimentaram-se em hábitos sensório-motores e capacidades de lidar com os objetos e com as outras pessoas. Todos estes hábitos e experiências podem ser reunidos na memória corporal e isso aponta para uma continuidade da pessoa que não está enraizada num repertório de memórias mas sim numa experiência sedimentada (Fuchs, 2020) ou numa experiência corporal emocional (Gaete & Fuchs, 2016).

A memória corporal contém o passado como experiência acumulada e atualmente efetiva, sem exigir a recordação de situações anteriores. Esta memória corporal está ligada a outros usos da memória que Fuchs apresenta:

i) A memória processual, relacionada com as capacidades sensoriomotoras do corpo:

hábitos bem praticados, o manuseio hábil de instrumentos, bem como a familiaridade com padrões de perceção, adquiridos por repetição e prática. Essa memória alivia a nossa atenção de um excesso de detalhes e possibilita as atividades não reflexivas da vida quotidiana. (Fuchs, 2020, p. 668)

Este hábito, segundo Ricoeur, permite uma apreensão das coisas porque estas tornam-se extensões habitadas do corpo que adquire um “poder de facilitação” e de “espontaneidade natural” (Ricoeur, 1998, citado em Breviglieri, 2012, p. 9).

ii) A memória corporal situacional permite-nos reconhecer situações familiares e lidar habilmente com elas. Tal diz respeito a situações espaciais particulares nas quais nos orientamos, como num espaço habitado. As experiências corporais ligam-se particularmente aos espaços interiores e, quanto mais frequentemente isso acontece, mais a sala se enche de ambiente familiar e intimista. “Habitar” e “hábito” são igualmente fundamentados na memória do corpo (Fuchs, 2020, p. 668), trata-se de uma memória ancorada no espaço habitado (Breviglieri, 2012), extensões territoriais, circunstâncias e momentos em que os seres usam-na com tranquilidade, segurança e conforto.

Quando estamos perante situações que perturbam a segurança deste ser, tornando-o ainda mais vulnerável, desconfiado e desestabilizado, a experimentar momentos de esgotamento das suas capacidades cognitivas, voltamo-nos para o questionamento de como estes atores garantem a continuidade dos seus envolvimento no mundo. É sobretudo a partir de uma filosofia da vontade e de uma fenomenologia da perceção (Breviglieri, 2012) que podemos compreender as formas sensíveis elementares e primitivas a partir das quais os sujeitos continuam a apreender as habilidades e a orientar-se no mundo em que se reconhecem mais no

plano orgânico que humano (Breviglieri, 2012). A interpenetração no ambiente envolvente dá-se a partir de uma ligação sensível do corpo, tratando-se não apenas de um ambiente que garanta a preservação da vida, mas de um lugar habitável, onde se encerra um envolvimento, que confere uma segurança íntima.

Ainda que envolvidos numa fragilidade desestruturante, há uma vontade, por vezes, pacífica de viver, uma espécie de impulso vital para a vida (Simmel, 1999) que é também uma sensibilidade orgânica que inclina os seres para o mundo (Breviglieri, 2012). É preciso atentar sobre os fenómenos corporais e afetivos para compreender como estes permitem diferentes formas de fazer e participar do comum, mesmo quando, no nível mais involuntário e mais elementar da conduta, onde não se joga a partir da capacidade, mas sim a partir de um sentimento de estar vivo sobre o qual surge um fundamento corporal que permite manter a subjetividade e manter a humanidade que se encerra em cada ser (Breviglieri, 2012). Para compreender esta ideia é preciso, como propõe Ricoeur, “regredir para a vida pura” (Ricoeur, 1998, citado em Breviglieri, 2012, p. 8) até ao involuntário absoluto para nos voltarmos para a vida que continua a partir de esquemas corporais assentes num ambiente familiar, confiável. É possível, como alude Breviglieri (2012, p. 8) “estabelecer uma antropologia do habitado atenta a esta busca primitiva de um enraizamento sólido que oferece ao homem uma segurança íntima de poder deixar-se levar na evidência do visível”. A mobilidade e o envolvimento é facilitada por um espaço benevolente sedimentado em pistas sensoriais que consolidam um apego, uma ancoragem estabilizada por coisas que não precisam ser ditas, nem explicadas e fundamentadas, um refúgio consolador que permite o descanso. É este habitado⁸ construído numa arquitetura protetora e cativante que sustenta o envolvimento que é, muitas vezes, um “deixar-se ir”.

A continuidade da pessoa assenta, assim, numa capacidade distribuída. A personalidade é distribuída pelo seu meio envolvente (Thévenot, 1994). O ambiente e as coisas assumem um uso personalizado que alarga a superfície da pessoa, permitindo a sua continuidade. A partir de uma convivência prolongada há uma acomodação e um ajustamento entre pessoas e coisas que, desligadas de funções meramente cognitivas, mas mais corpóreas, físicas e de toques sensíveis, contribuem para assegurar a manutenção da pessoa (Thévenot, 1994). Para Breviglieri (2006 p. 1) “Os seres e as coisas que nos habitam inscrevem, no seio da nossa personalidade, um pano de fundo de história partilhada que se sente sob a dimensão afetiva da vinculação”.

8 Segundo Breviglieri:

Habitar constitui-se como uma forma de permanência num mundo possível que, a cada momento, vai manifestando a necessidade de ajustamento (...) não se habita assim que se entra no interior de uma casa: é o uso familiar das coisas habituais que, progressivamente, mobiliza e funda um núcleo de habitar que, a princípio, é um núcleo de estabilidade e confiança para a pessoa. (Breviglieri, 2006, p. 1)

É das situações limites que mergulhamos ao observar Etelvina a deambular nos seus mundos. É um vaguar em momentos em que os seus lados habitados se encontram enfraquecidos, dando mostras que a segurança mínima de poder se encontra debilitada. A sua vitalidade diária é agora transferida para as forças orgânicas do seu corpo, e não mais para atos que envolvem esforços cognitivos e avaliadores. Daí o seu cansaço e os seus receios em entrar em territórios públicos, nos quais não se sente à vontade. Os seus apegos são agora circunscritos à memória corporal da sua existência na casa com as coisas que ali estão espalhadas que nunca a abandonaram em nenhuma circunstância.

As âncoras do ser: da hospitalidade, ao “cuidado com”

Quando visitámos Etelvina pela primeira vez, fizemo-lo acompanhados pela profissional de apoio domiciliário da instituição que cuida dela. Esta primeira visita, serve de impulso à reflexão em torno do caso de estudo.

A porta da rua estava entreaberta. A profissional empurrou-a, chamando Etelvina que responde de imediato, informando que já estava à sua espera.

A profissional de apoio entra para a cozinha e vai abrindo uma mala que traz com marmitas lá dentro. Coloca-a em cima da bancada e vai perguntando a Etelvina como se sente, avisando-a que a sua persistência em querer manter-se em casa sozinha só lhe faz mal. Etelvina olha para a profissional com uma expressão de desconforto e avança com um “até que eu possa, é aqui que eu quero estar”, afirmação que é acolhida com uma mão na mão entre ambas.

“Eu sei que que já não sou a mesma Etelvina mas enquanto eu puder...”

Etelvina vai acompanhando a profissional para onde esta vai, percorrendo as divisões da casa com o objetivo de ver se há lixo para despejar ou roupa suja para lavar, sob o comando da voz da profissional que vai apelando a que a acompanhe para, juntas, identificarem o que precisa de ser arranjado. Etelvina vai atrás da profissional, os seus passos e as suas expressões imitam as da prestadora de apoio. À medida que esta se espanta com as coisas sujas, Etelvina faz o mesmo, olhando para as coisas como se não tivesse sido ela quem as deixou assim. (diário de campo, 15 maio 2023)

Apelando às suas capacitações mínimas e vitais, responde logo que é chamada pela profissional que visita em casa. Informa que estava à sua espera, mas esse aguardar não denota o cumprimento de um plano, de um agendamento assentado. Para Etelvina os intervalos de tempo entre estar só ou acompanhada por quem a visita

não é a consumação de uma previsão. É a voz da profissional que lhe assegura que esta vem como combinado.

A observação feita que já é tempo de abalar de sua casa não é devolvida por uma resposta que denota reconhecer estar a ser repreendida por esta profissional. Manifesta um desejo de estender o tempo, e não uma recusa em sair quando o momento chegar. Mas como não há a noção de plano, de validade de prazo, ensaia deixar-se estar. O encontro das mãos dita o resto, o sossego corporal que regista a compreensão mútua de natureza corpórea e já não ingrediente cognoscível.

Esta intervenção da profissional do apoio domiciliário faz puxar o fio do debate em torno do conceito de hospitalidade, compreendendo a efervescência que tal conceito tem tido no debate sociológico nos últimos anos, sobretudo para pensar os seres humanos, em situação de vulnerabilidade, que necessitam de apoio às suas capacidades em esgotamento. Para Jean-Louis Genard, o conceito tem vindo a assumir um significado moral superior face aos seus sentidos políticos e jurídicos imediatos ou trabalhados reflexivamente. Problematizá-lo e discuti-lo desagua na discussão em torno da ideia de “moralização” da crítica social (Genard, 2011, 2015). Através desta dimensão moral,

a pertinência do conceito de hospitalidade reside na sua capacidade de traçar, de re-desenhar ou de repensar o horizonte de obrigações perante aqueles a quem se dirige ou melhor e, mais ainda, no seu potencial de reescrever a questões da relação com o Outro na sua vulnerabilidade, em particular o Outro “distante” quando este “distante” chega a “mais perto”, ou pensar nas condições a oferecer para ele se chegar mais perto, para se aproximar. (Genard, 2018, p. 3)

Como se extrai do uso da categoria, mais do que a dimensão moral do termo, a hospitalidade deve assumir a ação de ir ao encontro, de estar com o outro, que neste caso é Etelvina, que não obstante as fragilidades cognitivas retribui em uma mutualidade expressa organicamente: estende a mão para corresponder ao gesto da senhora que está ali ao seu cuidado. Mostra-se atenciosa no seu gesto, num ritmo à mercê das suas debilidades. E a prestadora de cuidado e de apoio social responde num vai e vem entre declarações que estão sustentadas em suportes convencionais — indo ao encontro daquilo que dita a oficialidade da visita e os seus efeitos — e outros arranjos mais sensíveis tendo em conta as circunstâncias desta experiência profissional.

Etelvina vive nesta ambivalência entre “o saber que já não é a mesma” e o “enquanto eu puder”, ficando hesitantemente permeável à ajuda da profissional de apoio. Há um gesto repetido, uma imitação de reações, um caminho trilhado em conjunto que marca um “fazer com”, um “fazer junto”, não deixando, contudo, de expressar as suas inquietações relativamente suavizadas com o encontro sensível

das mãos, que se sobrepõem uma sob a outra, selando um assentimento tácito, corporal, mas vital para Etelvina.

E do registo apurado, a prestadora de apoio e cuidado usa a cumplicidade para adentrar nos cômodos mais íntimos onde Etelvina circula. Não demos nota de um pedido de autorização para o fazer, não obstante a inexistência de reprovação da outra parte. Em face da experiência limite e das circunstâncias frágeis de como resiste a humanidade de Etelvina, estar-se em cuidado requer de quem cuida atenções em diversas linhas, sejam linhas de atuação sequencial ou sobrepostas. E uma delas reside no estabelecimento de uma linha frouxa, mole no seu formato, entre a intervenção profissional e a não invasão deliberada e não autorizada nos espaços mais íntimos do ser objeto de cuidado.

Ambiências — A casa como lugar privilegiado para estar e ser

Voltamos ao momento da chegada à cozinha para descrever o ambiente,

Entrámos em sua casa, através de um pequeno *hall* que dá acesso às várias divisões da casa. À esquerda a cozinha, lugar onde Etelvina estava sentada. O seu semblante parecia estar em modo “espera”, fixada na janela que figura em frente do seu sofá. Etelvina estava parada, envolvida num mundo cheio de coisas, circunscritas, aparentemente, às paredes daquele espaço. (diário de campo, 15 maio 2023)

Foi para aí que a profissional nos dirigiu. Encontrámos um lugar onde demorámos tempo. Ao adentrar no espaço da cozinha, encontrámos marcas de uma atmosfera peculiar (Breviglieri, 2013). Naquele espaço que há minutos era apenas ocupado por Etelvina, com a nossa chegada, introduziu uma dinâmica diferente que a retirou da atitude de espera para uma atitude de encontro.

Etelvina apresenta-nos a sua casa, falando apenas daquela divisão, apresenta-a como o lugar onde passa a maior parte dos seus dias, “é aqui que estou sempre e que faço as minhas coisas. Faço aaaaaa... muitas coisas. Ainda faço muitas coisas. Veja como ainda faço muitas coisas”. (diário de campo, 15 maio 2023)

Etelvina convive, diariamente, com a perda da sua memória, situação que inaugura, nela própria, uma nova forma de comunicação — fragmentada, repetida e povoada de palavras e gestos de busca. “A profissional de apoio diz que foi necessário passar a entregar as refeições já feitas, dado que havia o risco de se esquecer do fogão acesso” (diário de campo, 15 maio 2023).

Em primeiro lugar, detivemo-nos na descrição, inicial, do espaço, por um lado com objetos estabilizados, aparentemente não mexidos há anos e com outros com ar de baralhados, com convivências improváveis e usos imprevisíveis,

O relógio na parede está parado, marca três horas antes das horas do momento. A cozinha é um lugar pequeno com janela para o jardim exterior da casa. Nesta janela figuram dois vasos com flores com aspeto de que secaram por falta de rega. Há múltiplos objetos, de várias cores e texturas e cheiros a alimentos estragados. Entre estes objetos há vários que denunciam as preferências e as escolhas de Etelvina outros que parecem esquecidos e intocados.

Quando se entra tem uma bancada que suporta o lava-loiças. Aí podemos ver talheres sujos e pedaços de pão com uma forma rígida que podemos tocar, sentindo que estavam duros. No centro da cozinha há uma mesa de sala, redonda, cheia de objetos, variados, que Etelvina foi puxando para perto de si (segundo nos informou a profissional de apoio). Aí, pudemos encontrar mais pedaços de pão duro. Imagens de santos em estampas outras em figuras pequenas. Um recipiente cheio de amêndoas sem pele e papéis, alguns deles com inscrições religiosas outros com números de telefone escritos. Tesouras. Colheres. Uma taça com fruta com um cheiro a estragado. Um cancionário de músicas. Um fogão que está fechado com uma tampa, no qual figuram caixas de medicamentos e papéis com informações em letras grandes com as horas a que devem ser tomados. No frigorífico estão papéis-lembretes onde se pode ler “apagar a luz”, “apagar o aquecedor”, “fechar a porta”, “Chave-Mala-Telemóvel”. Um papel com marcação de análises, um outro com a data de uma consulta. Papéis escritos e afixados pela filha de Etelvina que coloca, num lugar visível, estes auxílios à memória da mãe. Há um armário cheio de fotografias de pessoas de várias idades. (diário de campo, 15 maio 2023)

Após entrar naquele espaço, deixamos para trás o espaço da rua, o espaço público, cada vez mais distante de Etelvina que na maior parte das vezes, mostra-se mais fechada sobre o seu espaço da casa – segundo nos informa a profissional de apoio. (diário de campo, 15 maio 2023)

Para entrar no espaço interior de casa de Etelvina tivemos que passar pelo jardim de sua casa. Um local arranjado, repleto de hortênsias que viemos a saber, pela profissional de apoio, serem cuidadas pela sua filha, depois de longos períodos de abandono, ao qual Etelvina as vetou. (diário de campo, 15 maio 2023)

Etelvina passava por elas como passa pelos objetos que endureceram com o tempo. Não os toca, não lhes presta atenção. Este jardim, informa desde logo, que o espaço de casa desta mulher é um lugar intervencionado por terceiros, a presença da filha e da profissional do apoio, cujas idas são, agora, motivadas pelas circunstâncias da doença.

A profissional de apoio coloca uma cadeira para mim em frente a Etelvina e fica na nossa retaguarda, em pano de fundo, a ouvir a nossa conversa. Vai interrompendo o nosso diálogo para ir espicaçando Etelvina para se dar a conhecer e falar das suas angústias.

Ainda estávamos na presença da profissional de apoio, quando chega a filha de Etelvina. Entra pela porta entreaberta, sem avisar que vai chegando.

Etelvina começa, impulsionada pela profissional de apoio que lhe sugere que se apresente, a nomear alguns dos objetos que tem em cima da mesa, seguindo a proposta que lhe foi lançada. “Tenho tudo aqui à mão”, apontando para as coisas que tem na mesa. Etelvina começa, ali mesmo, a procurar objetos. Remexe pelo meio destes, numa atitude de busca, tira uns para cima dos outros, olha-os com um tempo demorado, até que encontra uma fotografia sua com uma aparência de mais nova. A filha, ao mesmo tempo que a mãe procura os objetos, sussurra baixinho sobre o estado em que a mãe tem as coisas, voltando-se para mim e para a profissional, informando-nos que desde que surgiram os primeiros sinais da doença, que a casa assumiu este estado, de que todas as coisas saíram dos armários e estão quase em cima da mãe”. (diário de campo, 15 maio 2023)

A cozinha denuncia uma atmosfera mais “interior” (Breviglieri, 2013), com uma luz baixa, intimamente vivida e que deixa evidente, nos contactos que fomos tendo, neste espaço, a existência de ritmos e movimentações ambivalentes, ora de desligamento, ora de aproximação. À medida que entro neste espaço, sinto como se mergulhasse num ambiente com temporalidades, cores, luminosidade e cheiros inesperados.

Etelvina está sentada naquele sofá junto à mesa da cozinha. Segura o seu corpo contra a mesa, numa proximidade que lhe permite um fácil acesso a tudo aquilo que exhibe e que está sobre o móvel. É um ambiente arranjado que esta mulher foi compondo para apoio à sua atual condição, em que as suas capacitações menores inauguram uma outra estética do lugar, que denuncia uma ligação única e menos convencional entre si e os seus objetos. Trata-se de uma personalidade distribuída. Como informa Thévenot,

A personalização das coisas é uma operação interessante porque associa as exigências práticas do controlo da atividade às condições de manutenção da pessoa. Não se trata apenas da distribuição de uma pessoa sobre as coisas, mas também, inversamente, da constituição de uma personalidade com base em laços familiares. A distribuição aos que o rodeiam dá ao ser humano uma consistência com uma personalidade própria. As coisas personalizadas não se desligam da pessoa que delas se apropriou, mas alargam a sua superfície e garantem a sua continuidade. (Thévenot, 1994, p. 95)

Comida, objetos religiosos, livro de canções, papéis... que, ao longo do nosso encontro, vai tocando e chamando para si, para falar daqueles que seleciona para se apresentar. Mexe nos objetos em gestos de busca inquietante, não encontra facilmente o que quer, mas não desiste da procura. A cada objeto que pega, olha-o com uma atitude de leitura do mesmo, mexendo com as mãos, revirando-os em todos os seus lados, como que à procura do seu significado e possibilidades descritíveis, mas que por incapacidades já não decifra os seus sentidos plenos.

A sensação que nos preenche quando entramos naquele espaço traz um sentimento de intimidade, de lugar de convívio íntimo entre esta mulher e as coisas. Este lugar parece estar revestido de uma organização nova, pensada a partir da necessidade de ter uma relação próxima, mais primitiva e orgânica com os objetos. Etelvina quer tê-los por perto, dá uma maior atenção a uns e outros não são mais alvo das suas ponderações. É, contudo, uma atenção alheada dos seus manejos em conformidade com os seus usos. São objetos vitais do ponto de vista da sensibilidade corpórea, orgânica, e já não para a funcionalidade a que se destinam como coisas com que operava outrora.

Sendo vitais para si, para a sua agilidade habitual, rotineira, que naquele espaço dá mostras expressivas aos outros que a visitam em casa, então aquele ambiente, é como refere Thévenot (2004) um lugar equipado por objetos que são por si reconhecidos, mesmo que não sejam identificados de modo apropriado, de acordo com aquilo que está convencionado para o seu uso. E em contextos apetrechados os objetos servem de dispositivos, não só para a ação entre Etelvina e o outro com quem está a transacionar gestos, mas também para se coordenar consigo própria.

É possível captar a nomeação dos objetos comuns (nem sempre em conformidade com as suas características), e percebê-la transformada, pelo toque e pelos cheiros com os quais fomos captando a sinalização que dá daquele espaço. Embora a forma aparente dos objetos se mantenha, estes são usados para novos fins, como o frigorífico que se transforma em painel de lembretes, tática que auxilia a memória enfraquecida. Alguns objetos estão acumulados e retirados dos armários, todos acessíveis ao olhar, ao contacto de proximidade, à convivência lado-a-lado, em uma simetria não retilínea, isto é, em que há divergências entre formas e seus conteúdos (Simmel, 1999).

O espaço da cozinha, dá conta de um ambiente transformado por um ser em mudança, que vem vindo a mexer nos objetos da casa, rearranjando-os a partir de uma nova afetividade e sensibilidade face ao seu mundo, seja por afastamento, apatia, aperto de possibilidades, seja por aproximação aos suportes que a ligam à vida. É um ambiente que põem em foco capacidades e incapacidades, apegos e desapegos, uma autonomia relacional e a necessidade de apoio.

Objetos-identidade: A fotografia

Voltando a este momento, em que a profissional impulsiona Etelvina para falar de si, esta começa a fazê-lo por meio de objetos. A profissional vai ajeitando o espaço da cozinha, e, enquanto lava a loiça, vai pontuando esta nossa interação, com frases para que Etelvina continue a falar. A sua filha que também estava em casa, vai estando na cozinha e outras vezes sai para o jardim.

Etelvina afasta com as mãos os outros objetos, à procura daquele que lhe interessa, pega na sua fotografia de quando era mais nova, aquela que procurou no meio dos outros objetos que tinha em cima da mesa. Ao encontrá-la, suspira, para se olhar, ao ver-se começa a descrever a fotografia – “os meus cabelos, que negros, anda cá oh Etelvina, como tu eras. Que bonita. Toda a gente dizia que eu era bonita. Esta sim, esta é a Etelvina, toda bonita, de lábios e olhos pintados, colares e brincos, ihhhh que linda!” (suspira e assume um olhar terno). Continua a olhar-se, cerra os olhos, afasta e aproxima o retrato, uma e outra vez para excluir: “tem alguma coisa a ver com este farrapo” (apontando para si mesma). (diário de campo, 15 maio 2023)

Etelvina permanece uns dez minutos, neste olhar demorado, afastando e aproximando a fotografia, num ajeitar de gestos, dizendo baixinho “como eu era e como eu estou” (diário de campo, 15 maio 2023). Etelvina vai demonstrando um olhar que se foca, cerrando-o, para ver com detalhe cada pormenor da sua cara, dos cabelos, dos olhos. Fala sobre si, como se vê e como os outros a viam. Ao descrever-se, olhando a foto, aparenta querer repousar a sua identidade naquela que está projetada na imagem. Compara a imagem da fotografia com a ideia que tem agora de si. Vê o si mesmo como um outro que lhe está distante, objetivando-se em uma imagem tão longínqua no tempo, que no momento se aponta como um farrapo. Reconhece-se numa lembrança distorcida de si.

O questionamento sobre si, remete imediatamente à questão da identidade: Quem é a pessoa da fotografia, quem a observa, como se vê, quem são os outros que são relatados na descrição? Essas interrogações sobre a identidade levam a renovar a antiga dialética entre o Mesmo e o Outro, pois o outro pode ser dito de várias maneiras, e o si também pode ser considerado como outro (Ricoeur, 1990). No caso presente, estamos perante uma composição de um outro com o qual não se reconhece como si mesma. Há traços de si, mas o seu rosto encontra-se desgastado pelos desdobramentos de um outro tempo que já não é o mesmo.

Etelvina, nesta procura pela sua fotografia, demonstra uma busca pelos seus lugares seguros e de realização, numa busca tateante de um sentido e de uma imagem de si mesma para apresentá-la aos outros. Há um jogo de cumplicidade entre ela e as coisas que ajudam a falar de si. A fotografia é agora mais que um papel,

parecendo ganhar a vida que Etelvina lhe quer dar. É um objeto que lhe serve de *dispositivo*, através do qual se dá a conhecer aos outros, coordenando gestos desajeitados, por intermédio de esgares, que lhe fazem lembrar um outro rosto, que apesar de já não existir permiti-lhe apresentar-se como está naquele momento.

Por outro lado, nota-se uma espúria reciprocidade, na interação como transação rítmica de si para com quem está a presenciar esta cena. A natureza espúria não significa que a permuta signifique adulteração de si, que não haja gestos genuínos. O que lhe acontece nesta ocasião é dar-se conta que a fotografia lhe mostra a ausência de características que já não lhe são habituais.

Há, agora, um rosto deformado. Mas o reconhecimento que já não é bela como outrora não a impede que pressuponha que está ali num estado de igualdade (Simmel, 1999) com os outros que escutam esta apresentação de si através da conversa sociável como experiência gratificante. Não obstante a transfiguração do seu rosto Etelvina reconhece-se como semelhante ao outro que está naquele momento consigo. É uma figuração de si que face a face (Goffman, 1974) não obscurece a sua humanidade análoga a qualquer outro que também a reivindica como sua.

Conclusão

No contexto de modernidade liberal alargada (Wagner, 1996) em que as políticas públicas sobre o envelhecimento apontam o seu centro nevrálgico para a autonomia na velhice, o prolongamento da vida tem estado a ser desafiado por distintas situações e condições em que estão envolvidos os seres humanos mais envelhecidos. Com a visibilidade pública de um maior número de doenças crónicas, a perda de si, marcada pela gradual privação da memória e de outras funcionalidades corporais, tem trazido outras instigações às Ciências Sociais, e, no caso presente à Sociologia.

Na verdade, o esquecimento acentuado tende a reduzir as capacitações da ação dos seres acometidos pela demência. Restringida a capacidade em conservar e em avocar informação vital para as suas existências as promessas em se manterem autónomas vão-se tornando cada vez mais exíguas.

Com o foco na escassez de autonomia, a demência que se atravessa na vida de muitos destes atores faz reduzir as suas capacidades em se responsabilizarem pelos seus atos. Não obstante os condicionalismos da cronicidade da demência, a quem lhe é diagnosticada a doença nem sempre está disposta a prescindir, quer repentinamente, quer de vez, das suas experiências corporais primitivas (Breviglieri, 2012). É o que acontece com Etelvina.

A partir do encontro com esta mulher, conseguimos dar conta da forma como a doença projeta Etelvina contra a imprevisibilidade dos seus dias. À medida que

vai perdendo o controlo e o domínio sobre as relações e a gestão da sua vida, entrega-se, progressivamente, nem sempre de forma voluntária, aos cuidados e às vontades de terceiros e, ao mesmo tempo, aos imponderáveis fluxos e movimentos da doença.

A vivência da doença envolve Etelvina numa dinâmica única marcada pelas mudanças na percepção de si, dos outros e das coisas. As alterações cognitivas e relacionais arrastadas para a vida de Etelvina ao sabor dos avanços trazidos pelo próprio fluxo da doença, impulsionam envolvimento e acomodatamentos novos com os ambientes de vida desta mulher.

Etelvina sente que já não é a mesma, que a sua memória se esvai, sem possibilidade de contenção. Quanto mais sente que a sua memória cai para o vazio, mais se agarra aos objetos-identidade. Vive uma condição de fronteira, entre memórias que estão seguras e outras que são leves, entre traços de identidade sólidos e outros líquidos. É no quadro destes objetos presentes nos espaços por si habitualmente reconhecidos que estes dispositivos (Silva-Castañeda, 2012; Thévenot, 2004) por um lado, dão-lhe a garantia para que estes habitem em si (Breviglieri, 2006), e, por outro lado, proporcionam a avocação das suas experiências existenciais orgânicas primitivas que são expressas pelas ações de envolvimento no seu dia a dia.

É por esta linhagem sociológica, a abordagem pragmatista e fenomenológica que se compreende porque é que Etelvina, todos os dias, inaugura uma relação física vital e de contacto sensorial, com os seus objetos. Há uma outra convivência com objetos velhos, de uma vida. Etelvina assume uma atitude primitiva de exploradora, como se escavasse do fundo dos lugares, à procura de coisas novas, de detalhes nunca antes vistos, mas sem ser possível fundamentar os seus juízos de modo es-correito e lógico.

Nas suas mãos, estes não são objetos parados, nem têm somente a forma ou a função previsível. São objetos arranjados, compósitos, porosos, texturados.

Perceber os lugares de humanidade que se alojam nesta mulher permite-nos seguir uma série de envolvimento e capacidades de agir em ambientes compósitos, onde fluem outros seres e objetos com os quais se partilham a coabitação irregular e não continuada ou a convivência com alguma frequência. Mergulhar nos seus quotidianos é também um convite a observar afetividades, disputas, momentos de dúvida e de re-identificação. Na demência esses processos movimentam-se muitas vezes de forma labiríntica e porosa, em virtude das condições fronteiriças que se apresentam os atores.

Financiamento

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia com o projeto referência UI/BD/151561/2021 integrado no Centro Valoriza – Centro de Investigação para a Valorização de Recursos Endógenos do Instituto Politécnico de Portalegre.

Nota

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Bessy, C., & Chateauraynaud, F. (1993). Le savoir-prendre. Enquête sur l'estimation des objets. *Techniques & Culture*, (20), 105-134. <https://doi.org/10.4000/tc.648>
- Bidet, A. (2007). Le corps, le rythme et l'esthétique sociale chez André Leroi-Gourhan. *Techniques & Culture*, (48-49), 15-38. <https://doi.org/10.4000/tc.2132>
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Gallimard.
- Breviglieri, M (2006). Penser l'habiter, estimer l'habitabilité. *Tracés. Bulletin Technique de la Suisse Romande*, (23), 9-14.
- Breviglieri, M. (2008). L'individu, le proche et l'institution: Travail social et politique de l'autonomie. *Informations sociales*, 145(1), 92-101. <https://doi.org/10.3917/inso.145.0092>
- Breviglieri, M. (2010). L' "épuisement capacitaire" du sans-abri comme urgence? Approche phénoménologique du soin engagé dans l'aide sociale (gestes, rythmes et tonalités d'humeur). In C. Felix, & J. Tardif (Dir.), *Actes éducatifs et de soins, entre éthique et gouvernance*. <https://epi-revel.univ-cotedazur.fr/publication/item/2645>
- Breviglieri, M. (2012). L'espace habité que réclame l'assurance intime de pouvoir: Un essai d'approfondissement sociologique de l'anthropologie capacitaire de Paul Ricœur. *Études Ricoeuriennes / Ricœur Studies*, 3(1), 34-52. <http://doi.org/10.5195/errs.2012.134>
- Breviglieri, M. (2013). De la difficulté à entrer en contact. *Ambiances*, 1-9. <https://doi.org/10.4000/ambiances.345>
- Breviglieri, M. (2016). Pensar a dignidade sem falar a linguagem da capacidade de agir: uma discussão crítica sobre o pragmatismo sociológico e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, 6(1),11-34.

- Dodier, N. (1993). Les appuis conventionnels de l'action. *Éléments de pragmatique sociologique. Réseaux*, 11(62), 63-85. <https://doi.org/10.3406/reso.1993.2574>
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado, de Jeanne Favret-Saada (P. Siqueira, Trad.). *Cadernos De Campo*, 13(13), 155-161. <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263> (Obra originalmente publicada em 1990)
- Fuchs, T. (2020). Embodiment and personal identity in dementia. *Med Health Care and Philos*, 23, 665-676. <https://doi.org/10.1007/s11019-020-09973-0>
- Gaete, M. I., & Fuchs, T. (2016). From body image to emotional bodily experience in eating disorders. *Journal of Phenomenological Psychology*, 47(1), 17-40. <https://doi.org/10.1163/15691624-12341303>
- Genard J.-L. (2011). Expliquer, comprendre, critique. Une tentative d'éclaircissement du statut de la sociologie critique à partir des acquis de la pragmatique. *Sociologies*. <https://doi.org/10.4000/sociologies.3555>
- Genard J.-L. (2015). Sociologie critique, sociologie morale. In B. Frère (Dir.), *Le Tournant de la théorie critique* (pp. 26-50). Éditions Desclée de Brouwer.
- Genard, J.-L. (2018). Pourquoi l'hospitalité ?. *Sociologies*. <https://doi.org/10.4000/sociologies.6918>
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Ingold, T. (2023). Sobre não conhecer e prestar atenção: como caminhar em um mundo possível. *Esferas*, 1(26), 279-308. <https://doi.org/10.31501/esf.v1i26.14466>
- Lahire, B. (2006). Describir la realidad social. In B. Lahire, *El espíritu sociológico* (pp. 31-40) (L. Lambert, Trad.). Manantial. (Obra originalmente publicada em 2005)
- Latour, B. (2015). Uma sociologia sem objeto? Observações sobre a interobjetividade. *Revista-Valise*, 5(10), 165-187. <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/61073>
- Phinney, A., & Chesla, C. A. (2003). The lived body in dementia. *Journal of Aging Studies*, 17(3), 283-299. [https://doi.org/10.1016/S0890-4065\(03\)00029-X](https://doi.org/10.1016/S0890-4065(03)00029-X)
- Quéré, L. (2019). From inter-action to trans-action: Ecologizing the social sciences. In C. Morgner (Ed.), *John Dewey and the Notion of Trans-action. A sociological Reply on Rethinking Relations and Social Processes* (pp. 223-252). Palgrave Macmillan.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Seuil.
- Rude-Antoine, E. (2019). Cancer, vulnérabilité et autonomie. *Les Cahiers de la Justice*, (4), 595-605. <https://doi.org/10.3917/cdlj.1904.0595>
- Sampieri, R. H., Collado, F. C., & Lucio, M. P. B. (2010). Los enfoques cuantitativo y cualitativo en la investigación científica. In R. H. Sampieri, F. C. Collado, & M. P. B. Lucio, *Metodología de la Investigación* (5ª ed. pp. 1-32) McGraw-Hill.
- Silva-Castañeda, L. (2012). Revisiter le concept de dispositif. À partir d'un dialogue entre la sociologie pragmatique et la pensée foucauldienne. *Revue de l'Institut de Sociologie*, (82), 91-107.

- Simmel, G. (1998). O indivíduo e a liberdade. In J. Souza, & B. Ölze (Eds.), *Simmel e a modernidade* (pp. 109-117). Editora Universidade de Brasília.
- Simmel, G. (1999). *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*. Presses Universitaires de France.
- Thévenot, L. (1994). Le régime de familiarité. Des choses en personne. *Genèses*, (17), 72-101. https://www.persee.fr/doc/genes_1155-3219_1994_num_17_1_1262
- Thévenot, L., (2004). Les enjeux d'une pluralité de formats d'information. In E. Delamotte (Dir.), *Du partage au marché. Regards croisés sur la circulation des savoirs* (pp. 333-347). Edition du Septentrion.
- Thévenot, L. (2006). *L'action au pluriel: sociologie des regimes d'engagement*. La Découverte.
- Thomas, P. (2014). *L'action en force et les forces en action: Sociologie pragmatique des forces*. L'Harmattan.
- Thomas, P. (2017). L'action des objets et les objets de l'action. *Forma: revista d'estudis comparatius. Art, literatura, pensament*, (16), 67-78. <https://raco.cat/index.php/Forma/article/view/337470>
- Wagner, P. (1996). *Liberté et discipline. Les deux crises de la modernité*. Métailié.

Data de submissão: 16/07/2023 | **Data de aceitação:** 09/04/2024



A TELEASSISTÊNCIA NA VELHICE

Padrões de utilização e contributos para a qualidade de vida

TELEASSISTANCE IN OLD AGE

Patterns of use and contributions to quality of life

Gabriela Vieira

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Investigação, Análise formal, Redação do rascunho original, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade do Algarve, Faculdade de Economia & Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra. Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal

E-mail: a61296@ualg.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8817-6489>

José de São José

FUNÇÕES: Concetualização, Metodologia, Supervisão, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar – CinTurs. Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal

E-mail: jsjose@ualg.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8657-6443>

Resumo: A oferta e utilização de tecnologias de assistência, onde se incluem os serviços de teleassistência, têm-se expandido ao longo das últimas décadas, inclusivamente junto das pessoas que se encontram nas fases mais avançadas da vida. É advogado que estas tecnologias promovem o envelhecimento no lugar/na comunidade e a qualidade de vida (QdV) dos mais velhos. Contudo, a evidência empírica ainda é escassa ou inconclusiva sobre o modo como os adultos mais velhos utilizam estas tecnologias, assim como se, e de que forma, a utilização destas tecnologias promove, efetivamente, a QdV. Este artigo pretende dar um contributo para o esclarecimento destas questões, reportando alguns resultados de um estudo qualitativo sobre a utilização e avaliação do serviço de teleassistência de um Município da região do Algarve, do qual se realizaram 21 entrevistas semiestruturadas a utilizadores com 65 ou mais anos de idade (às quais se adicionam 5 entrevistas exploratórias a informantes privilegiados). Os resultados aqui reportados chamam a atenção para a diversidade de padrões de utilização do serviço de teleassistência, particularmente para a existência de um padrão de utilização que denota a persistência na sociedade portuguesa de cidadãos que não estarão suficientemente empoderados para usar os serviços sociais de que necessitam e a que têm direito. Os resultados também oferecem evidência de que o serviço de teleassistência, na ótica dos seus utilizadores, promove, efetivamente, a qualidade das suas vidas, muito por via da segurança que proporciona, e não tanto pela companhia que providencia. São discutidas as implicações destes resultados para o conhecimento sociológico, as políticas públicas e as práticas profissionais.

Palavras-chave: teleassistência, velhice, envelhecimento no lugar, qualidade de vida.

Abstract: The provision and use of assistive technologies, including teleassistance services, has increased in recent decades, even among those in the most advanced stages of life. It is argued that these technologies promote aging in place/community and the quality of life (QoL) for the elderly. However, empirical evidence is still scarce or inconclusive on how older adults use these technologies as well as whether and how their use effectively promotes QoL. This article aims to contribute to the clarification of these issues by reporting some results of a qualitative study on the use and evaluation of the teleassistance service of a municipality of the Algarve region, which included 21 semi-structured interviews with users aged 65 years or older (alongside 5 exploratory interviews with key informants). The results

draw attention to the diversity of patterns of use of the teleassistance service, particularly the existence of a pattern of use that denotes the persistence in Portuguese society of citizens who may not be sufficiently empowered to access the social services they need and are entitled to. The results also provide evidence that, from the point of view of its users, the teleassistance service effectively promotes the quality of their lives, largely through the security it provides rather than the companionship it offers. The implications of these findings for sociological knowledge, public policy and professional practice are discussed.

Keywords: teleassistance, old age, aging in place, quality of life.

Introdução

As sociedades contemporâneas são sociedades envelhecidas, uma vez que a proporção dos adultos mais velhos (65 e mais anos de idade) está a aumentar, a um ritmo particularmente elevado junto dos que têm 85 e mais anos. Esta evidência tem diversas implicações, entre as quais um provável aumento do número de pessoas mais velhas com necessidades de cuidados de saúde e de longa duração (Karlsen et al., 2017; World Health Organization [WHO], 2017). Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017), mais de 20% dos adultos com idade igual ou superior a 60 anos sofre de perturbações mentais ou neurológicas, sendo a demência e a depressão as mais comuns, afetando aproximadamente 5% e 7% da população mundial mais velha, respetivamente (WHO, 2017). Em 2019, 38% dos portugueses com 65 ou mais anos consideravam ter um mau estado de saúde (Moreira, 2020). O provável aumento de cuidados de saúde e de longa duração junto dos mais velhos encontra respaldo no acentuar da diferença entre a esperança de vida e a esperança de vida saudável aos 65 anos. Em 2019, uma pessoa com 65 ou mais anos poderia esperar viver 19,61 anos, mas apenas 7,3 anos de vida saudável (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2021).

As necessidades de cuidados/apoios entre os adultos mais velhos poderão ser mais prementes junto daqueles que vivem sozinhos. A residência unipessoal entre os adultos mais velhos, fenómeno que, em 2019, se encontrava junto de 25% dos portugueses com 65 ou mais anos (Moreira, 2020), é reconhecida como um “problema social”, que carece de uma intervenção urgente (Cardoso, 2020; Ralha, 2019). Isto deve-se à associação entre residência unipessoal na velhice e solidão (Dahlberg et al., 2022; Dias et al., 2010; Paúl & Ribeiro, 2009), estando a solidão associada, por sua vez, ao declínio cognitivo (Tilvis et al., 2000; Peek et al., 2014) e a um maior risco de mortalidade (O’Súilleabháin et al., 2019).

Nas sociedades envelhecidas, as políticas de “envelhecimento no lugar” (*ageing in place*) têm surgido como respostas ao envelhecimento populacional,

entendendo-se por “envelhecimento no lugar” a oportunidade oferecida aos mais velhos para permanecerem nas suas residências o máximo de tempo possível, sem terem que se mudar para uma estrutura residencial para pessoas idosas (Grimmer et al., 2015). São vários os temas/ dimensões normalmente associadas ao envelhecimento no lugar, incluindo: lugar (*place*), redes sociais, apoio, tecnologia e características pessoais (ex.: saúde física e mental, adaptabilidade) (Pani-Harreman et al., 2021).

As políticas de envelhecimento no lugar procuram promover a qualidade de vida (QdV) dos adultos mais velhos, dado que vão ao encontro da preferência da maioria destes de continuarem a residir nas suas próprias casas (Bárrios et al., 2020; Bettio & Verashchagina, 2010; DeJonge et al., 2009). Além disso, assume-se que residir num ambiente familiar comporta um impacto positivo no bem-estar e qualidade de vida das pessoas mais velhas (Van Dijk et al., 2015). Refira-se, ainda, que as políticas de envelhecimento no lugar são consideradas mais vantajosas do ponto de vista económico do que as políticas que apostam nos cuidados institucionais (Mostashari, 2010).

De facto, tem-se vindo a assistir a uma desinstitucionalização dos cuidados de saúde e de longa duração dirigidos para a população idosa (Marin et al., 2009; Vassli & Farshchian, 2017). Todavia, os apoios/ serviços na comunidade, tanto formais (ex.: apoios prestados por centros de saúde, instituições do chamado terceiro setor ou setor social) como informais (ex.: apoios prestados por familiares, amigos e vizinhos) têm estado sob fortes pressões, comprometendo a implementação bem-sucedida das políticas de envelhecimento no lugar. Os cuidados formais têm estado sob fortes pressões orçamentais, em particular os cuidados de saúde e de longa duração, às quais se juntam as dificuldades de recrutamento e de retenção de profissionais, principalmente no setor dos cuidados de longa duração (Fujisawa & Colombo, 2009). Por seu lado, os cuidados informais também têm enfrentado dificuldades devido a diversas mudanças nas estruturas e dinâmicas familiares, onde se inclui o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (tradicionais cuidadoras), que em grande parte dos países se dá a tempo inteiro, levantando problemas em termos de conciliação da atividade profissional com os cuidados familiares (Gil, 2022). A este respeito, prevê-se que na maior parte dos países da OCDE o número de cuidadores informais irá diminuir no futuro (Colombo et al., 2011).

Desta forma, existe um desajustamento entre as políticas de envelhecimento no lugar e os apoios que efetivamente existem para possibilitar a concretização desse desígnio. Este desajustamento tem-se traduzido numa oportunidade para o desenvolvimento e comercialização de tecnologias direcionadas para os cuidados

da população mais velha. São vários os defensores da ideia de que a solução para este desajustamento passa por uma aposta nas tecnologias de assistência (TA) (Khosravia & Ghapanchi, 2016; Pinto-Bruno et al., 2017; Vassli & Farshchian, 2017), pois acreditam que estas contribuem não só para o envelhecimento no lugar, mas também para o combate ao isolamento social, promovendo a QdV das pessoas mais velhas e reduzindo os custos com os cuidados de saúde e de longa duração (Khosravia & Ghapanchi, 2016; Vassli & Farshchian, 2017).

Ao longo das últimas décadas têm sido desenvolvidas várias TA com o objetivo de apoiar as pessoas mais velhas (Azimi et al., 2016; Khosravia & Ghapanchi, 2016; Padilla-Góngora & Padilla-Clemente, 2008), onde se inclui a teleassistência. As TA inserem-se num conjunto de medidas no âmbito das políticas de envelhecimento no lugar, pois a sua utilização tem o potencial de permitir aos adultos mais velhos viver independentemente na própria residência (Pani-Harremman et al., 2021). O desenvolvimento destas tecnologias não é surpreendente, visto que as sociedades contemporâneas, para além de envelhecidas, são altamente digitalizadas (Musik & Bogner, 2019), querendo isto dizer que a “sociedade em rede”, em que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) adquirem um papel de destaque, representa uma nova forma de organização social (Castells, 2007). Por exemplo, os relacionamentos sociais estabelecem-se não só presencialmente, mas também remotamente. Por outras palavras, os relacionamentos e a comunicação são, cada vez mais, tecnologicamente mediados.

Decorrente deste enquadramento, o presente artigo tem como objetivo reportar parte dos resultados de uma investigação¹ empírica que procurou compreender o modo como os adultos mais velhos (com 65 ou mais anos de idade) utilizam e avaliam o serviço de teleassistência (STA) de um Município da região do Algarve (designado por Município A na restante parte do artigo), bem como os seus entendimentos sobre o contributo da utilização deste serviço para a qualidade das suas vidas. Mais concretamente, neste artigo pretende-se dar resposta às seguintes questões de investigação: Quais são os padrões de utilização do STA do Município A por parte dos utilizadores mais velhos? Será que a utilização deste serviço contribui para melhorar a QdV dos seus utilizadores? Em caso afirmativo, de que modo é que este contributo se dá? Por outras palavras, quais são os benefícios do STA que são responsáveis pela melhoria da QdV? Como se verá mais adiante, a investigação empírica sobre estes temas é inexistente ou inconclusiva. Este artigo, para além de contribuir para a compreensão do papel das TA na velhice, suscita uma reflexão em torno das políticas públicas direcionadas para a promoção do envelhecimento no lugar e da QdV nas fases mais adiantadas da vida.

1 Investigação no âmbito da dissertação de Mestrado da primeira autora, orientada pelo segundo autor.

Enquadramento teórico

A investigação empírica sobre o tema das TA nas fases mais avançadas da vida pode agrupar-se em três grandes linhas: *i*) acesso às TA e divisão digital, com um enfoque nas desigualdades de acesso e uso das tecnologias (ex.: Gilleard & Higgs, 2008; Tan & Chan, 2018); *ii*) aceitação e uso das TA, em que a identificação dos fatores que conduzem à aceitação (ou não) da tecnologia, bem como ao seu uso efetivo, se destaca (ex.: Charness, 2003; McCreddie, 2010; Neves et al., 2013; Vassili & Farshchian, 2017); e *iii*) eficácia das TA, cujo objetivo é analisar em que medida é que estas tecnologias satisfazem as necessidades dos utilizadores mais velhos e promovem a QdV (ex.: Damant et al., 2017; Greenhalgh et al., 2013; Khosravia & Ghapanchi, 2016). Tendo em conta o objetivo deste artigo, ir-se-á focar apenas na terceira linha de investigação. A pesquisa bibliográfica realizada não encontrou estudos sobre os padrões de utilização das TA por parte dos utilizadores mais velhos, o que vai ao encontro da necessidade, referida por Tan e Chan (2018), de se investigar o modo como estas tecnologias são efetivamente usadas (padrões de utilização).

Um estudo realizado na Inglaterra (Greenhalgh et al., 2013) sobre a eficácia dos serviços de telecuidados, concluiu que estes satisfazem um conjunto limitado de necessidades das pessoas mais velhas, e que algumas destas acabam por deixar de usar estes serviços. Contudo, a informação mais robusta sobre a eficácia das TA é fornecida por diversas revisões da literatura (sendo a grande maioria revisões sistemáticas). Por exemplo, uma revisão da literatura sobre o impacto do uso das tecnologias (convencionais e de assistência) na QdV dos utilizadores mais velhos (Daman et al., 2017) concluiu que alguns estudos apontam no sentido de um impacto positivo nalgumas dimensões da QdV (ex.: sentido de segurança, sentido de controlo sobre a vida), enquanto outros estudos apontam no sentido de um impacto negativo noutras dimensões (ex.: envolvimento e participação social). Isto significa que as tecnologias podem ser “*empowering*” ou “*dis-empowering*” (Greenhalgh et al., 2013). Esta revisão também identificou uma lacuna na literatura, nomeadamente a avaliação do impacto da não utilização de TA na QdV dos mais velhos.

Uma outra revisão da literatura, sobre a experiência de uso de telecuidados por parte de pessoas mais velhas (Karlsen et al., 2017), concluiu que estes cuidados também contribuem para reforçar o sentimento de segurança. Alertou, contudo, que “*one size does not fit all*” (Karlsen et al., 2017, p. 2913), sendo importante considerar as necessidades específicas dos utilizadores.

O impacto das tecnologias no isolamento social dos mais velhos também foi alvo de uma revisão da literatura (Khosravi et al., 2016), tendo esta chegado à conclusão de que algumas tecnologias, como por exemplo os telecuidados, contribuem

para diminuir o isolamento social. Contudo, a evidência não é muito consistente a este respeito. Uma inconsistência da evidência empírica sobre a eficácia das TA na satisfação das necessidades dos mais velhos também foi encontrada noutra revisão da literatura (Khosravi & Ghapanchi, 2016).

Existe ainda uma revisão da literatura sobre os efeitos das TA no bem-estar dos adultos mais velhos que vivem sozinhos (Song & Van der Cammen, 2019), tendo esta concluído que estas tecnologias melhoram o bem-estar físico e mental, mas o mesmo não se pode dizer com segurança relativamente ao bem-estar social (que previne a solidão). Os autores desta revisão recomendam que se devem desenvolver tecnologias personalizadas e que, para esse fim, se devem envolver os utilizadores nesse processo.

Como se pode verificar, a literatura revista contraria a ideia muitas vezes veiculada de que a utilização de tecnologias, incluindo as TA, por parte dos adultos mais velhos se associa exclusivamente a benefícios para estes últimos. Existem dimensões do bem-estar/QdV em que existem benefícios, outras dimensões em que os resultados são inconclusivos, e ainda outras em que não existem benefícios, mas antes malefícios.

Importa acrescentar que as teorias e modelos conceptuais existentes sobre o tópico das tecnologias (incluindo as TA) nas fases mais adiantadas da vida focam-se sobre a aceitação e o uso destas tecnologias, e não sobre os impactos/eficácia destas tecnologias na promoção da QdV dos utilizadores mais velhos. Porém, Greenhalgh e colaboradores (2013) propõem um modelo concetual sobre a adoção e uso de TA por parte de pessoas mais velhas, que inclui cinco questões relevantes, tendo a quinta questão uma particular relevância para o estudo aqui reportado:

What happens in particular, real-life situations when the participant contemplates (or might be expected to contemplate) the use of an assistive technology and what are the consequences of this for them and for the people they care about? In such situations, how do they draw on their culturally shaped dispositions and body schemas (“habitus”) and on the materiality of available technologies to achieve what matters to them? If they choose not to use an assistive technology, how is this explained with reference to habitus and materiality? [O que acontece, em particular, em situações da vida real, quando o participante contempla (ou se espera que contemple) o uso de uma tecnologia de assistência e quais são as consequências disso para ele e para as pessoas de quem gosta? Em tais situações, como é que eles recorrem às suas disposições e esquemas corporais culturalmente moldados (“habitus”) e à materialidade das tecnologias disponíveis para alcançar o que é importante para eles? Se optarem por não utilizar tecnologia de assistência, como é que isso se explica em relação ao habitus e à materialidade?] (Greenhalgh et al., 2013, p. 89)

Esta questão salienta as consequências do uso das TA e o papel das disposições e da materialidade das tecnologias no uso (ou não uso) destas tecnologias.

O estudo aqui reportado teve como orientação teórica geral a tese da “sociedade em rede” do Manuel Castells (2007) e como orientação teórica específica o Modelo de Adoção e Uso de Tecnologia de Apoio por parte de Pessoas Mais Velhas proposto por Greenhalgh e colaboradores (2013), em particular a quinta questão anteriormente mencionada. A tese de Castells (2007) sublinha o crescente processo de digitalização das sociedades, e a forma como as TIC permeiam a vida quotidiana dos indivíduos e das organizações. Por sua vez, o modelo do Greenhalgh e colaboradores (2013) orienta a análise para a exploração do papel desempenhado pelas disposições mentais e corporais interiorizadas (*habitus*), bem como pela materialidade das tecnologias, no padrão de utilização destas últimas e nas consequências da sua utilização.

Do ponto de vista concetual, importa clarificar, em primeiro lugar, os construtos de TA (tecnologias de assistência) e de teleassistência, bem como de QdV (qualidade de vida) na velhice. O desenvolvimento da tecnologia desenvolvida para a população em geral (computadores, telemóveis, etc.), designada por “tecnologia convencional” (McCreadie, 2010), tem sido acompanhado por uma aposta, relativamente mais recente, na tecnologia direcionada para pessoas com necessidades especiais (onde se incluem as pessoas mais velhas), normalmente chamada de “tecnologia de necessidades especiais” (McCreadie, 2010). Esta tecnologia divide-se, por sua vez, em tecnologia de assistência (*assistive technology*), robótica e telecuidados (*telecare*) (McCreadie, 2010). A TA consiste em “produtos e serviços concebidos com o objetivo de promover a independência dos adultos mais velhos e das pessoas com deficiência” (McCreadie, 2010, p. 608). De acordo com Lansley e colaboradores (2004), esta tecnologia distribui-se por três grandes tipos: *i*) portátil (ex.: cadeira de rodas e andarilhos); *ii*) fixa (dispositivos instalados em alojamentos, como por exemplo elevadores e rampas); *iii*) eletrónica (dispositivos que requerem energia elétrica ou energia armazenada em baterias, tais como alarmes e aparelhos de abertura de portas).

A teleassistência inclui-se na categoria da tecnologia de assistência eletrónica, consistindo num serviço remoto, que normalmente funciona 24 horas por dia, baseado em alarmes e equipamentos de monitorização (ex.: alarme pendente, almofada de enurese), que permitem uma resposta às necessidades dos utilizadores, incluindo situações de emergência (Cruz Vermelha Portuguesa [CVP], s.d.). De notar que este serviço pode ser utilizado tanto em casa, como na rua. Os dispositivos de teleassistência de primeira geração são a forma mais simples de teleassistência, incluindo um botão de alarme (localizado num dispositivo colocado no pulso ou

em torno do pescoço), que pode ser acionado pelo utilizador em situações de emergência (alarmes ativos). Os dispositivos de segunda geração utilizam uma gama de sensores que detetam perigos específicos, não sendo necessário que os utilizadores os acionem (alarmes passivos). Os dispositivos de terceira geração possuem capacidades mais complexas que asseguram a “monitorização do estilo de vida”, em que um conjunto de dados são enviados para um portal de *internet*, que pode ser supervisionado e avaliado pelos prestadores de cuidados (Stowe & Harding, 2010).

Por último, a QdV na velhice é um conceito complexo e multidimensional, que Walker e Mollenkopf (2007) definem da seguinte forma:

QoL should be regarded as a dynamic, multifaceted, and complex concept, which must reflect the interaction of objective, subjective, macro, micro, positive, and negative influences. (...) QoL in old age is the outcome of the interactive combination of life course factors and immediate situational ones. (...) when it comes to comparisons between young people and older people, health and functional capacity achieve a much higher rating among the latter. (...) the sources of QoL in old age often differ between groups of older people. (...) subjective self-assessments of psychological well-being and health are more powerful than objective economic or sociodemographic factors in explaining variations in QoL ratings (...). [A QdV deve ser considerada um conceito dinâmico, multifacetado e complexo, que deve refletir a interação de influências objetivas, subjetivas, macro, micro, positivas e negativas. (...) A QdV na velhice é o resultado da combinação interactiva de factores do curso de vida e factores situacionais imediatos. (...) quando se trata de comparações entre jovens e idosos, a saúde e a capacidade funcional alcançam uma classificação muito mais elevada entre estes últimos. (...) as fontes de QdV na velhice diferem frequentemente entre grupos de idosos. (...) autoavaliações subjetivas de bem-estar psicológico e saúde são mais poderosas do que fatores económicos ou sociodemográficos objetivos na explicação de variações nas classificações de QdV (...).] (pp. 8-9)

Afigura-se, ainda, como necessário, clarificar os conceitos de solidão e isolamento social. Na literatura especializada, a solidão é conceptualizada como um sentimento, desdobrando-se em dois grandes tipos: a solidão social, que se refere à ausência ou insuficiência de contactos/relacionamentos sociais, e a solidão emocional, que dá conta da ausência ou insuficiência de relacionamentos próximos do ponto de vista emocional (Buecker et al., 2020; Weiss, 1973). Por sua vez, o isolamento social remete para uma situação objetiva de ausência de contactos/relacionamentos sociais (estar só), não implicando, necessariamente, o sentimento de solidão (sentir-se só) (Pais, 2016).

Metodologia

Os resultados reportados neste artigo foram obtidos através de uma investigação qualitativa, mais precisamente através de uma “abordagem qualitativa genérica”, definida por Caelli e colaboradores (2003, p. 2) da seguinte forma: “(...) we define generic qualitative research as that which is not guided by an explicit or established set of philosophic assumptions in the form of one of the known qualitative methodologies” [(...) definimos pesquisa qualitativa genérica como aquela que não é guiada por um conjunto explícito ou estabelecido de pressupostos filosóficos na forma de uma das metodologias qualitativas conhecidas]. Esta abordagem pressupõe a adoção de procedimentos genéricos de recolha e análise de dados sem a adesão a uma das principais metodologias qualitativas, nomeadamente etnografia, investigação narrativa, fenomenologia, teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*), entre outras. Privilegiou-se uma compreensão em profundidade do fenómeno em estudo, prestando-se particular atenção à perspetiva dos atores sociais.

Esta abordagem qualitativa genérica foi enquadrada no Modelo Interativo de Desenho de Investigação desenvolvido por Maxwell (2009), que pressupõe uma articulação entre objetivos de investigação, perguntas de investigação, modelo teórico/concetual, métodos, e critérios de validade. Relativamente à questão da validade, consideraram-se os critérios para uma excelente pesquisa qualitativa propostos por Tracy (2010) (ex.: relevância, rigor e credibilidade).

Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas (Bryman, 2016), realizadas por telefone, considerando que o período de recolha se deu em plena pandemia de COVID-19. Foram realizadas entrevistas exploratórias com a coordenadora do Gabinete de Apoio ao Idoso (GAI) do Município A, o responsável pela empresa fornecedora do STA a este Município, e com três utilizadores deste serviço. Estas entrevistas destinaram-se a recolher informação geral sobre o STA e a identificar temas relevantes para incluir no guião das entrevistas com os utilizadores do serviço. Em adição a estas entrevistas exploratórias, realizaram-se entrevistas aos utilizadores do STA. O guião destas entrevistas foi previamente testado, tendo a sua versão final ficado estruturada em quatro partes: *i*) perfil sociodemográfico do entrevistado (idade, n.º de filhos, composição do agregado familiar, condição de saúde, etc.); *ii*) transição para o STA e padrão de utilização (forma como tomou conhecimento do serviço, facilidade e duração da sua utilização, razões para a sua utilização, circunstâncias da sua utilização); *iii*) benefícios do serviço e contributos para a melhoria da QdV (benefícios percebidos do uso do serviço, impactos percebidos do uso do serviço na qualidade de vida); *iv*) aspetos a melhorar (melhorias que poderiam ser introduzidas no serviço).

No respeitante à amostra, estabeleceram-se os seguintes critérios de seleção dos utilizadores mais velhos: ter 65 ou mais anos; ser utilizador do STA do Município A; ter capacidade para prestar o consentimento informado, não estar com sintomas agudos de uma doença, e estar a beneficiar do serviço há pelo menos 6 meses. Procurou-se assegurar um conjunto diversificado de participantes, principalmente em termos etários e de género.

O Município A foi selecionado para este estudo por duas razões principais. Primeiro, por possuir um historial consolidado de oferta de um STA desde há vários anos (desde 2018). Segundo, por ser o município de residência dos investigadores. Os resultados do Censos de 2021 mostram que este Município tem um índice de envelhecimento inferior ao índice para a região do Algarve, 161,4 e 176,7, respectivamente, sendo um dos que tem as proporções mais baixas de população idosa (Teixeira & Coelho, 2023).

O recrutamento dos entrevistados foi realizado com a colaboração da responsável pelo GAI do Município A. Os utilizadores do STA deste Município que satisfaziam os critérios de seleção da amostra foram contactados pela coordenadora do GAI, tendo sido por esta informados do objetivo da investigação e auscultados quanto à disponibilidade para realizar uma entrevista por telefone. A todos os utilizadores que se manifestaram disponíveis, a coordenadora do GAI solicitou autorização para fornecer os respetivos contactos telefónicos à entrevistadora². A entrevistadora contactou 38 utilizadores, dos quais apenas foram entrevistados 21 (as razões da não realização das entrevistas com os restantes utilizadores contactados prendem-se com problemas inesperados de saúde ou com problemas técnicos). O perfil sociodemográfico dos utilizadores que não realizaram a entrevista é similar ao perfil dos que a realizaram (não foi possível ter acesso aos dados de caracterização de todos os utilizadores do STA).

Antes da realização de cada entrevista, a entrevistadora procedeu à sua apresentação pessoal, esclarecendo os objetivos da investigação, os direitos dos entrevistados, e os procedimentos a adotar durante a entrevista (incluindo o modo de registo das perguntas e das respostas), tendo-lhes solicitado o consentimento informado (concedido oralmente). As entrevistas tiveram uma duração média de 15 minutos e foram gravadas e transcritas *ipsis litteris* na íntegra.

Os dados recolhidos através das entrevistas (incluindo das entrevistas exploratórias) foram analisados de acordo com os procedimentos da *Framework Analysis*, que consiste numa técnica de análise temática de conteúdo, particularmente indicada para a análise de texto (Spencer et al. 2014). De acrescentar que esta técnica

2 Primeira autora deste artigo.

permite uma análise sistemática e alargada dos dados, uma vez que todos os seus elementos são tratados de igual modo, permite uma análise dentro de cada caso, bem como uma análise entre casos, e garante a clareza de procedimentos (Spencer et al. 2014).

Amostra e caracterização do serviço de teleassistência

Como referido anteriormente, a amostra de utilizadores do STA é composta por 21 pessoas mais velhas, cuja caracterização sociodemográfica se sintetiza na Tabela 1.

Tabela 1 Caracterização da amostra

Características sociodemográficas	N	%
Sexo		
Homem	7	33,3
Mulher	14	66,7
Idade		
65-74	4	19,0
75-84	8	38,1
85+	9	42,9
Estado civil		
Casado/União de facto	3	14,3
Solteiro	2	9,5
Viúvo	6	28,6
Divorciado/Separado	10	47,6
Composição do agregado familiar		
Vive sozinho	18	85,7
Vive acompanhado	3	14,3

Fonte: Elaboração dos autores.

O serviço de teleassistência do Município A

Como referido anteriormente, a teleassistência insere-se na categoria da tecnologia de assistência eletrónica. De acordo com a coordenadora do GAI, o STA do Município A destina-se a pessoas com 65 ou mais anos de idade (embora excepcionalmente os beneficiários deste serviço possam ter menos de 65 anos), recenseadas no concelho correspondente ao Município há pelo menos 5 anos, que residam sozinhas ou que estejam uma parte do dia sozinhas (pelo menos 4 horas), que possuam algum tipo de incapacidade que comprometa a mobilidade, e que tenham um rendimento per capita igual ou inferior ao indexante do apoio social (nos casos em que os adultos mais velhos exibem um rendimento per capita superior ao indexante do apoio social, estes pagam a mensalidade diretamente à empresa que fornece o serviço ao Município).

O STA fornecido pelo Município A tem duas funcionalidades: emergência e “voz amiga”. A primeira destina-se a solicitar apoio urgente (apoio de natureza instrumental), enquanto a segunda destina-se a solicitar apoio em termos de companhia (apoio de natureza emocional). O equipamento é composto por um dispositivo fixo e dois dispositivos móveis — telemóvel e aparelho com um botão para estabelecer contacto com a central (podendo este último ser usado no pulso ou ao pescoço).

Resultados

Padrões de utilização do serviço de teleassistência

Antes de se avançar para a apresentação dos resultados referentes aos padrões de utilização do STA, importa dar conta do modo como os utilizadores entrevistados transitaram para a utilização deste serviço, bem como da facilidade e duração da utilização. A maioria dos entrevistados começou a receber o STA por iniciativa de terceiros, mais especificamente por iniciativa dos seus filhos ou de profissionais do Município A ou de outras organizações (foram estes que contrataram/prescreveram o serviço). Apenas uma minoria (seis entrevistados) solicitou o serviço por iniciativa própria. Com a exceção de dois casos, os entrevistados referiram ter facilidade na utilização do serviço e respetivo equipamento. Quanto à duração da utilização do serviço, a maior parte utiliza-o entre um e dois anos, sendo que alguns (7 entrevistados) utiliza-o há mais de 2 anos. Apenas um entrevistado utiliza o serviço há menos de um ano, mas há mais de 6 meses.

Olhando para os padrões de utilização do STA, identificaram-se quatro padrões: *i)* utilização ativa com um propósito instrumental (4 entrevistados); *ii)* utilização ativa com um propósito emocional (5 entrevistados); *iii)* utilização ativa com um duplo propósito (4 entrevistados); *iv)* utilização passiva com um propósito reativo (8 entrevistados).

A utilização ativa com um propósito instrumental consiste numa utilização por iniciativa dos próprios entrevistados (utilização ativa) com um objetivo de natureza instrumental, que na totalidade dos casos se traduz num pedido de ajuda para resolver uma questão de natureza prática (ex.: pedir ajuda em virtude de uma queda em casa ou de uma indisposição). Foi o que aconteceu com a seguinte entrevistada:

(...) Aqui há tempos caí lá em casa, quis-me armar em menina nova, vamos lá, subi para cima de uma cadeira e quando subo em cima de uma cadeira para limpar o armário em cima, caí, precisei de ir para o hospital e como a minha filha não está em condições de nada, de nada... esse aparelhinho foi a minha sorte. Carreguei no botãozinho e pedi ajuda, disse à menina que me atendeu o que é que me tinha passado, fiquei com uma

perna sem poder andar, até pensei que a tivesse partido e ela mandou logo imediatamente a ambulância buscar-me. Já carreguei uma vez por uma aflição no coração, porque eu tenho arritmia e de vez quando o coração dispara e naquela vez vi-me muito aflita, muito aflita. (Cristina Santos³, 84 anos, Divorciada)

O segundo padrão de utilização, a utilização ativa com um propósito emocional, distingue-se do primeiro tipo de padrão, pelo facto de o propósito da utilização ser de natureza emocional e não instrumental. Neste padrão, os entrevistados acionam o serviço “para falar”, ou seja, para conversar com alguém do outro lado da linha ou para desabafar quando se sentem sozinhos, ou apenas para fazerem saber que está tudo bem. Os seguintes depoimentos são bons exemplos deste tipo de padrão de utilização: “(...) carregava no botão para falar com alguém, para desabafar e para não estar sozinha” (Nicole Santos, 76 anos, Divorciada); “Quando me lembro carrego... só para cumprimentar as pessoas que estão lá no Porto, que é para lá que tenho de apitar e depois lá ligam para cá” (João Ramos, 82 anos, Viúvo).

O terceiro padrão de utilização, a utilização ativa com um duplo propósito, reúne os dois propósitos anteriores, o de natureza instrumental e o de natureza emocional, ao passo que o último padrão, utilização passiva com um propósito reativo, se distingue de todos os outros, porque, por um lado, a utilização não se dá por iniciativa dos entrevistados, mas somente por iniciativa dos trabalhadores do STA (utilização passiva) e, por outro lado, a utilização destina-se apenas a reagir à solicitação destes últimos (responder a perguntas e/ou seguir pedidos). Os seguintes depoimentos são ilustrativos deste padrão de utilização: “(...) eles disseram de vez enquanto para tocar [no botão de emergência] para ver se estava a funcionar e eles todos os domingos de manhã, às dez e um quarto/dez e meia, eles telefonam” (Rui Freitas, 73 anos, Divorciado); “(...) de vez enquanto eles querem que eu ligue para saber se o aparelho está a funcionar bem ou não... ligo às vezes, não é muitas, mas ligo às vezes” (Mariana João, 87 anos, Divorciada).

Importa acrescentar que alguns destes entrevistados referem nunca terem tido necessidade de utilizar o serviço (daí nunca o terem acionado por iniciativa própria), enquanto outros dizem que não o utilizam por sua iniciativa, porque não gostam de incomodar: “Eles é que perguntam, eu graças a Deus ainda não tive necessidade de carregar” (Nardi Hussen, 68 anos, Divorciado); “Nunca precisei, nunca carreguei no botão. *São sempre eles que ligam?* Sim, ainda a outra semana foi o senhor que ligou. Eu não gosto de chatear ninguém e espero até ao último minuto... (Laura Vera, 83 anos, Viúva).

3 Os nomes dos entrevistados são fictícios.

Utilização do serviço de teleassistência e promoção da qualidade de vida

Nesta secção esclarece-se se, e de que modo, a utilização do STA promove a QdV dos utilizadores entrevistados. Dos 21 entrevistados, 19 afirmaram que a utilização deste serviço contribui, efetivamente, para melhorar a qualidade das suas vidas. Eis algumas das respostas à pergunta — “Acha que este serviço contribui para melhorar a sua qualidade de vida?”: “Exato, e devia haver mais... as pessoas idosas deviam ter este aparelho em casa” (Emma Freitas, 79 anos, Viúva); “Acho, acho... acho que me faz falta, faz-me falta, sinto-me apoiado...” (Jaime Costa, 92 anos, Casado); “A mim sim, digo-o de coração, a mim sim” (Cristina Santos, 84 anos, Divorciada); “Sim, ajuda muito a gente, porque tive muito mal e senti-me só, porque não tinha ninguém” (Laura Vera, 83 anos, Viúva).

Apenas dois entrevistados referiram que a utilização do STA não tem contribuído para a melhoria da qualidade das suas vidas. Num caso a entrevistada acabou por desistir da utilização do serviço por inadaptação ao equipamento (não gostava de ter que colocar o equipamento em torno do pescoço) (Dânia Olivais, 92 anos, Divorciada), e noutro caso o entrevistado também cessou a utilização do serviço, porque numa dada situação precisou de uma ajuda que o serviço acabou por não prestar (Rui Freitas, 73 anos, Divorciado).

Relativamente ao modo através do qual a utilização do STA contribui para melhorar a QdV dos utilizadores entrevistados, procurou-se captar as perspetivas dos entrevistados sobre os benefícios do STA que contribuem para melhorar a qualidade das suas vidas. Identificaram-se três tipos de benefícios: *i*) segurança (17 entrevistados); *ii*) companhia (3 entrevistados); *iii*) segurança e companhia (1 entrevistado).

A segurança remete para o sentimento/perceção de que, em caso de necessidade, existe alguém do outro lado da linha que pode ajudar. A maioria dos entrevistados já precisou de uma ajuda e esta foi efetivamente prestada, enquanto alguns ainda não precisaram de acionar o serviço para solicitação de uma ajuda, mas sentem que poderão fazê-lo se vierem a precisar. Este sentimento de segurança está presente nos seguintes depoimentos:

(...) olhe, um dos benefícios, o primeiro por exemplo, é eu cair, dar cabo de uma perna, não poder andar, não poder levantar, não ter ninguém que me acuda, aquilo é o melhor que há, aquilo é só carregar no botão, carregar naquilo no pulso que estão logo a falar com a gente... aí já é uma grande coisa, se não tivesse aquele aparelho, quem é que me acudia?! Ninguém... Assim tenho aquilo e foi a melhor coisa que eu ainda usei. (Gonçalo Miguel, 89 anos, Viúvo).

(...) para mim já foi duas vezes, tava aqui em casa, carreguei no aparelho, porque já não podia me mexer, depois uma rapariga aqui ao lado tem o meu número e lá deles também, e eles quando eu chamo e não respondo, então eles ligam para a rapariga para vir aqui a casa para ver como é que eu estou. Sinto-me mais seguro (...). (Joel Arrais, 82 anos, Viúvo)

A coordenadora do GAI e o responsável pela empresa que fornece o STA ao Município A também referiram a segurança como principal benefício do STA que contribui para a melhoria da QdV dos utilizadores.

Por sua vez, a companhia refere-se à existência de alguém do serviço que está sempre disponível para conversar com os entrevistados. A existência de uma “voz amiga” contribui para combater a solidão que estes por vezes (alguns deles muitas vezes) sentem: “Quando uma pessoa está às vezes assim... sozinha, muitas horas em casa, precisando de uma palavrinha amiga... (...) costumava assim falar... uma palavrinha amiga com eles” (Nicole Santos, 76 anos, Divorciada); “É uma companhia realmente... porque acabando por estar sozinha, uma pessoa se sentir alguma coisa ligo para eles, falo e já fico mais aliviada do *stress*” (Juliana Dias, 76 anos, Casada).

Como referido anteriormente, um entrevistado referiu a segurança e a companhia como sendo os benefícios através dos quais a utilização do STA promove a qualidade da sua vida.

Como houve oportunidade de constatar aquando da apresentação dos resultados sobre os padrões de utilização do STA, o número de entrevistados que utiliza o serviço para pedir ajuda é sensivelmente o mesmo do número de entrevistados que utiliza o serviço para falar/desabafar. Contudo, quando questionados sobre o benefício do STA que contribui para melhorar a qualidade das suas vidas, a segurança emerge como o principal benefício, distanciando-se bastante da companhia, sendo que metade dos entrevistados que têm um padrão de utilização ativa com um propósito emocional e um padrão de utilização ativa com um duplo propósito (instrumental e emocional) identificam a segurança, e não a companhia, como o benefício do serviço que promove a QdV. À luz destes resultados, o STA promove a QdV sobretudo através da segurança que proporciona, e não tanto através da companhia que presta. Isto é reforçado por alguns testemunhos que expressam a necessidade de ter alguém fisicamente presente para fazer companhia: “(...) gostaria de ter uma pessoa para estar sempre comigo, para estar acompanhada (...)” (Mariana João, 87 anos, Divorciada).

Por último, importa acrescentar que não se detetou a influência inequívoca de estruturas sociais, tais como o género e a idade, nos resultados acabados de apresentar.

Discussão dos resultados

Os resultados acima descritos apontam para uma diversidade de padrões de utilização do STA, indo contra a ideia, porventura ainda existente, e associada aos chamados “alarmes” (dispositivos de teleassistência mais antigos), de que este serviço é usado sobretudo em situações de emergência. A maior parte dos entrevistados utiliza o serviço de uma forma ativa e, entre estes, o propósito da utilização distribui-se mais ou menos equitativamente pelo pedido de ajuda (propósito instrumental) e pela procura de companhia (propósito emocional). Existe, no entanto, um número significativo de entrevistados que usam o serviço apenas quando são por este contactados, limitando-se a reagir às perguntas/solicitações. De entre estes, alguns referem nunca terem precisado usar o serviço, ao passo que outros admitem que não gostam de incomodar, deixando transparecer a ideia de que até já precisaram de o usar, mas não chegaram a fazê-lo por acharem que iriam “chatear” os profissionais do outro lado da linha. Este último padrão de utilização acaba por ser o mais surpreendente, pois indicia que ainda existirão na sociedade portuguesa segmentos da população mais velha, com capitais escassos, nomeadamente escolares e económicos, que não estão suficientemente empoderados para realizarem uma utilização efetiva dos serviços sociais públicos. Estudos realizados sobre os serviços digitais de provisão de bem-estar mostram que as populações com menos recursos (escolares, económicos, etc.) tendem a fazer um uso retraído destes serviços (Breit & Salomon, 2015; Hansen et al., 2018). Isto demonstra a importância das características pessoais, um dos temas/dimensões do “envelhecimento no lugar”. Contudo, algumas destas características pessoais, onde se inclui o insuficiente empoderamento — disposição interiorizada que é relevante no modo como os utilizadores mais velhos interagem com as TA (Greenhalgh et al., 2013) — poderão ser combatidas, em primeira instância, pelos profissionais destes serviços, embora a médio-longo prazo possam também ser combatidas por outras organizações/instituições (ex.: autarquias, ministérios). No fundo, trata-se de trabalhar no sentido do empoderamento destas populações no que respeita à sua relação com os serviços públicos.

No que concerne à questão se a utilização do STA promove a QdV dos seus utilizadores, os resultados apontam, inequivocamente, num sentido afirmativo, o que revela que este tipo de serviços tem, de facto, um papel a desempenhar na promoção da QdV na velhice e do “envelhecimento no lugar”. Não obstante, os resultados também revelam que numa minoria de casos a utilização destes serviços não é percebida, pelos seus utilizadores, como promotora da QdV. De acordo com os resultados aqui reportados, isto tem a ver com as características do equipamento

(aquilo a que usualmente se chama de *hardware*), às quais os utilizadores não se adaptam, ou com as respostas não satisfatórias dadas por estes serviços às necessidades específicas dos seus utilizadores. O *design* do equipamento, ou a materialidade da tecnologia (Greenhalgh et al., 2013), é um dos aspetos-chave do uso bem-sucedido das TA por parte de pessoas mais velhas (Charness, 2003; Greenhalgh et al., 2013; Selwyn et al., 2003), sendo importante envolver estas últimas em todo o processo de desenho dos equipamentos, de modo que o resultado final seja um “*design* inclusivo” (McCreadie, 2010).

Não só é importante saber se os utilizadores do STA percebem a sua utilização como promotora de QdV, mas também saber o que existe neste serviço que contribui, efetivamente, para a melhoria da qualidade das suas vidas. Os resultados revelam que a esmagadora maioria dos entrevistados identificam a segurança (sentimento e reconhecimento que têm a ajuda do serviço em caso de necessidade) como o benefício do serviço que contribui para melhorar a qualidade das suas vidas. Como foi possível verificar, curiosamente, metade dos entrevistados que utilizam o serviço para solicitar ajuda e companhia, elegem a segurança, e não a companhia, como o benefício do serviço que mais contribui para promover a QdV. Quando se olha para a totalidade dos entrevistados, que, lembre-se, vivem sozinhos ou passam parte do dia sozinhos, apenas uma minoria elege a companhia como o benefício do serviço que promove a QdV. Adicionando a isto, o reporte de alguns entrevistados da necessidade de alguém que lhes fizesse companhia presencialmente, é possível afirmar que o STA promove a QdV (e o “envelhecimento no lugar”) não tanto através da companhia que providencia, mas sobretudo através do sentimento de segurança que proporciona. A segurança como um dos benefícios das TA também é enfatizado por outros estudos (Damant et al., 2017; Karlsen et al., 2017). Por seu lado, outros estudos também colocam reservas quanto ao impacto da utilização das TA na promoção da companhia e no combate ao isolamento social e solidão (Khosravi & Ghapanchi, 2016; Khosravi et al., 2016).

Estes resultados apontam no sentido de que as interações sociais remotas (o STA contacta semanalmente os seus utilizadores e alguns destes tomam a iniciativa de contactar o serviço para falar/desabafar através da funcionalidade “voz amiga”) não substituem as interações sociais presenciais. Um estudo realizado em Portugal sobre a experiência do confinamento domiciliário no contexto do COVID-19 entre adultos mais velhos a residirem sozinhos, também chegou a esta conclusão (São José et al., 2022). Isto é relevante não só do ponto de vista sociológico, sendo que reforça a importância da presença física do outro, e até mesmo do contacto físico em termos literais (São José et al., 2022), mas também do ponto de vista das práticas profissionais e das políticas públicas, dado que alerta para o

facto de o STA não ser uma panaceia para todas as necessidades desta população (Karlsen et al., 2017; Song & van der Cammen, 2019) e, acrescente-se, para a concretização do desígnio do “envelhecimento no lugar”, que integra a tecnologia como uma das suas dimensões.

Deste modo, à luz dos resultados aqui reportados, o STA tem um papel a desempenhar na promoção do envelhecimento no lugar e da QdV na velhice, muito por via do sentimento de segurança que proporciona, embora pareça ser insuficiente para combater a solidão. Isto alerta para a necessidade de os serviços sociais apostarem em respostas integradas, assentes na articulação do STA com outros serviços relevantes, entre os quais os serviços/programas que proporcionem a oportunidade para contactos sociais presenciais.

Conclusões

Este artigo contribui para a discussão do tema das TA na velhice de duas formas principais. Por um lado, aborda o tema dos padrões de utilização do STA, tema negligenciado pelos estudos anteriormente realizados, revelando uma diversidade de padrões. No seio desta diversidade, encontra-se um padrão de utilização particularmente relevante do ponto de vista sociológico, pois denota a persistência na sociedade portuguesa de cidadãos que não estarão suficientemente empoderados para usar os serviços sociais de que necessitam e a que têm direito. Este é um aspeto que merece atenção especial por parte das políticas públicas e das práticas profissionais. Por outro lado, este artigo oferece evidência de que o STA ajuda, na ótica dos seus utilizadores, a melhorar a qualidade das suas vidas, muito por via da segurança que proporciona, e não tanto pela companhia que providencia. Nesta ordem de ideias, o STA não é “a solução” para o envelhecimento no lugar e a QdV na velhice, mas sim “uma das soluções” que, em articulação com outras, poderão ser mais eficazes para alcançar tais objetivos. Importa considerar que os STA atualmente disponíveis não estão preparados, tal como reconhecido pela coordenadora do GAI, para serem utilizados por adultos mais velhos com problemas de visão ou de audição.

Reconhecem-se algumas limitações do estudo realizado. Um número significativo de utilizadores que foram contactados para a realização das entrevistas não aceitaram realizá-las. Isto poderá ter resultado numa amostra algo enviesada (os utilizadores que aceitaram realizar as entrevistas poderão ter características diferentes daqueles que não aceitaram), para além de ter resultado numa amostra, necessariamente, com uma dimensão mais reduzida. Ademais, a entrevistadora apercebeu-se que alguns dos entrevistados estavam acompanhados por familiares

durante a realização das entrevistas, o que poderá ter condicionado, de alguma forma, as suas respostas.

No que concerne a recomendações para futuras investigações sobre o tópico, em conformidade com a sugestão de Damant e colaboradores (2017), considera-se crucial que se integrem em futuros estudos não apenas utilizadores, mas também não utilizadores, pois deste modo poderá examinar-se com mais rigor o impacto da utilização, e da não utilização, do STA na QdV. Seria igualmente importante continuar a explorar os padrões de utilização deste serviço, bem como o seu papel no combate à solidão. Para além disso, em futuros estudos, seria pertinente compreender as prioridades e preocupações dos utilizadores mais velhos, e analisar se, e de que modo, o STA permite ir ao encontro dessas prioridades e preocupações. Estes são aspetos salientados pelo modelo concetual proposto por Greenhalgh e colaboradores (2013). Por último, os autores deste artigo consideram que se justifica continuar a examinar o papel de certas estruturas sociais (ex.: género, idade) na experiência de utilização dos STA e no impacto percebido da utilização destes serviços na QdV.

Nota

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Financiamento

Este artigo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/04020/2020 com o DOI 10.54499/UIDB/04020/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/04020/2020>).

Referências

- Azimi, I., Rahmani, A. M., Liljeberg, P., & Tenhunen, H. (2016). Internet of things for remote elderly monitoring: a study from user-centered perspective. *Journal of Ambient Intelligence and Humanized Computing*, 8(2), 273-289. <https://link.springer.com/article/10.1007/s12652-016-0387-y>
- Bárrios, M. J., Marques, R., & Fernandes, A. A. (2020). Envelhecer com saúde: estratégias de ageing in place de uma população portuguesa com 65 anos ou mais. *Revista de Saúde Pública*, 54, 1-11. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001942>
- Bettio, F., & Verashchagina, A. (2010). *Long-Term Care for the elderly. Provisions and providers in 33 European countries*. Publications Office.

- Breit, E., & Salomon, R. (2015). Making the technological transition – Citizens' encounters with digital pension services. *Social Policy & Administration*, 49(3), 299-315.
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5th ed.). Oxford University Press.
- Buecker, S., Maes, M., Denissen, J. J. A., & Luhmann, M. (2020). Loneliness and the Big Five Personality Traits: A Meta-Analysis. *European Journal of Personality*, 34(1), 8-28. <https://doi.org/10.1002/per.2229>
- Caelli, K., Ray, L., & Mill, J. (2003). 'Clear as Mud': Toward Greater Clarity in Generic Qualitative Research. *International Journal of Qualitative Methods*, 2(2), 1-13. <https://doi.org/10.1177/160940690300200201>
- Cardoso, A. (2020). *Diagnóstico Social do Concelho de Matosinhos*. Câmara Municipal de Matosinhos. https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/writer_file/document/25674/diagnostico_social_2020_matosinhos.pdf
- Castells, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (Vol. 1: A Sociedade em Rede, 3ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charness, N. (2003). Commentary: access, motivation, ability, design, and training: necessary conditions for older adults success with technology. In N. Charness, & K. W. Schaie (Eds.), *Impact of Technology on Successful Aging* (pp. 15-27). Springer.
- Colombo, F., Llena-Nozal, A., Mercier, J., & Tjadens, F. (2011). *Help Wanted? Providing and Paying for Long-Term Care*. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264097759-en>
- CVP, Cruz Vermelha Portuguesa. (s.d.). *Serviços – Teleassistência – Tecnologias de apoio à distância*. Consultado em 25 de agosto de 2022, de <https://www.cruzvermelha.pt/sa%C3%BAde/%C3%A2mbito-nacional/teleassist%C3%Aancia.html>
- Dahlberg, L., McKee, K. J., Frank, A., & Naseer, M. (2022). A systematic review of longitudinal risk factors for loneliness in older adults. *Aging & mental health*, 26(2), 225-249. <https://doi.org/10.1080/13607863.2021.1876638>
- Damant, J., Knapp, M., Freddolino, P., & Lombard, D. (2017). Effects of digital engagement on the quality of life of older people. *Health and Social in the Community*, 25(6), 1679-1703. <https://doi.org/10.1111/hsc.12335>
- DeJonge, K. E., Taler, G., & Boling, P. A. (2009). Independence at home: Community-based care for older adults with severe chronic illness. *Clinics in Geriatric Medicine*, 25(1), 155-169.
- Dias, N., Soares, P., & Sousa, V. D. (2010). Idosos Isolados. In I. Guerra, T. C. Pinto, M. Martins, S. Almeida, & A. Gonçalves (Coords.), *À Tona de Água – Retratos de um Portugal em Mudança* (pp. 405-447). Tinta-da-China.
- Fujisawa, R., & Colombo, F. (2009). The Long-Term Care Workforce: Overview and Strategies to Adapt Supply to a Growing Demand. *OECD Health Working Papers*, (44), 1-62. <http://dx.doi.org/10.1787/225350638472>

- Gil, A. P. (2022). Os Cuidados (In)formais numa Sociedade Envelhecida. In H. Canhão, A. P. Gil, P. P. Barros, & J. Cunha, (Coords.), *Desafios do Envelhecimento para a Saúde, a Economia e a Sociedade* (pp. 127-144). Principia.
- Gilleard, C., & Higgs, P. (2008). Internet use and the digital divide in the English longitudinal study of ageing. *European Journal of Ageing*, 5, 233-239.
<https://doi.org/10.1007/s10433-008-0083-7>
- Greenhalgh, T., Wherton, J., Sugarhood, P., Hinder, S., Procter, R., & Stones, R. (2013). What matters to older people with assisted living needs? A phenomenological analysis of the use and non-use of telehealth and telecare. *Social Science and Medicine*, 93, 86-94. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.05.036>
- Grimmer, K., Kay, D., Foot, J., & Pastakia, K. (2015). Consumer views about aging-in-place. *Clinical Interventions in Aging*, 10, 1803-1811.
- Hansen, H-T., Lundberg, K., & Skyltevik, L. J. (2018). Digitalization, street-level bureaucracy and welfare Users' experiences. *Social Policy & Administration*, 52(1), 67-90.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2021, 6 de abril). *Dia Mundial da Saúde – 7 de abril 1999-2020*. [Destaque: informação à comunicação social].
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUEdest_boui=471121097&DESTAQUESmodo=2
- Karlsen, C., Ludvigsen, M. S., Moe, C. E., Haraldstad, K., & Thygesen, E. (2017). Experiences of community-dwelling older adults with the use of telecare in home care services: a qualitative systematic review. *JBI Database System Rev Implement Rep*, 15(12), 2913-2980. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29219874/>
- Khosravi, P., & Ghapanchi, A. H. (2016). Investigating the effectiveness of technologies applied to assist seniors: A systematic literature review. *International Journal of Medical Informatics*, 85(1), 17-26. <https://doi.org/10.1016/j.ijmedinf.2015.05.014>
- Khosravi, P., Rezvani, A., & Wiewiora, A. (2016). The impact of technology on older adults' social isolation. *Computers in Human Behavior*, 63, 594-603.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.05.092>
- Lansley, P., McCreddie, C., & Tinker, A. (2004). Can adapting the homes of older people and providing Assistive Technology pay its way? *Age and Ageing*, 33(6), 571-576.
- Marin, B., Leichsenring, K., Rodrigues, R., & Huber, M. (2009, September 15-16). *Who Cares? Care Coordination and Cooperation to Enhance Quality in Elderly Care in the European Union* [Paper presentation]. EU Swedish Presidency Conference on Healthy and Dignified Ageing, Stockholm, Sweden.
http://www.se2009.eu/polopoly_fs/1.15230!menu/standard/file/Discussion%20PaperWho%20Cares3.pdf
- Maxwell, J. A. (2009). Designing a Qualitative Study. In L. Bickman, & D. J. Rog (Eds.), *The SAGE Handbook of Applied Social Research Methods* (pp. 214-253). SAGE Publications.
https://www.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/23772_Ch7.pdf

- McCreadie, C. (2010). Technology and Older People. In D. Dannefer, & C. Phillipson (Eds.), *The Sage Handbook of Social Gerontology* (pp. 607-617). Sage.
- Moreira, M. J. G. (2020). *Como Envelhecem os Portugueses – envelhecimento, saúde, idadismo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mostashari, F. (2010). Statement of Farzad Mostashari, Senior Advisor to the National Coordinator for Health Information Technology, U.S. Department of Health and Human Services, Washington, DC. In U.S. Government, *Special Committee on Aging – United States Senate, Hearing on aging in place: The national broadband plan and bringing health care technology home – Technical report Serial No. 111-17* (pp. 17-39).
<https://www.congress.gov/111/chrg/CHRG-111shrg57982/CHRG-111shrg57982.pdf>
- Musik, C., & Bogner, A. (2019). Book title: Digitalization & society. *Österreich Z Soziol* 44,(Suppl 1), 1-14. <https://doi.org/10.1007/s11614-019-00344-5>
- Neves, B. B., Amaro, F., & Fonseca, J. R. S (2013). Coming of (Old) Age in the Digital Age: ICT Usage and Non-Usage Among Older Adults. *Sociological Research Online*, 18(2), 22-35. <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.5153/sro.2998>
- O’Súilleabháin, P. S., Gallagher, S., & Steptoe, A. (2019). Loneliness, Living Alone, and All-Cause Mortality: The Role of Emotional and Social Loneliness in the Elderly During 19 Years of Follow-Up. *Psychosomatic medicine*, 81(6), 521-526.
<https://doi.org/10.1097/PSY.0000000000000710>
- Padilla-Góngora, D., & Padilla-Clemente, A. M. (2008). Tecnologías para mayores. *Universitas Psychologica*, 7(3), 883-894.
- Pais, J. M. (2016). *Nos Rastos da Solidão. Deambulações Sociológicas*. GD Publishing; Edições Machado.
- Pani-Harreman, K., Bours, G., Zander, I., Kempen, G., & Van Duren, J. (2021). Definitions, key themes and aspects of ‘ageing in place’: A scoping review. *Ageing & Society*, 41(9), 2026-2059. <https://doi.org/10.1017/S0144686X20000094>
- Paúl, C., & Ribeiro, O. (2009). Predicting loneliness in old people living in the community. *Reviews in Clinical Gerontology*, 19(1), 53-60.
- Peek, S. T. M., Wouters, E. J. M., Hoof, J. V., Luijkx, K. G., Boeije, H. R., & Vrijhoef, H. J. M. (2014). Factors influencing acceptance of technology for aging in place: a systematic review. *International Journal of Medical Informations*, 83(4), 235-248.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1386505614000173?via%3Dihub>
- Pinto-Bruno, A. C, García-Casal, J. A., Csipke, E., Jenaro-Río, C., & Franco-Martín, M. (2017). ICT-based applications to improve social health and social participation in older adults with dementia. A systematic literature review. *Ageing & Mental Health*, 21(1), 58-65. <https://doi.org/10.1080/13607863.2016.1262818>
- Ralha, S. (Coord.) (2019). *Diagnóstico Social – Concelho de Penacova*. Rede Social de Penacova. http://www.cm-penacova.pt/assets/public/images/paginas/files/Acao_Social/Diagn%C3%B3stico%20Social%20PCV.pdf
- São José, J., Timonen, V., Teixeira, A. R., Amado, C., Santos, S., & Coelho, P. (2022). “I was...put in a cage”: The experience of COVID-19 home confinement among older adults living alone in Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (128), 111-134.

- Selwyn, N., Gorard, S., Furlong, J., & Madden, L. (2003). Older adults' use of information and communications technology in everyday life. *Ageing and Society*, 23(5), 561-582. <https://doi.org/10.1017/S0144686X03001302>
- Song, Y., & van der Cammen, T. J. M. (2019). Electronic assistive technology for community-dwelling solo-living older adults: A systematic review. *Maturitas*, 125, 50-56. <https://doi.org/10.1016/j.maturitas.2019.04.211>
- Spencer, L., Ritchie, J., Ormston, R., O'Connor, W., & Barnard, M. (2014). *Qualitative Research Practice. A Guide for Social Science Students & Researchers* (2nd ed.). Sage.
- Stowe, S., & Harding, S. (2010). Telecare, telehealth and telemedicine. *European Geriatric Medicine*, 1(3), 193-197. <https://doi.org/10.1016/j.eurger.2010.04.002>
- Tan, K. S. Y., & Chan, C. M. L. (2018). Unequal access: Applying Bourdieu's practice theory to illuminate the challenges of ICT use among senior citizens in Singapore. *Journal of Aging Studies*, 47, 123-131. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2018.04.002>
- Teixeira, A. R., & Coelho, P. (2023). Envelhecer onde é bom viver: a região do Algarve no contexto do envelhecimento demográfico. *Desenvolvimento e Sociedade*, (11), 121-138.
- Tilvis, R. S., Pitkala, K. H., Jolkkonen, J., & Strandberg, T. E. (2000). Social networks and dementia. *Lancet*, 356(9223), 77-78. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)73414-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)73414-0)
- Tracy, S. J. (2010). Qualitative Quality: Eight "Big-Tent" Criteria for Excellent Qualitative Research. *Qualitative Inquiry*, 16(10), 837-851. <https://doi.org/10.1177/1077800410383121>
- Van Dijk, H., Cramm, J., Van Exel, J., & Nieboer, A. (2015). The ideal neighbourhood for ageing in place as perceived by frail and non-frail community-dwelling older people. *Ageing & Society*, 35(8), 1771-1795. <https://doi.org/10.1017/S0144686X14000622>
- Vassli, L. T., & Farshchian, B. A. (2017). Acceptance of Health-Related ICT among Elderly People Living in the Community: A Systematic Review of Qualitative Evidence. *International Journal of Human-Computer Interaction*, 34(2), 99-116. <https://doi.org/10.1080/10447318.2017.1328024>
- Walker, A., & Mollenkopf, H. (2007). International and Multi-Disciplinary Perspectives on Quality of Life in Old Age: Conceptual Issues. In H. Mollenkopf, & A. Walker (Eds.), *Quality of Life in Old Age* (Vol. 31: Social Indicators Research Series, pp. 3-13). Springer. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4020-5682-6_1
- Weiss, R. S. (1973). *Loneliness: The Experience of Emotional and Social Isolation*. MIT Press.
- WHO, World Health Organization. (2017, 20 de outubro). *Home – Newsroom – Fact sheets – Detail – Mental health of older adults*. Consultado em 24 de agosto de 2022), de <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-of-older-adults>

Data de submissão: 12/05/2023 | **Data de aceitação:** 11/10/2023



COVID-19 NA AMÉRICA LATINA

Desigualdades sociais, manipulação estatal e desafios para a reconstrução – o caso do Brasil

COVID-19 IN LATIN AMERICA

Social inequalities, state manipulation and challenges for reconstruction – the case of Brazil

Luciano Nunes da Silva

FUNÇÕES: Curadoria dos dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Validação, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Departamento de Áreas Acadêmicas.
Campus Anápolis, 75131-457, Anápolis, Goiás, Brasil
E-mail: prof.lucianori@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6991-1206>

Manuel Carlos Silva

FUNÇÕES: Conceptualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição
AFILIAÇÃO: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho) & Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM, Universidade de Brasília). Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal
E-mail: mesilva2008@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8462-9516>

Resumo: As ações de combate à COVID-19 expuseram as mazelas de uma sociedade historicamente desigual, visíveis no precário saneamento básico, na perda de emprego/renda e no aumento da pobreza. Tendo como fontes principais dos dados a Comisión Económica para América Latina y el Caribe, a Organização Mundial de Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, este artigo analisa os impactos da pandemia nas desigualdades sociais na América Latina, com foco no Brasil, precedido por um debate sociológico sobre pobreza, exclusão e desigualdade. Os dados indicam que a pandemia intensificou as desigualdades sociais, com as classes mais favorecidas a reforçarem as suas posições e as classes mais pobres a serem drasticamente afetadas em diferentes aspectos, em função da pertença de classe, étnico-racial, de género, idade, condições de saúde, tornando-as ainda mais vulneráveis ao risco de doença e morte. Por fim, apela-se à construção de uma sociedade menos injusta e mais solidária, alicerçada em lutas coletivas, tendo no horizonte uma sociedade democrática e igualitária.

Palavras-chave: COVID-19, desigualdades sociais, América Latina, Brasil.

Abstract: Actions to combat COVID-19 exposed the ills of a historically unequal society, visible in precarious basic sanitation, loss of employment/income and increased poverty. With the main sources of data being the Comisión Económica para América Latina y el Caribe, the World Health Organization and the Brazilian Institute of Geography and Statistics, this article analyzes the impacts of the pandemic on social inequalities in Latin America, focusing on Brazil, preceded by a sociological debate on poverty, exclusion and inequality. The data indicates that the pandemic has intensified social inequalities, with the more privileged classes strengthening their positions and the poorest classes being drastically affected in different aspects depending on class, ethnic-racial, gender, age, conditions health, making them even more vulnerable to the risk of illness and death. Finally, there is an appeal for the construction of a less unfair and more supportive society, grounded on collective struggles, with a democratic and egalitarian society on the horizon.

Keywords: COVID-19, social inequalities, Latin America, Brazil.

Introdução, problema e método

A pandemia da COVID-19 precipitou-nos numa crise sanitária e ampliou uma crise económica e social sem precedentes, escancarando especialmente as contradições e mazelas duma sociedade injusta e desigual. Como num jogo de dominó em que as peças vão caindo em sequência, vimos a pandemia do coronavírus alastrar-se e atingir todos os continentes, impondo a quarentena, o isolamento e o distanciamento físico, travando e reduzindo a atividade económica. Em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, aconteceu a primeira notificação de COVID-19 e, logo a 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causado pelo novo coronavírus (COVID-19) representava uma emergência de saúde pública de importância internacional. Por fim, a 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e, a partir de então, emergiu à escala mundial um estado de apreensão, medo e insegurança, subindo a cada dia e a nível vertiginoso os números de contágios e de mortes.

Para além da questão sanitária que é extremamente preocupante, a pandemia trouxe efeitos negativos de curto e longo prazo. Segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2020a), os efeitos de curto prazo traduzem-se em maior desemprego, menores salários e renda, aumento da pobreza e da extrema pobreza e os sistemas de saúde com custos mais altos, incluindo a fragmentação e as desigualdades de acesso aos mesmos, nomeadamente em países mais pobres e municípios mais endividados (Boullosa et al., 2020). Já a médio e longo prazo verificar-se-á o fechamento de mais empresas, a redução do investimento privado, um menor crescimento económico, uma menor integração das cadeias de valor e a deterioração das capacidades produtivas. Tanto os efeitos de curto como de longo prazo geram impactos nas pessoas em situação de pobreza e, sobretudo, em pobreza extrema.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), quase 35 milhões de indivíduos não possuem acesso a água tratada e 46% da população não possui coleta de esgoto, podendo constatar-se um aumento das desigualdades sociais, agravadas e exponenciadas pelas políticas neoliberais. Como consequência destas desigualdades, a CEPAL (2020b) aponta os efeitos sanitários e socio-económicos em diferentes grupos de população e sua precária e difícil capacidade de resposta, a saber: *i*) incapacidade de trabalhar remotamente; *ii*) falta de água tratada e saneamento, aumentando os riscos de infeção dos mais pobres e vulneráveis; *iii*) maior risco de morte para os pobres e vulnerabilizados devido a doenças pulmonares, cardiovasculares e diabetes, além da falta de acesso a cuidados médicos; *iv*) vulnerabilidade dos trabalhadores/as informais, sobretudo

com maior representação entre mulheres, jovens, afrodescendentes e migrantes, os quais não podem gerar renda nem possuem qualquer poupança para enfrentar a crise; *v*) embora os primeiros casos de COVID-19 tivessem sido registados em grupos sociais e áreas urbanas com maior rendimento, mais recursos e melhores condições de saúde, muito rapidamente o vírus foi-se expandindo, em grande quantidade, para áreas e grupos sociais de baixo rendimento, economicamente mais vulneráveis e com menos acesso aos serviços de saúde, a que acrescem adicionais consequências negativas pelo facto de os mais pobres não terem condições de cumprir as normas de quarentena; e, por fim, *vi*) instâncias do poder, designadamente estatal, aproveitaram a conjuntura de excepção para, nalguns casos, abafar toda e qualquer contestação, nomeadamente no campo sindical e de outros movimentos sociais.

Não podemos deixar de frisar que, embora esta situação de excepção se tenha agravado, como referido, a pandemia resultante do COVID-19 não é desligada da dupla crise socio-económica e ambiental do sistema capitalista, visto que, sobretudo desde a década de 1980, à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo financeiro, constata-se uma realidade em constante estado de crise, tal como refere Santos (2020, p. 5):

Uma situação duplamente anómala. Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é por natureza excepcional e passageira e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto.

A pandemia também deixou evidente a situação de desamparo da maior parte da população por parte do poder público, o que deve ser compreendido inicialmente pela situação de abandono das pessoas em suas demandas mais básicas de proteção. Segundo Bouldosa (2021, p. 443):

Falamos de desamparo público quando passamos a lidar com um afeto coletivamente construído, coletivamente experienciado, êxito de redes compartilhadas de significados ou matrizes extensas, sempre historicizadas. E o desamparo torna-se público quando ele passa a funcionar como afeto constituidor da própria experiência de público.

Em termos metódico-técnicos, foi assumido como principal fonte de dados as bases documentais de fontes estatísticas a nível internacional, nomeadamente dados extraídos de relatórios da Comisión Económica para América Latina y el Caribe,

assim como a Organização Mundial de Saúde e outros bases de dados proporcionados pela OXFAM. A nível do próprio Brasil foram consultados sobretudo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), particularmente dados relativos aos últimos anos. Por outro lado, foram consultados alguns relatórios e sobretudo dados já trabalhados e analisados em obras de especialistas sobre os temas das desigualdades.

Após essas breves considerações iniciais e explicitação dos instrumentos metódico-técnicos torna-se claro que o grande desafio posto aos países, enquanto resposta à pandemia, consiste em buscar caminhos e políticas a serem perseguidas com vista à superação destes e doutros efeitos aos quais estamos submetidos. Porém, antes de dar conta das desigualdades no cenário atual, iremos fazer uma revisitação das diversas abordagens clássicas sobre a pobreza, a exclusão e a desigualdade social à luz dos fundadores da Sociologia e de outros teóricos críticos, nomeadamente decoloniais.

Pobreza, exclusão e desigualdade social: breve resenha dos paradigmas sociológicos e perspectiva atual

O conceito de pobreza relativa, embora mantendo-se o seu uso em contraponto com o conceito de pobreza absoluta — enquanto limiar com enfoque biológico abaixo das próprias condições mínimas de sobrevivência da pessoa em risco — tem vindo a ser ora substituído ora complementado com um outro conceito — o de exclusão social, o qual seria visto como um conceito sinónimo de desigualdade social, embora não o seja, como evidencia Silva (2009), dada a polissemia do conceito de exclusão social e suas díspares interpretações, como veremos de seguida.

O conceito de exclusão social é amiúde apresentado como o conceito-chave dum novo e mais recente paradigma, nomeadamente do chamado modelo europeu, sobre inclusão/exclusão social. No entanto, ele já foi elaborado e avançado pelos sociólogos clássicos nomeadamente por Weber (1920/1978). O conceito de exclusão e outros congéneres têm, contudo, interpretações e alcances diferentes conforme a tradição sociológica, o que nos obriga a fazer uma breve revisitação das conceções durkheimiana, (neo)weberiana, simmeliana e interaccionista simbólica e, por fim, (neo)marxista, o que faremos com base numa síntese de texto de Silva (2009), sem deixar de convocar também a teoria decolonial.

A visão durkheimiana

A exclusão social é vista por Durkheim (1893/1977) como perda do laço socio-moral, como fenómeno disfuncional e anómico, como uma forma patológica duma sociedade desregulada, desorganizada e desprovida de valores, códigos e referências morais, nomeadamente junto de alguns dos seus membros que se sentem desestruturados, desligados da sociedade. Durkheim (1893/1977) assume que a divisão do trabalho social gera formas de coesão, solidariedade social e, como tal, esta é vista de modo positivo e funcional. Por outro lado, o autor reconhece as situações de anomia social, as quais dever-se-iam não propriamente à divisão social do trabalho, mas antes à divisão forçada ou excessiva do trabalho que não tenha em conta as capacidades e talentos dos indivíduos ou ainda à prevalência da densidade material das trocas económicas sobre a densidade moral. Ou seja, a anomia teria lugar de modo excepcional, sempre que formas anómalas nas relações sociais se sobreponham à normal divisão do trabalho, alegadamente coesa, solidária e integrada, proporcionada pela partilha da consciência coletiva e respetivas representações sociais.

A perspectiva (neo)weberiana

Partindo de diferentes pressupostos do modelo durkheimiano e admitindo a conflitualidade sob diversas formas — económica (classe), social (estatuto), política (partido) — e outros tipos de conflito como os étnicos ou religiosos (e no seio de cada religião), Weber (1920/1978) sustenta que a exclusão social é resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos mercados de trabalho, ora das relações fechadas próprias de certos círculos que usurpam, monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados recursos e bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária. Os processos de fechamento estão presentes nas mais diversas instituições e associações de tipo corporativo, seja de carácter compulsivo tais como o Estado ou a Igreja, seja de tipo relativamente voluntário, tais como associações profissionais, partidos ou clubes.

Os detentores de certos estatutos sociais tendem a limitar o acesso por outros concorrentes a certos recursos, lugares e recompensas através de determinados mecanismos e características exteriores de cada real ou potencial candidato tais como “a raça, a língua, a religião, o lugar de nascimento, a classe social, o domicílio e que podem bastar para haver lugar à exclusão” (Weber 1920/1978, p. 276).

Da visão simmeliana ao interacionismo simbólico

Para Simmel (1903/1987), a forma de “medir” o grau de fechamento ou de abertura duma sociedade reside no modo como os autóctones se relacionam com os forasteiros, os estrangeiros. Estes, quando aceites, sentem-se menos estranhos, sendo relevadas não tanto as suas diferenças, mas mais as suas semelhanças com os autóctones e, a partir daí, começam a ser integrados na coletividade ou grupo de acolhimento. Quando tais processos de inclusão não ocorrem, a individuação e a exacerbação das diferenças étnicas e culturais, sobretudo quando associadas a formas de nacionalismo, provocam quebra dos laços sociais e, com esta, sentimentos de desconfiança, discriminação e racismo, todas elas formas de exclusão social.

Embora com antecedentes na Escola de Chicago, uma outra corrente – o interacionismo simbólico – desenvolverá nos anos sessenta a teoria da rotulagem ou etiquetagem centrada na explicação dos comportamentos ditos desviantes como o crime e a delinquência, os estereótipos e estigmas de vária ordem (físicos, de personalidade, tribais) em torno de alcoólicos, homossexuais, prostitutas, portadores de deficiência, doentes mentais, toxicodependentes, desempregados. A interpretação interacionista simbólica representou uma abordagem inovadora na medida em que, enquanto as interpretações estruturo-funcionais até então dominantes, na sua vertente mais relativizada, atribuíam as razões de comportamento “desviante” ora às disfunções da estrutura social, ora, com certa carga psicologizante, às personalidades ou atributos caracterológicos dos indivíduos, os interacionistas simbólicos, nomeadamente Goffman (1963/1988) e Becker (1963/1968), analisavam os dois olhares sobre o comportamento dito desviante: o da sociedade ou dos indivíduos “normais”, estabelecidos e o dos “desviantes”, estigmatizados ou marginalizados. Para esta abordagem, que parte dos sentidos ou significados atribuídos pelos atores sociais nas micro-interações, o “desvio” é assim visto não como qualidade do indivíduo “desviante” mas como consequência da interação entre os infratores e os ditos normais que reagem negativamente à transgressão das normas estabelecidas.

A abordagem (neo)marxista

Exclusão social, na perspetiva marxista, é vista como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política. Para Marx (1867/1974) serão excluídos não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afetados pelo processo de mecanização e modernização (*v.g.* camponeses e artesãos pobres, desempregados, mendigos, sem abrigo), mas também, em maior ou menor grau

conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção, os quais acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria — a classe burguesa — que, com as suas diversas frações (agrária, industrial, comercial e financeira), cresce e se desenvolve à custa da exploração dos diversas frações das classes trabalhadoras (agrícolas, industriais e do comércio ou serviços), incluindo obviamente trabalhadores qualificados como, por exemplo, médicos ou professores assalariados.

A perspectiva decolonial

Os estudos decoloniais¹ levam-nos a buscar novas epistemologias, rompendo as lógicas do colonialismo, do eurocentrismo e do etnocentrismo, geradoras de relações hierarquizadas de sobreexploração, dominação e racismo. Esta abordagem abrange uma série de reflexões teóricas que eclodiram nos anos 1980 e vêm reverberando e ganhando notoriedade ao descortinar “situações de opressão diversas” (Cesaire, 1978, p. 90), caracterizadas pela “dominação de uma raça sobre a outra” (Cesaire, 1978, p. 19), em que, segundo Quijano (2005, p. 120):

Os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram das populações colonizadas — entre seus descobrimentos culturais — aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. (...) Em terceiro lugar, forçaram — também em medidas variáveis em cada caso — os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. (...) Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo, em suma, da cultura.

1 Segundo Balestrin (2013), o termo decolonial diz respeito à perspectiva pós-colonial defendida pelo coletivo Modernidade/Colonialidade, cuja ênfase é a compreensão dos efeitos dos processos de colonização sobre a América Latina.

É de suma importância compreender os processos de colonização, visto que, ao analisar a relação entre coletivos em situação de pobreza e o direito à educação, emerge um primeiro aspeto que diz respeito ao subsídio que o aporte teórico oferece para a desnaturalização das diferentes posições sociais verificadas na sociedade. Em seu bojo, a condição de pobreza pode ser compreendida tanto como consequência, quanto como estratégia dos históricos processos de exploração, subordinação e opressão conduzidos pelas classes e grupos raciais colonizadores e neocolonizadores (Ramalho et al., 2017).

Por conseguinte, as sociedades dominantes idealizam o mundo de forma a constituírem parâmetros que determinam os sujeitos ora como desejáveis ora como não-desejáveis das sociedades, cujos critérios de seleção, por via de regra, obedecem à lógica sociopolítica de sociedades ideologicamente euronortecentradas (Grosfoguel, 2018; Quijano, 2005). Os parâmetros são previamente definidos por critérios subjetivos por parte dos grupos dominantes, em situações de conforto, constituindo e formando o mundo de forma cartesiana sob padrões e critérios alegadamente objetivos. São compostas visões na base de diferenciações étnico-raciais, que há muito têm misturados interesses econômicos, políticos e sociais na constituição de sujeitos subalternos, cerceando-lhes desde riquezas e acessos a bens materiais até a direitos sociais e tratamento humano (Assis & Souza, 2019).

Assim, a importância do olhar decolonial sobre a temática em debate permite ampliar a compreensão e os impactos do colonialismo para as sociedades colonizadas e, ao mesmo tempo, identifica as injustiças sociais, a pobreza, a exclusão como resultantes duma estrutura de desigualdades sociais, relacionando-as com os contextos do passado e do presente e buscando projetar novos cenários. A academia deve contribuir para responder a questões tais como: Qual a relação do colonialismo com as formas de produção de seculares desigualdades sociais? Qual a relação do colonialismo com as desigualdades existentes hoje nas periferias das sociedades modernas e contemporâneas? É exatamente na tentativa de ir ao encontro dessas questões que os estudos decoloniais se debruçam na tentativa de compreender e explicar os efeitos nocivos do colonialismo e apontar novos caminhos no sentido de diminuir e mesmo abolir tais relações sociais desiguais e profundamente injustas.

Por fim, para além dos contributos decoloniais, as reflexões avançadas por vários autores (Agamben, 2003/2018; Benjamin 1921/1974; Ramonet, 2016; Sousa Filho, 2020; Zuboff, 2019), que, em diferentes tempos, estando atentos aos processos de controlo político e de alienação ideológica a partir do próprio Estado e seus diversos aparelhos e órgãos (militar, governamental, parlamentar, judicial, mediático), assinalam as estratégias do capitalismo focadas na criação de “estados de exceção” ou

de vigilância permanente, a fim de manter submissos e subalternos os cidadãos/ãs na manutenção do *statu quo* em favor dos interesses do grande capital nomeadamente financeiro, tornando-se os ditos “estados de exceção” processos mais prolongados ou até inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo inclusive no quadro da concorrência internacional entre multinacionais.²

Expostas as principais abordagens sobre exclusões e desigualdades sociais nomeadamente de classe e étnico-raciais, importa, no quadro da análise subsequente, relevar e articular as abordagens weberiana e marxista, as quais podem e devem ser enriquecidas pela perspectiva decolonial e outros posicionamentos críticos, surgidos ora a sul, ora a norte, seja a leste, seja a oeste do planeta. Passemos então a discutir e avaliar os impactos da pandemia no aumento das desigualdades sociais e, em particular, nas situações de pobreza e pobreza extrema, primeiramente, no contexto latino-americano e, posteriormente, no caso específico do Brasil.

A pandemia no contexto latino-americano

Partindo do escopo de uma reflexão sobre as desigualdades ampliadas no início do século XXI, compreender o cenário de pandemia será de vital importância para mensurar o estado da situação socioeconómica da região latino-americana nos próximos anos. Nas palavras de Diniz e Darling (2021, p. 1):

A pandemia do COVID-19 implicou o retorno dos nacionalismos, a ausência de alternativas regionais, a proibição de entrada a migrantes, trabalhadores fronteiriços e o concomitante processo de retorno das mulheres, em muitos casos, ao âmbito doméstico. Esses são apenas alguns elementos que se destacam e que alteraram a vida de nós, homens, mulheres e diversidades, que habitamos o Mercosul. As medidas para enfrentar tamanha situação crítica têm sido diversas, mas nulas podem ser consideradas propostas de transformação estrutural. Os níveis de desemprego, subemprego, desigualdade e pobreza aumentaram notavelmente e políticas como taxaço de grandes fortunas ou renda cidadã são apenas consideradas exceção.

2 Tal como referem Silva e Ribeiro (2022), podem constatar-se diversas situações em que o poder ora militar (por golpes ou ameaças de golpe de Estado), ora governamental ora parlamentar por via respetivamente de Decreto ou Lei de emergência ou, cada vez mais frequente, por prisões políticas ilegais como os presos de Guantánamo, processos de *law fare* judicial (casos de perseguição de Assange e de Snowden, esquemas da Lavajato no caso de prisão de Lula por golpe gizado a partir da CIA/Pentágono nos de Estados Unidos mediado por Juiz Moro e Procurador Dellagnol, em conivência com seus países aliados e/ou respaldados por burguesias ultrareacionárias e de extrema-direita, instrumentalizando estas os *media* e o enraizamento de lideranças religiosas, nomeadamente neopentecostais).

A pandemia não só aprofundou problemas sociais de caráter multidimensional como as desigualdades sociais (de classe, étnico-raciais, de gênero), como também comportou problemas que evidenciaram a ineficiência e caráter discriminatório na gestão de saúde e de educação (cf., Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2020). Os problemas são ainda mais complexos perante o modelo de desenvolvimento dominante na América Latina, embora com especificidades próprias em cada país. Deste modo, a abordagem à complexidade de problemas, eles próprios complexos, requer caminhos plurais e, nas palavras de Daroit (2020) em recente participação em evento do Grupo de Investigação em Governo, Administração e Políticas Públicas (GIGAPP), caminhos plurais a serem percorridos na conjugação de respostas estatais, organizacionais e sociais. As respostas estatais são compreendidas pela necessidade de coordenação vertical e horizontal, bem como pela elaboração de diretrizes; as respostas organizacionais são exemplificadas pelas doações quanto pelas demissões; e as respostas sociais, enquadradas pela solidariedade e organização coletiva, implicam a necessidade de articulação em redes para que a resposta esteja operacional e à altura das necessidades e problemas.

Se a pandemia do COVID-19 é complexa do ponto de vista sanitário, os graves problemas sociais enfrentados na América Latina agravaram e exponenciaram. Esta pandemia afetou de maneira muito diferenciada os países da América Latina: temporalmente, o impacto da pandemia detonou-se praticamente ao mesmo tempo para todos os países, mas de distintas maneiras. Os países mais afetados foram o Equador, a República Dominicana, o México e o Brasil, sendo este último, durante a intensificação da segunda onda da pandemia, considerado o epicentro da pandemia no mundo.

Existe um comportamento epidemiológico do vírus que afeta mais as pessoas com mais de 60 anos, pessoas com comorbidades prévias, com prevalência de mortes de homens por comparação com mulheres; porém, como referido, sabe-se que o vírus afeta de forma diferenciada os países. Para explicar essa diferença e de que maneira seja possível responder a essa questão, não se deve levar em consideração apenas os dados epidemiológicos, mas também as diferenciadas estruturas sociais, respostas políticas dos diversos governos e os próprios comportamentos sociais, amiúde induzidos por esses poderes centrais e locais e sobretudo que tipo de políticas públicas, nomeadamente no campo da saúde, estão presentes e disponíveis para responder à pandemia. Tais fatores provocaram diferentes impactos nas sociedades. Se em vários países, nomeadamente no Equador, no México e no Brasil, se verificou lentidão nas respostas e discussões infrutíferas sobre tipo de isolamento (vertical ou horizontal), o caso do Brasil foi ainda mais grave, na medida em que houve propaganda enganadora sobre tratamento precoce não respaldado pela

ciência, ausência de medidas de proteção induzida pela Presidência da República, recusa inicial de encomenda de vacinas e abandono de populações, nomeadamente em Manaus, com falta de oxigênio.³

A região da América Latina e do Caribe já era uma das mais desiguais do mundo entre as regiões em desenvolvimento antes da pandemia (Silva, 2018). Com a emergência desta, este continente se transformou num cenário económico, social e político complexo, resultando num contexto de baixo crescimento e de intensificação de elevados níveis de informalidade do trabalho, no aumento da população em situação de pobreza e extrema pobreza e na desaceleração do processo de redução da pobreza, por comparação com alguns períodos históricos, sobretudo recentes, nos quais pontificaram algumas políticas públicas levadas a cabo por políticas reformistas e social-democratas. Pelos efeitos da pandemia a CEPAL projetou uma queda de 9,1% do produto interno bruto (PIB) na região. E, relativamente aos índices de pobreza e pobreza absoluta, os dados da CEPAL distribuem-se do seguinte modo, conforme se pode ver na Figura 1.

Os índices e indicadores da economia internacional já vinham registando números críticos e, segundo as análises da CEPAL, o desempenho económico da economia mundial já era débil antes da pandemia do COVID-19. No período 2011-2019 a taxa média de crescimento mundial foi de 2,8%, cifra significativamente inferior aos 3,4% do período 1997-2006. Em 2019 a economia mundial registou o seu pior desempenho desde 2009, com uma taxa de crescimento de apenas 2,5%. E, antes da pandemia, as previsões de crescimento do PIB mundial para 2020 foram revisadas em baixa (Bárcena & Cimoli, 2018; Silva, 2018).

Desde a crise financeira mundial de 2008 as economias a nível mundial já estavam enfrentando um tempo de “crise de confiança” na globalização e no multilateralismo como ferramenta para o desenvolvimento, sendo também verificada falta de confiança na capacidade dos mercados, em particular do mercado financeiro, de garantir um crescimento estável na ausência de controlo e medidas regulatórias a nível nacional e internacional.

Segundo dados da CEPAL, o desemprego na América Latina aumentou de 8,1% em 2019 para 13,5% em 2020 e, conseqüentemente, o número de desempregados na região passaria para mais de 44 milhões de pessoas, o que na prática significou o aumento de mais de 18 milhões de pessoas desempregadas em relação a 2019. Deste modo, a CEPAL previu que a taxa de pobreza aumentaria 7 pontos percentuais em 2020, passando para 37,3%, o que representa um aumento de 45 milhões de pessoas de um total de 231 milhões de pessoas em situação de pobreza. Por sua vez,

3 Cf. TV da Globo, 21/10/2020.

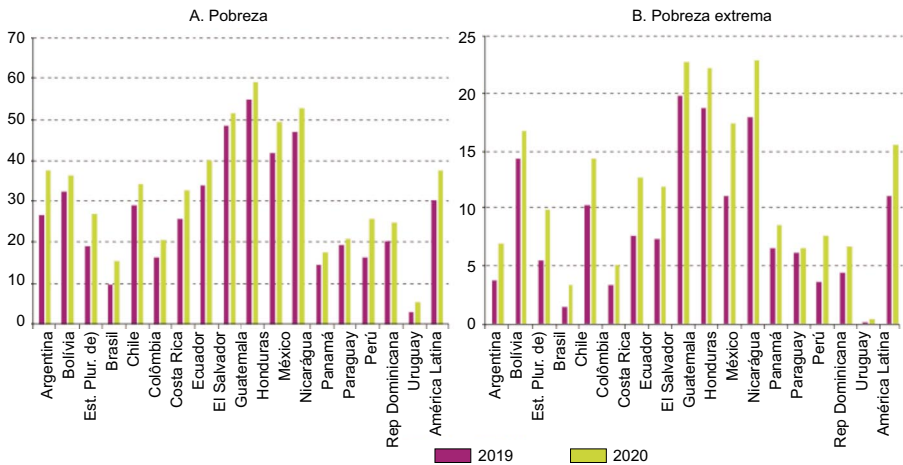


Figura 1 América Latina (17 países): projeção da população em situação de pobreza e de pobreza extrema

Nota: Os dados da Argentina correspondem a áreas urbanas.

Fonte: CEPAL e OPS (2020, p. 2).

a pobreza extrema aumentaria 4,5 pontos percentuais, situando-se nos 15,5%, ou seja, viria a conhecer um aumento de 28 milhões de pessoas num total de 96 milhões em situação de pobreza extrema. A questão do emprego foi fortemente impactada pela pandemia, principalmente, porque uma das principais formas de controlar a transmissão implicava distanciamento físico, o qual incluía quarentenas e suspensão das atividades ditas não essenciais, tendo, por consequência, a perda de emprego e rendimento. Esta situação tornou-se ainda mais grave, dado o impacto direto sobre os trabalhadores informais, os quais representavam e representam aproximadamente 54% dos trabalhadores/as da região (CEPAL, 2019 e 2020b).

Além da questão do emprego, outro impacto extremamente forte e desigual incidiu sobre questões relacionadas com a saúde, visto que os sistemas de saúde dos países da região possuem consideráveis debilidades, sendo, na sua grande maioria, sistemas de saúde subfinanciados, segmentados e fragmentados. Tais sistemas de saúde, além de comportarem fortes barreiras no acesso, sofrem sobretudo de má gestão e de baixo investimento público, mantendo-se longe de 6% do PIB recomendado pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), ficando-se numa média de 3,7% do PIB (Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL] & Organización Panamericana de la Salud [OPS], 2020). Uma anterior

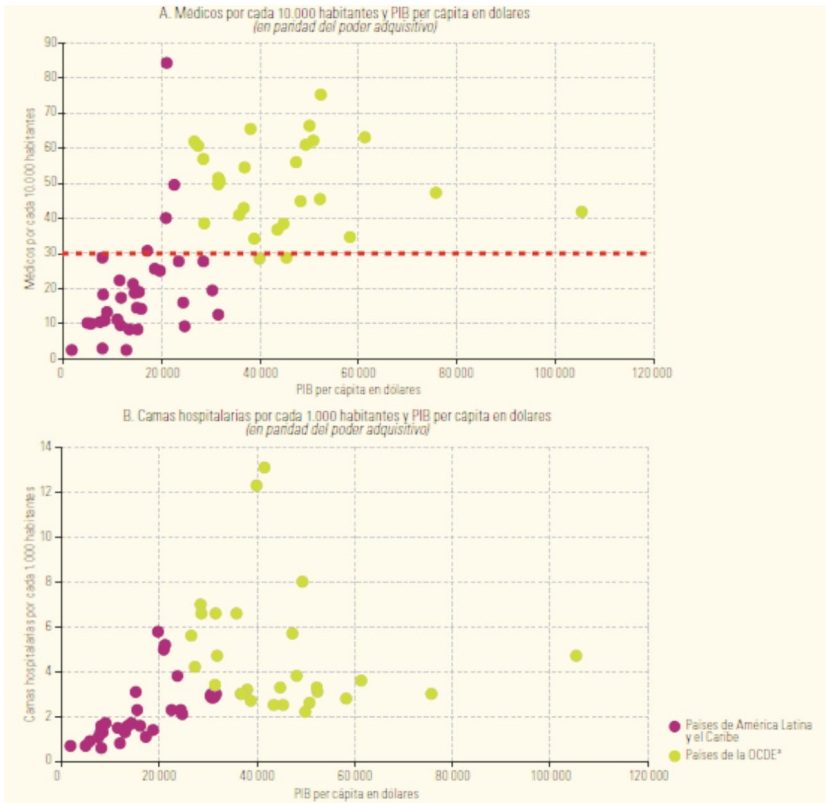


Figura 2 Países da América Latina e o Caribe e países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE): médicos e camas hospitalares, 2019

publicação da OPAS (2019) trouxe-nos dados importantes para compreender o cenário da região: em média, as famílias da região gastam mais de um terço dos rendimentos com gastos em saúde nomeadamente com pagamentos diretos do bolso (34%), ao mesmo tempo que cerca de 95 milhões de pessoas realizam gastos elevados com saúde e cerca de 12 milhões estão empobrecidos devido a esses gastos. A disponibilidade média de médicos/as e leitos hospitalares é cerca de metade do grupo de países mais desenvolvidos, como os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), conforme podemos observar na Figura 2.

Outro dado que é de suma importância a apontar é que, de acordo com a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2019), nalguns países da região a pandemia pode causar uma variação de mais de 3 pontos percentuais no índice de Gini, o qual mede a desigualdade, implicando, conforme já

apontamos, um aumento do número de pessoas que vivem na pobreza. Essa situação deve-se a vários fatores, entre os quais a perda generalizada de empregos, aliás mal remunerados, e o facto de os trabalhadores ditos autónomos do setor informal terem sido impedidos de exercer suas atividades económicas normais. Em contrapartida, dados recentes indicam que, desde março de 2020, aumentou o rendimento de pessoas individuais e sobretudo empresas e/ou grupos financeiros, respetivamente com salários e rendimentos mais elevados, nomeadamente lucros, juros e rendas (Ruiz, 2020). De acordo com a OXFAM International ⁴ (2020) quanto à variação do património líquido dos bilionários da região entre 18 de março e 12 de julho de 2020, esta agência constatou que, nesse período, o património líquido combinado dos bilionários nalguns países da América Latina passou, por exemplo, na Argentina de 8.800 milhões para 11.200 milhões de dólares; no Brasil, de 123.100 milhões para 157.100 milhões; na Colômbia, de 13.700 milhões para 14.100 milhões; no Chile, de 21 bilhões para 26.700 bilhões; no Peru, de 5.200 milhões para 5.500 milhões e, na República Bolivariana da Venezuela, de 3.400 milhões para 3.500 milhões de dólares. No total, a riqueza dos bilionários em 73 latino-americanos aumentou em média 48.200 dólares, ou seja, 17% desde o início da pandemia. Desde o início das medidas de confinamento, a cada duas semanas, há um novo bilionário na região (Ruiz, 2020).

Embora a pandemia não tenha finalizado e seja cedo para tirar todas consequências da pandemia e das próprias desigualdades sociais do sistema, os dados recolhidos indicam que a riqueza, detida pelas classes dominantes nos países ditos desenvolvidos (Estados Unidos e Europa) e das próprias oligarquias na América Latina, está a aumentar e a concentrar-se sobretudo nas multinacionais (*v.g. media, farmacêuticas*) e no capital financeiro, em prejuízo das classes de baixo rendimento e sobretudo de largos milhões de desempregados e pobres sem qualquer rendimento ou subsídio. Os dados apresentados sobre desemprego, pobreza, situações de doenças, dentre outros, apontam para a exacerbação das desigualdades sociais decorrentes do sistema e, em especial, da situação pandémica e pós-pandémica.

A desigualdade brasileira: impactos da COVID-19

A debilidade histórica do Estado social no Brasil, bem como nos demais países latino-americanos, limitou e limita a resposta à crise, pois a pandemia tem tido efeitos

4 OXFAM International é uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que, além de recolha de dados, atua em mais de 90 países na busca de soluções para aliviar o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

diferenciados conforme cada grupo social atingido e sua capacidade de resposta, tal como já salientamos. As diferenciadas pertencas de classe, étnico-racial e de gênero constituem catalisadores de situações sociais também bem diferentes ou mesmo antagônicas, em que “os de baixo” são mais vulnerabilizados e sofrem desvantagens acumuladas no transcurso de suas vidas, agravadas com a pandemia.

No caso brasileiro a expansão e o agravamento da pandemia de COVID-19 tiveram lugar por uma conjugação de variáveis ou situações, mas, segundo o Boletim de Gestão de Políticas Públicas e COVID-19 do Observatório da Sociedade Pós-pandêmica (Boullosa et al., 2020), podem ser vistas como resultantes de, pelo menos, três grandes conjuntos de variáveis ou situações: *i*) condições objetivas e não objetivas próprias de cada município e preexistentes à situação da pandemia; *ii*) capacidades dos municípios em fazer frente a essa situação de emergência pública; e sobretudo *iii*) desorientação, amiúde deliberada, e/ou incapacidade e falta de articulação por parte da União ou Estado Central, institucionalmente corporizada no Ministério da Saúde e, em especial, na Presidência da República, negacionista da ciência, da necessidade de distanciamento físico, falta de apoios sociais e outros cuidados, além de propagandista de um alegado e enganador tratamento precoce – a cloroquina. Partindo dessas constatações, os números de contagiados ao longo de mais de 20 meses e de cerca de 700.000 mortos ao fim de dois anos de pandemia, consolidam a posição do Brasil como o segundo país mais atingido no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, tornando bem patentes a incompetência e o desleixo, senão mesmo uma política deliberada de menosprezo pelos cidadãos/ãs em sofrimento perante esta emergência pública.⁵

O histórico de desigualdades de rendimento e de acesso a serviços públicos, nomeadamente de saúde no Brasil, evidencia como tal situação se tem prolongado e até agravado nos últimos anos em termos de diversas classes, gêneros, grupos étnico-raciais e escalões etários. Com efeito, segundo dados do IBGE de 2019, em 2018 os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres. Outro dado importante é o facto de os jovens de 15 a 29 anos, que nem trabalham nem estudam, serem 23% no ano de 2018. É necessário ter em conta que os 20% mais pobres desta população respondem por mais de 40% desta percentagem (IBGE, 2019). Porém, a pandemia e suas consequências têm impactado de forma

5 Cf., para além do negacionismo no campo da ciência, o comportamento do ex-presidente Bolsonaro como “caixeiro-viajante” para venda de cloroquina, medicamento comprovadamente ineficaz para a COVID-19, o escárnio perante doentes graves em sofrimento, a recusa em negociar prontamente a compra de vacinas e aventar que quem tomasse a vacina podia “virar jacaré”, abandono de populações sem oxigénio (v.g. em Manaus).

também desigual, especialmente nas classes, grupos étnico-raciais e camadas mais pobres e vulnerabilizadas.

Em relação à pobreza, a mesma fonte de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) aponta que mais de 25% da população vive na pobreza (com metade ou menos do salário mínimo), sendo este dado importante para compreendermos a relação direta existente entre rendimento monetário e precariedades e/ou vulnerabilidades nas condições de moradia. Esta situação denuncia uma das maiores dificuldades de combater esta pandemia, pois prejudica ou mesmo impede a adoção das principais medidas de profilaxia. Por exemplo, 8,5% desta população habita em moradias que não possuem banheiro de uso exclusivo dos respectivos moradores/as, 21,1% vive sem coleta de lixo, 25,8% sem abastecimento de água via rede e 56,2% sofrem com a ausência de saneamento. Em relação às questões de género, a pandemia escancarou esse outro tipo de desigualdade, enunciada amiúde eufemisticamente como mais uma “mazela brasileira”. A publicação recente das pesquisadoras Diniz e Darling (2021) traz dados do panorama vivenciado no Brasil, nomeadamente nas questões de género. Neste país 65% das equipas de trabalho em saúde e serviço social são compostas por profissionais do sexo feminino, incluindo médicas, enfermeiras, assistentes sociais, fisioterapeutas, entre outras. Ou seja, as mulheres são as que mais sofrem do desgaste físico e emocional ao terem que lidar diariamente com as mais diversas doenças e, no caso da pandemia, têm acarretado a sobrecarga psicológica no trabalho com pessoas em situação de elevada vulnerabilidade e sofrimento. Além disso, convém salientar que a maior parte destas e de outras mulheres profissionais não deixa de exercer o trabalho doméstico, aliás não remunerado. Dados do IBGE (2019) apontam que as mulheres dedicam mais 73% de horas mais aos cuidados na esfera doméstica que os homens, perfazendo uma média semanal de 18,1 horas.⁶ E, em termos mais gerais, a maioria das mulheres, especialmente negras, opera na economia informal, sem direitos trabalhistas, em empregos mal remunerados e inseguros.

Uma outra questão não menos importante é a violência no Brasil que, para além da estatal, institucional e policial e noutros setores da sociedade, se repercute também na esfera doméstica. Ficar em casa não é sinónimo de segurança. No caso concreto da pandemia, devido ao confinamento durante a pandemia, as mulheres ficam presas com seus agressores nas próprias casas, onde a procura de ajuda torna-se um mecanismo de difícil acesso. No Brasil, a única decisão tomada foi o

6 Embora bem expressiva esta desigualdade de género no Brasil quanto à repartição de tarefas domésticas, tal assimetria verifica-se em vários países, nomeadamente em Portugal, tal como constatou Silva (2016) em investigação levada a cabo, em que a mulher dedica o dobro das horas semanais em relação ao marido: 19,5 *versus* 9,5 horas.

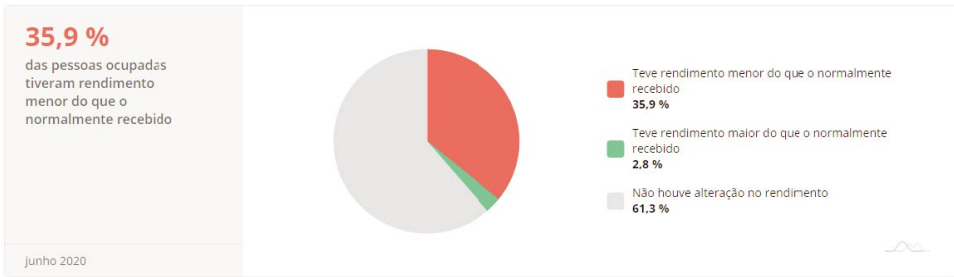


Figura 3 Impacto da pandemia no rendimento das pessoas ocupadas
Fonte: IBGE (2020).

auxílio para as mães solteiras, uma política que exclui mães. Como sabemos, por influência do patriarcalismo institucional e comumente aceite na vida quotidiana, as mães casadas podem criar filhos sozinhas, existindo no Brasil 5,5 milhões de crianças sem pai no registo (IBGE, 2020).

Em relação ao impacto da pandemia no rendimento, conforme os dados apontados pelo IBGE (2020), no mês de junho de 2020, 35,9% das pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido, conforme o evidencia a Figura 3, ou seja, mais de um terço da população brasileira foi impactada negativamente no que diz respeito aos rendimentos.

Como se constata na Figura 3, salvo 2,8% que fruíram de um rendimento superior ao recebido anteriormente, 61,3% das pessoas não conheceram alteração no rendimento, mas 35,9% sofreram redução de rendimento, o que representa mais de um terço do total.

Ainda em relação ao rendimento, outro dado importante para compreendermos o impacto dessa pandemia foi a abrangência de domicílios que receberam o Auxílio Emergencial do Governo Federal, chegando a atingir em média 43% dos domicílios brasileiros, sendo as regiões Norte e Nordeste aquelas onde teve lugar o maior número de famílias a recorrerem ao auxílio emergencial, como se pode ver pela Figura 4.

Outro indicador que vem reforçar o impacto das desigualdades no Brasil são os dados quanto à adesão ao trabalho remoto durante a pandemia. Considerando que o trabalho remoto já era uma realidade numa pequena parcela das empresas brasileiras, a pandemia exponenciou esta realidade, pois, salvo as atividades ditas essenciais ou da linha de frente, as demais foram encorajadas a ser realizadas em trabalho remoto, para evitar a circulação e aglomeração das pessoas, tal como o mostram os dados expressos na Figura 5 relativos a um determinado período.

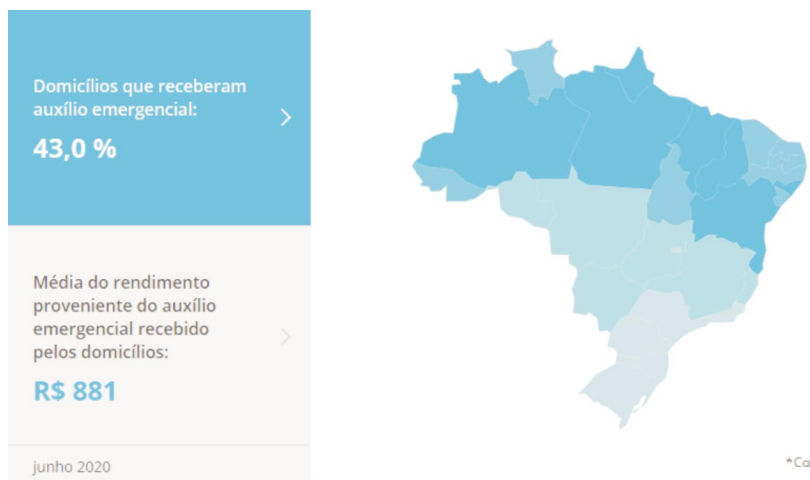


Figura 4 Domicílios que receberam auxílio emergencial — 1ª fase

Fonte: IBGE (2020).

Assim, segundo dados do IBGE de 2020, no Brasil, por exemplo entre os dias 21 e 27 de junho de 2020, tivemos 8,6 milhões de pessoas trabalhando remotamente, o que constitui um indicativo do aumento deste tipo de trabalho com a emergência da pandemia. Mesmo quando retomem as atividades em co-presença física, estes dados podem indiciar no futuro um aproveitamento desta modalidade de trabalho que, em certas profissões, atividades ou funções, terá uma maior adesão não só por parte de trabalhadores/as, como sobretudo por parte das empresas, para as quais pode mesmo ser vantajoso.

Se pretendermos diferenciar este tipo de trabalho por nível de instrução, a Figura 6 dá-nos conta dessa distribuição.

Ao compararmos os dados apresentados nas Figuras 5 e 6, podemos inferir o quanto o trabalho remoto também reflete os padrões de desigualdade no Brasil, visto que os grupos ou categorias sociais que aderiram ao trabalho remoto, no que concerne o nível de instrução, foram os graduados e pós-graduados (cerca de 32% do total), enquanto os que possuíam o ensino médio ou secundário representavam apenas 5,6% dos utentes, para não falar dos que nem sequer podem permitir-se exercer as suas atividades em trabalho remoto. Ou seja, uma das principais medidas de profilaxia para evitar o contágio ao vírus, que era o isolamento físico, era restrita a uma formação mais elevada e, conseqüentemente, a um maior rendimento, ficando mais expostos ao contágio e economicamente mais vulneráveis os que tinham de trabalhar em modo presencial — a grande maioria aliás.

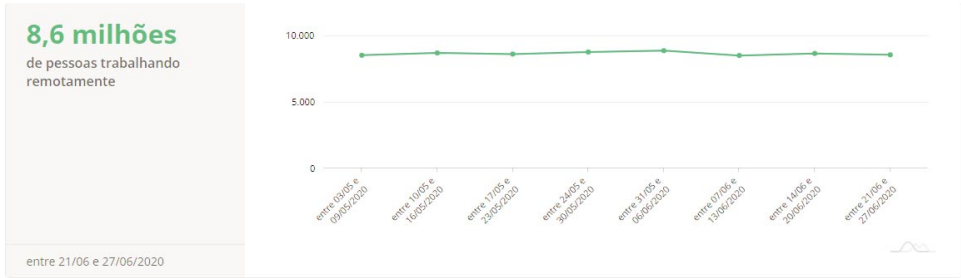


Figura 5 Trabalho Remoto
Fonte: IBGE (2020).



Figura 6 Trabalho Remoto por nível de instrução
Nota: o termo fundamental refere-se ao ensino básico e médio ao ensino secundário.
Fonte: IBGE (2020).

Considerações finais

Neste texto não tivemos a intenção nem a possibilidade de analisar de modo exaustivo a questão das desigualdades sociais no contexto de pandemia. Porém, dos dados estatísticos referidos e outros extraídos de outros estudos é possível inferir algumas conclusões relevantes. Primeiro, a pandemia da COVID-19 agravou as formas e os níveis de desigualdade social. Com efeito, ela permitiu-nos verificar que as desigualdades sociais preexistentes à crise pandémica se agravaram, evidenciando que uma minoria que detém o poder económico e político reforçou a sua posição económico-financeira, enquanto na realidade deveria ser taxada por lucros e rendas mirabolantes nos seus excessivos recursos. Por sua vez, membros de determinadas classes intermédias poderiam eventualmente contribuir mais em

termos tributários e inclusive consumir menos, enquanto a grande maioria, privada de bens básicos para a sobrevivência, deveria ter sido apoiada nas suas privações e vulnerabilidades, tendo sido, pelo contrário, objeto de sobreexploração, opressão e discriminação étnico-racial.

Em segundo lugar, sendo a igualdade social um dos objetivos de modelos de desenvolvimento nomeadamente marxista e decolonial, constatam-se enormes obstáculos à consecução deste objetivo no quadro do atual modelo de crescimento impulsionado por lógicas neoliberais com forte componente do capital financeiro, nomeadamente no quadro do agravamento da crise económica e sanitária.

Nas palavras de Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL, mudar a estratégia de desenvolvimento é essencial na região e avançar na igualdade é fundamental para o controlo eficaz da pandemia e para uma recuperação económica sustentável na América Latina e no Caribe. Devemos atender à emergência e implementar uma estratégia para superar as debilidades estruturais das economias e sociedades e sobretudo superar as enormes desigualdades sociais e regionais. Corroboramos igualmente a tese de Peres et al. (2021), segundo a qual, na sua pesquisa inédita sobre a pandemia de COVID-19, a superação desta, além de exigir ações emergenciais, demanda respostas para muito além do setor de saúde e que levem em consideração as especificidades socioterritoriais dos municípios brasileiros. A pandemia exigiria que a gestão pública assumisse o desafio de enfrentamento das desigualdades, o que não só não aconteceu, como tal omissão marcou negativamente determinados territórios e grupos populacionais. A situação é problemática na medida em que apresenta significativos obstáculos não apenas ao desenho de respostas adequadas e ao enfrentamento ágil das crises sanitária e económica, mas ao próprio desenho de um projeto de país igualitário e, que, numa primeira fase, seja menos excludente e desigual.

Este objetivo é possível, desde que, apesar do eventual agravamento das condições económico-sociais, haja organização, lideranças e uma dose de utopia contraposta às ideologias dominantes, que possibilite um novo contexto em que surjam condições favoráveis para avançar em direção a um modelo de desenvolvimento focado em superar obstáculos estruturais e buscar convergências não só para conseguir maior desenvolvimento sustentável como sobretudo uma mais justa repartição do produto para as gerações presentes e futuras em clima democrático. Tal implicará, conseqüentemente, uma resposta ou conjunto de respostas por parte do movimento sindical e doutros movimentos sociais (antiracistas, feministas, ecológicos, entre outros), construindo sujeitos coletivos na base de ações e lutas coletivas, tendo no horizonte a emancipação social.

Só desta forma será real a abolição de privilégios e o estabelecimento de uma ordem de direitos iguais para todos (Bárcena & Cimoli, 2018). Mas para isso, quer relativamente à maior parte de países na América Latina, quer em particular em relação ao Brasil, um dos pressupostos imprescindíveis é a mudança de poder a nível do Estado Federal no sentido de possibilitar a atenuação dos problemas sociais nomeadamente a eliminação da pobreza extrema, estimular o investimento público, combater os privilégios das classes rentista e financeira e elevar a carga fiscal destas classes parasitárias e pugnar pela soberania nacional, revertendo, na medida do possível, as privatizações de empresas públicas vitais. Porém, para tal só um novo modelo de desenvolvimento neoinstitucional que implique abandono das políticas neoliberais e a introdução de programas de intervenção e regulação estatal que contrariem as lógicas e interesses das classes dominantes nacionais e internacionais — e isto como etapa intermédia para um modelo de desenvolvimento inspirado na articulação das teorias marxista e decolonial.

Em suma, se almejamos direitos iguais, imperioso se torna a construção de uma ordem substantiva de maior igualdade no horizonte, o que implicará desde logo conquistar o poder que proporcione condições e incentive no sentido de alcançar objetivos de bem-estar social, nomeadamente de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança social para todos/as.

Nota

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Agamben, G. (2018). *Estado de exceção*. Edições 70. (Obra originalmente publicada em 2003)
- Assis, W. L., & Souza, S. L. de. (2019). Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. *Simbiótica*, 6(1), 159-171.
- Balestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117.
- Bárcena, A., & Cimoli, M. (Coords.) (2018). *La Ineficiencia de la desigualdad. Trigésimo Séptimo Período de Sesiones de la CEPAL. La Habana 7 a 11 de mayo*. CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe; Naciones Unidas.
- Becker, H. (1968). *Outsiders. Studies of deviance*. The Free Press. (Obra originalmente publicada em 1963)

- Benjamin, W. (1974). Zur kritik der gewalt. In R. Tiedemann, & H. Schweppenhäuser (Orgs.), *Gesammelte schriften* (Vol. 2, pp. 179-203). Suhrkamp.
- Boullosa, R. de F. (2021). Para onde nos tem levado a pandemia? Entre tantos desamparos públicos, precisamos também de falar sobre avaliações de políticas públicas. *Revista Nau Social*, 11(21), 441-456.
- Boullosa, R. de F., Silva, L., Laranja, L., & Peres, J. (2020). A expansão da COVID-19 no G100: reflexões sobre a capacidade de resposta dos municípios mais endividados do Brasil. *Boletim de Gestão de Políticas Públicas e COVID-19 do Observatório da Sociedade Pós-Pandêmica*, (1), 3-16.
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2019). *Estudio Económico de América Latina e el Caribe. El nuevo contexto financiero mundial: efectos y mecanismos de transmisión en la región, 2019* (LC/PUB.2019/12-P).
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2020a). *El COVID-19 y la crisis socioeconómica en América latina y el Caribe* (Revista CEPAL, n.º 132, Edición Especial, LC/PUB.2021/4-P). <https://hdl.handle.net/11362/46921>
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2020b). *El desafío social en tiempos del COVID-19* (Informe Especial COVID-19, N.º 3). Naciones Unidas.
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe., & OPS, Organización Panamericana de la Salud. (2020). *Salud y economía: una convergencia necesaria para enfrentar el COVID-19 y retomar la senda hacia el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. (Informe COVID-19 CEPAL-OPS). OPS; Naciones Unidas.
- Cesaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Sá Costa Editora.
- Daroit, D. (2020, 21 de julho). *Respostas de ação pública, participação social e redes de políticas públicas em tempos de Pandemia* [Comunicação, Vídeo]. XI Congresso Internacional em Governo, Administração e Políticas Públicas: Inovação e Gestão Pública em Tempos de Pandemia. Respostas Ibero-Americanas, Evento virtual. <https://www.youtube.com/watch?v=1hF0iltcm4&t=2049s>
- Diniz, L., & Darling, V. (2021). Crises e Desigualdades em Tempos de Pandemias no Brasil e na Argentina. *Carta FoMerco*, 1(4), 1-5.
- Durkheim, É. (1977). *Da divisão do trabalho social* (Vol. 1 e Vol. 2). Presença. (Obra originalmente publicada em 1893)
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Guanabara. (Obra originalmente publicada em 1963)
- Grosfoguel, R. (2018). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 55-77). Autêntica Editora.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (Coordenação de População e Indicadores Sociais).
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (Coordenação de População e Indicadores Sociais).

- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Análise dos Dados Preliminares do Comércio Mundial em 2020* (Carta de Conjuntura N.º 49, Nota de Conjuntura 23 – 4.º Trimestre de 2020).
- Marx, K. (1974). *O Capital*. Delfos. (Obra originalmente publicada em 1867)
- OPAS, Organização Panamericana da Saúde. (2019). *Indicadores básicos 2019: tendências da saúde nas Américas*.
- OXFAM International. (2020, 27 de julho). *Aumentan los millonarios de América Latina a medida que la región más desigual del mundo se hunde bajo el impacto del coronavirus* [Press release].
<https://www.oxfam.org/es/notas-prensa/aumentan-los-mil-millonarios-de-america-latina-medida-que-la-region-mas-desigual>
- Peres, J. L. P., Camargo, C. F., Laranja, L. S., & Silva, L. G. da (2021). *Comorbidades sociais e COVID-19: a desigualdade como desafio da gestão pública em tempos de crises* (Cadernos n.º 86, COVID-19 Fast Track). Enap – Escola Nacional de Administração Pública.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 227-278). Clacso.
- Ramallo, B., Leite, L. H. A., & Mendonça, P. (2017). Coletivos em Situação de Pobreza e Educação Integral: Um Olhar a partir da perspectiva decolonial. *38 Reunião da ANPED – Democracia em risco: A pesquisa é a pós graduação em contexto e resistência. GT03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos*, (Trabalho 684), 1-16.
- Ramonet, I. (2016). *El imperio de la vigilancia*. Clave Intelectual.
- Ruiz, S. (2020, 27 de Julho). ¿Quién paga la cuenta? Gravar la riqueza para enfrentar la crisis de la COVID-19 en América Latina y el Caribe. *OXFAM international*.
<https://oxfamlibrary.openrepository.com/handle/10546/621033>
- Santos, B. de S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Editora Almedina.
- Silva, M. C. (2009). Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica. *Configurações*, (5/6), 11-40.
- Silva, M. C. (2016). *Desigualdades de gênero: família, educação e trabalho*. Húmus.
- Silva, M. C. (2018). Pobreza, exclusão e desigualdades: breve revisitação de conceitos e alguns dados a nível global e nacional. In S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão, & A. Jorge (Orgs.), *Desigualdades e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 691-733). Húmus.
- Silva, M. C., & Ribeiro, F. B. (2022). Crise, desigualdades e a atualidade de Marx na crítica ao capitalismo. In F. B. Ribeiro, M. C. Silva, A. J. Afonso, C. Matos, F. Mendes, I. E. Carvalhais, S. Sousa, & A. Jorge (Orgs.), *Karl Marx: Legado, Críticas e Atualidade* (pp. 25-77). Húmus.
- Simmel, G. (1987). A metrópole e a vida mental. In Velho, O. G. (Org.), *O fenómeno urbano* (pp. 11-25). Guanabara. (Obra originalmente publicada em 1903).
- Sousa Filho, A. (2020, 8 de abril). O vírus SARS-Cov2 não é um mensageiro. *Convergência*.
<https://convergencia-bloco.org/2020/04/08/o-virus-sars-cov-2-nao-e-um-mensageiro-por-alipio-de-sousa-filho/>

- Weber, M. (1978). *Economy and Society* (Vol. 1). G. Roth & C. Witich (Eds.). University of California Press. (Obra originalmente publicada em 1920)
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Hachette.

Data de submissão: 14/09/2022 | **Data de aceitação:** 15/09/2023



NORMAS PARA AUTORES/AS SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES/AS

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de textos originais, de cariz sociológico, que não tenham sido anteriormente publicados ou que estejam em revisão noutra revista.
2. A revista aceita diferentes tipos de textos: **artigos** (que poderão ser o resultado de investigação em contexto de investigação básica/pura ou em contexto de investigação aplicada, investigação-ação) e **recensões**.
3. Estes textos poderão ser escritos em português, inglês, francês ou espanhol.
4. A submissão deverá ser endereçada por correio eletrónico para sociologiaonline@aps.pt.
5. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os textos. No caso de se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as (através da criação de um ficheiro anonimizado). Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
6. Para além do ficheiro completo com a identificação dos/as autores/as, deverá ser enviado um ficheiro anonimizado, omitindo qualquer referência à autoria do ficheiro e a eventuais projetos que possam ter financiado a investigação. Deve também ser substituída qualquer referência a publicações anteriores dos/das autores/as, tanto nas citações no texto como na lista de referências, pela palavra "Autor@/s".
7. Todos as submissões serão sujeitas a um sistema de deteção de plágio. Em caso de deteção de plágio o trabalho não será publicado. Os/as autores/as ficarão também impedidos de submeter outras publicações durante um período nunca inferior a um ano, sujeito a decisão da Direção.
8. Os trabalhos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte Times New Roman e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as.
9. Os **artigos** não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.
10. As **recensões** não devem ultrapassar 1500 palavras, incluindo notas de rodapé e referências.

11. Para os **artigos** resultantes de trabalho desenvolvido em contexto de **investigação básica/pura** sugere-se que os/as autores/as sigam a seguinte estrutura geral: Introdução; Enquadramento teórico; Objetivos (gerais e específicos); Método; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências.
12. Para os **artigos** referentes a trabalhos produzidos em contexto de **investigação aplicada, investigação-ação**, sugere-se a seguinte estrutura para estes textos: Introdução; Contextualização do fenómeno estudado; Objetivos (gerais e específicos); Diagnóstico do contexto de intervenção; Metodologia; Resultados; Conclusões; Financiamento (opcional); Agradecimentos (opcional); Referências. Os/as autores/as deverão incluir no texto detalhe relativo às componentes de inovação, avaliação e monitorização.
13. As notas de rodapé devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo.
14. Os textos escritos em português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”.
15. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a Bold, centrados, em corpo 12 e fonte Times New Roman; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título da tabela/figura e um espaço entre o título e a respetiva tabela/figura. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte.
16. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:
 1. EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais;
 2. TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi.
17. No caso do recurso a elementos não textuais que não sejam originais e que estejam sujeitos a copyright e/ou outro tipo de direitos, é necessário uma autorização para a sua utilização ou a aquisição dos direitos correspondentes.
18. Os artigos devem ser acompanhados de um título em português e em inglês; um resumo de até 250 palavras em português e outro em inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em português e 4 palavras-chave em inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto.

19. Os títulos dos textos submetidos para publicação na revista SOCIOLOGIA ON LINE não podem ser idênticos a títulos de outras publicações ou comunicações realizadas pelos/as autores/as.
20. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de e-mail. Todos/as os/as autores/as têm de apresentar o respetivo identificador digital ORCID. O/A autor/a de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa.
21. Os/as autores/as deverão indicar, com base na taxonomia CRediT (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), qual a contribuição de cada pessoa autora/colaboradora para o texto. No caso de uma única autoria deve ser seguido o mesmo procedimento.
22. Os/as autores/as devem enviar uma declaração de inexistência de conflito de interesses assinada por todos/as.
23. No caso de os textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após a secção “Conclusões” e antes da secção “Referências”.
24. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas APA 7th Edition.
25. Os direitos de *copyright* são pertença da Associação Portuguesa de Sociologia.



SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research, of sociological nature, that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere.
2. The Journal accepts different types of texts: **articles** (whether as a result of research in the context of basic/pure research or in the context of applied research, research-action) and **book reviews**.
3. These manuscripts may be written in Portuguese, English, French or Spanish.
4. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt.
5. All texts are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa (by creating an anonymized file). The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision.
6. In addition to the complete file with the identification of the authors, an anonymized file must be sent, omitting any reference to the authorship of the text and any projects that may have funded the research. Any reference to authors previous publications, both in the text citations and in the list of references, should be replaced by the word "Author/s".
7. All submissions will be subject to a plagiarism detection system. In case of detection of plagiarism, the work will not be published. Authors will also be barred from submitting other publications for a period of no less than one year, subject to decision by the Editorial Board.
8. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles.
9. **Articles** should not exceed 9000 words, including footnotes and references.
10. **Book reviews** should not exceed 1500 words, including footnotes and references.
11. For **articles** resulting from work developed in the context of **basic/pure research** authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Objectives (general and specific); Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References.

12. For **articles** related to work produced in the context of **applied research**, action research, the following structure is suggested: Introduction; Contextualization of the phenomenon studied, Objectives (general and specific), Diagnosis of the intervention context, Methodology; Results; Conclusions; Funding (if applicable); Acknowledgments (if applicable); References. Authors should include a detailed description about innovation components, assessment, and monitoring.
13. Footnotes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article.
14. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement.
15. Article's non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet.
16. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
 1. EPS (or PDF): Vector drawings;
 2. TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution.
17. The usage of non-textual elements that are not original and are subject to copyright and/or other rights, requires a permission or the purchase of the corresponding rights.
18. **Articles** must present a title in Portuguese and a title in English: an abstract of up to 250 words in Portuguese and in English (including a brief introduction to the study; a reference to the theoretical and methodological approaches used; the main results; the conclusion and the work's relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text.
19. The titles of the texts submitted to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be different from the titles of other publications and communications by the authors.
20. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (e.g. University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. All authors must present the digital identifier ORCID. The correspondence author must present the complete institutional address.

21. The authors should indicate, based on the CRediT taxonomy (Contributor Roles Taxonomy – <https://casrai.org/credit/>), the contribution of each author/collaborator. In the case of a single authorship, the same procedure should be followed.
22. Authors must submit a no conflict of interest declaration signed by all.
23. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”.
24. Citations, references in-text and reference list must comply with the APA 7th Edition.
25. The Associação Portuguesa de Sociologia retains copyright of all published manuscripts.

